

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Wiliam Retamiro

**EMPREENDIMIENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Taubaté – SP

2013

Wiliam Retamiro

**EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Taubaté – SP

2013

WILIAM RETAMIRO

**EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO PROCESSO
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: 08 de abril de 2013

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profº Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin

Universidade Federal de Itajubá

Assinatura _____

Profª Drª Quésia Postigo Kamimura

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Fabio Ricci

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

DEDICATÓRIA

Este trabalho dedico à minha filha Tainá, para quem trabalho por um mundo melhor.

À minha companheira Claudia Caparroz, que fora a principal apoiadora nos momentos nos quais faltei como partícipe familiar, mas que compreendeu de forma brilhante.

Aos meus pais, aos quais espero com este trabalho ter honrado todo o esforço, em me respaldarem na minha formação social.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de júbilo, se torna difícil não ser ingrato com as pessoas com quem pude conviver e que de forma, direta ou não, se fizeram importantes para que o resultado da minha formação, o que certamente faz deste trabalho uma experiência enriquecedora e de superação, pois ao pesquisar o motivo pelo qual estamos em determinada situação, nos eleva como seres humanos, haja vista que a cada tentativa de lograr êxito nas respostas descobrimos uma nova razão da nossa função social. Assim, segue o rol de agradecimentos:

Em primeiro lugar, à DEUS, o qual segundo a sua Palavra me mostrou o caminho do socialismo real;

Aos docentes que passaram em minha vida minha e que elucidaram as questões acerca do que nos envolve, dentre os quais, ao Prof^o Rildo (ensino médio), ao Prof^o Laerte Fedrigo e ao Prof^o Sérgio Freitas (graduação).

Aos docentes do curso de mestrado da Universidade de Taubaté pela competência e por compartilhar suas experiências.

Ao Prof^o Dr. Edson Trajano Vieira, meu orientador, o qual admiro e respeito.

Aos meus colegas da MPDR-T2, Alberto Scherrer, Claudilene Gigliotti, Fernando Santiago e Jeff Martins, os quais lograram êxito no intento de concluírem o mestrado, bem como foram salutares no compartilhar o conhecimento, ensinando-me a respeitar e desenvolver os aspectos democráticos na promoção do saber acadêmico.

O maior desafio que se coloca para o agradecimento seletivo, não é decidir quem incluir, mas decidir quem não mencionar!

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios para os seus habitantes?
Até a legendária Atlântida na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha chorou.
E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos.
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias
Quantas perguntas

BERTOLD BRECHT

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RESUMO

Os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES apresentam-se como alternativa para minimizar os impactos negativos ocasionados pela crise mundial do trabalho, com maior ênfase na questão brasileira, notadamente nas duas últimas décadas do século XX. Inserida neste contexto, esta dissertação objetiva analisar as ações dos EES e o debate sobre a necessidade de implementação de uma economia de caráter solidário no processo de desenvolvimento. Por meio de pesquisas bibliográficas de caráter exploratório com uma coleta de dados junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) analisa-se a implantação de projetos de EES no Brasil. A pesquisa em questão delimita-se em políticas públicas implementadas sob o prisma da Economia Social – ECOSOL, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico. As análises demonstram quantitativamente o nível de evolução econômica da população beneficiada. Verifica-se, entretanto, que no tocante ao aspecto de geração de renda, os EES ainda não atingiu seu objetivo, contudo ao que se refere às questões de difusão, inserção acadêmica e políticas públicas, desenvolve de forma satisfatória, bem como promove o debate regional, em regiões que historicamente não obtiveram investimentos públicos ou privados, a exemplo da nordeste.

Palavras-chaves: 1. Economia Solidária. 2. Desenvolvimento Econômico Regional. 3. Empreendimentos Econômicos Solidários

ECONOMIC DEVELOPMENTS SOLIDARITY IN THE PROCESS OF REGIONAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

The Solidarity Economic Enterprises - ESS presented as an alternative to minimize the negative impacts caused by the global jobs crisis, with greater emphasis on Brazilian question, especially in the last two decades of the twentieth century. Inserted in this context, this paper aims to analyze the actions of the EES and the debate on the need to implement an economy with a solidarity in the development process. Through exploratory literature searches with data collection by the National Secretariat of Solidarity Economy (SENAES) analyzes the implementation of projects in Brazil EES. The research in question is delimited in public policies implemented through the prism of Social Economy - ECOSOL, in order to promote economic development. The analyzes quantitatively demonstrate the level of economic development of beneficiary population. It appears, however, that with respect to the aspect of income generation, the EES has not reached your goal, but it refers to issues of dissemination, integration and academic policies, develops satisfactorily and promotes debate areas, in regions that have historically not had public or private investments, such as the northeast.

Keywords: 1. Solidarity Economy. 2. Economic Development. 3. Solidarity Economic Enterprises

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: comparação de indicadores macroeconômicos – 1964 – 1967 e 1968 – 1973	54
Tabela 2 - Índice de evolução do salário mínimo (1960-1968)	55
Tabela 3 – Renda per capita por classe (1960 - 1970 - cruzeiros de 1953)	55
Tabela 4 – Taxa de desemprego por idade (%) - PNAD: 1981 - 2002	60
Tabela 5 – Distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas com rendimento – Brasil – 1960/1990	63
Tabela 6 – Taxa de desemprego e informalidade no Brasil - 1992 - 2003(em %)	64
Tabela 7 - Taxa de desemprego da PEA no Brasil - 1992 - 2003 (em %)	65
Tabela 8 - Taxa de desemprego por gênero no Brasil - 1992 - 2003 (em %)	66
Tabela 9 - Taxa de desemprego por faixa etária no Brasil - 1992 - 2003 (em %)	67
Tabela 10 – Ocupação e remuneração dos EES	89
Tabela 11: Dificuldades de acesso ao crédito por parte dos EES	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Análise etimológica da palavra desenvolvimento	20
Figura 2 - O impacto da participação do Estado na economia nacional	29
Gráfico 3 - Variação % do PIB per capita (1960-1964)	53
Gráfico 4 - Evolução do PIB por setor (1968-1980)	57
Gráfico 5 - Participação relativa na renda nacional por estrato de rendimento (1960-1980)	58
Gráfico 6 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (1985-1989)	61
Gráfico 7- PIB (1985-1990)	61
Gráfico 8 - Distribuição dos EES no Brasil	79
Gráfico 9 – Saldo das operações de crédito do SFN – Região Nordeste	84
Gráfico 10 - Participação do gênero feminino na composição dos EES	88
Gráfico 11 - Relação do número funcionários e de convênios – SENAES 2004-2010	91
Figura 12 - Ciclo da cadeia produtiva do algodão orgânico no sistema da Justa Trama	99
Figura 13- Empreendimentos por município que realizam a produção agroecológica	100

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema.....	12
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Delimitação do Estudo	15
1.4 Relevância do Estudo	15
1.5 Organização da dissertação	16
2 ABORDAGEM SOBRE A TEORIA DESENVOLVIMENTISTA.....	18
2.2 Economia política: origem dos conceitos desenvolvimentistas	20
2.3 Características gerais do desenvolvimento econômico brasileiro	33
2.4 Os EES: alternativa ao processo de desenvolvimento regional.....	39
2.4.1 Economia Social: contextualização.....	40
2.4.2 Empreendimentos Econômicos Solidários: da teoria marxista ao pragmatismo keynesiano.	45
2.4.3 A reforma do processo produtivo por intermédio da ECOSOL como ferramenta de política pública.	49
3.1 Tipo de pesquisa	53
3.4 Plano para coleta e análise de dados.....	53
4 DO MILAGRE ECONÔMICO À CRISE DO EMPREGO	55
4.1 Indicadores econômicos: do milagre econômico à crise econômica brasileira.....	55
4.2 A crise do emprego na década de 1990.	65
5 A CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	72
5.1 Processo histórico da ECOSOL.....	72
5.2 Os EES no Brasil	77
5.3 Política de microcrédito e o apoio aos EES.....	83
5.4 O apoio aos EES como política pública de desenvolvimento local e regional.....	88
5.5 Análise empírica dos EES no Brasil e a geração de emprego e renda	91
5.6 Os EES como política de desenvolvimento na agenda do Governo Federal.....	94
5.7 Os EES e a questão regional.....	95

5.8 A experiência do EES Justa Trama	97
5.8.1 Cooperativa de segundo grau Justa Trama: a cadeia produtiva do algodão orgânico e a aplicação das dimensões de sustentabilidade.	99
6 CONCLUSÃO	104
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

1 INTRODUÇÃO

. O Brasil é caracterizado pelas disparidades no desenvolvimento regional, provocadas pelas diferenças histórico-estruturais das desigualdades dos ritmos de desenvolvimento regionais (FURTADO, 1969).

. Apesar do forte crescimento econômico dos anos 60, principalmente 70, com a aplicação dos Planos Plurianual I, II e III, quando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atingiu uma média de 8,5%, fato que não se prolongou para as próximas duas décadas, a economia brasileira cresceu abaixo da média mundial, sendo 1,4% e 2,4%, nas décadas de 80 e 90, respectivamente (IBGE, 2011), além de resultar em altos índices de desemprego e concentração de renda.

. Devido a estas crises alternativas de modelo econômico surgiram, a fim de minimizar os males ocasionados, bem como para se contrapor ao sistema atual. No Brasil, a corrente política de uma economia liberal, difundiu-se principalmente após a abertura econômica de 1990, realizada pelo então Presidente Fernando Collor de Melo, que trouxe ao país benefícios em relação à inovação tecnológica; contudo, a indústria nacional, que se encontrava obsoleta ante aos produtos importados, sofreu com falências decorrentes da competição no mercado externo e interno; haja vista o avanço tecnológico industrial e a queda das barreiras comerciais para a entrada dos produtos importados. Conseqüentemente, o crescimento do número de falências das empresas nacionais, aumentou vertiginosamente, elevando o índice de desemprego. Assim, muitos deste excluídos permaneceram em uma situação de “cultura da pobreza” (PARANÁ, 2003, p. 371).

. Diante deste contexto, procurou-se equacionar esta situação por meio da implantação de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES e autogestionários, assim como implementar ações de empreendedorismo, em geral com a abertura de micro e pequenos empreendimentos, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local, que através de suas atividades comerciais propiciaram, ainda que minimamente, a geração de trabalho e renda. Todavia, estes empreendedores buscam dentro de uma mesma localidade parceiros, a fim de promover a circulação de bens e serviços entre si, garantindo a continuidade de seu fluxo de trabalho. Em especial os empreendimentos solidários cresceram promovendo o fortalecimento da economia local, unindo-se com o objetivo de poder comprar o mesmo insumo básico com menor preço e, assim, repassá-lo com valores mais acessíveis ao

consumidor final. Desta forma; a elevação da demanda por bens e serviços, faz com que haja uma elevação na oferta de trabalho, o que possibilita aos desempregados a conquista de postos de trabalho e, ao obterem seu salário, usufruírem do mesmo, em seus locais de origem, fomentando assim, a “roda da economia” (SINGER, 2002).

. Esta ação, denominada Economia Solidária (ECOSOL) é hoje uma alternativa para a crise do mundo do trabalho, pois como ferramenta de uma tecnologia social, objetiva a promoção do desenvolvimento econômico. Segundo Singer (2002), a ECOSOL, sob a égide de uma política pública, poderá vir a ser uma alternativa superior ao método econômico convencional, tornando-se uma resposta à incapacidade deste, de integrar os membros da sociedade. Isto denota sua dificuldade de congregar boa parte da sociedade em torno do seu êxito econômico.

. Destarte; este projeto visa verificar se a aplicação dos princípios da ECOSOL por meio dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), como política pública para desenvolvimento econômico regional, é capaz de enfrentar o problema da crise do emprego e possibilitar o crescimento econômico associado ao processo de desenvolvimento.

1.1 Problema

. De acordo com Pochman (2006), os EES colocam-se na posição de questionar o *status quo*, e até que ponto o que é tido como impossível, seja um mito. O sistema econômico vigente, o capitalismo, possui características positivas no tocante a como organizar a vida social para promover o avanço tecnológico, com vistas a elevar a produtividade; ou seja, o crescimento econômico. Contudo, conforme exposto acima, revela ter dificuldade em envolver parte considerável da sociedade em seus avanços, notadamente, em tempos de crise sistêmica. Momentos em que o capitalismo apresenta mais uma de suas habilidades, a de se metamorfosear, adequando-se imediatamente a nova realidade.

. Apoiado em duas esferas, a financeira, na qual cresceu muito desde os anos 70, onde se é possível elevar os ganhos, estando nos mercados de câmbio ou de títulos na bolsa de valores; e na esfera da produção, onde a crise é mais susceptível, fazendo com que o capitalismo se reestruture, ou logrando êxito em encontrar uma saída para a situação, alternando o modo de produção, como por exemplo, no século XX que foi marcado pelo paradigma eletromecânico em transição para o sistema digital (ARAÚJO, 2006). Nisto, a mão

de obra, muitas vezes é uma das questões que ficam suplantadas pela necessidade de sobrevivência deste sistema.

. A ECOSOL com seus empreendimentos se coloca como uma metodologia alternativa de desenvolvimento inserida dentro de um sistema econômico, com o objetivo de promover a minimização dos impactos negativos ocasionados pela crise do emprego, no caso brasileiro, pelo sistema econômico capitalista dos anos 80 e 90.

Neste sentido, a forma de geração de trabalho e renda apresentada pela ECOSOL consiste na criação de micros, pequenos e médios empreendimentos, individuais ou coletivos, os quais estariam dentro de um mercado concorrencial, que consiste na livre entrada e saída de empreendimentos do mercado, mantendo a competitividade entre estes (Pindicky, 2010). Ademais, a ECOSOL, na maioria das vezes, não tem acesso ao mercado, visto que este se limita à condição socioeconômica da comunidade.

. O debate destas questões aponta para a existência de opiniões antagônicas sobre as formas de apoio e desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Primeiramente, Machado (apud SINGER, 2002) afirma que os EES deveriam obter condições de apoio diferenciadas para sua sobrevivência no mercado competitivo. Contrapondo-se a esta ideia, Singer (2002) defende que tais empreendimentos devem competir no mercado sem quaisquer formas de favorecimentos, mantendo ainda seus princípios, a fim de demonstrar sua capacidade de desenvolvimento e distribuição de renda.

Constituído por grandes empreendimentos, o circuito superior (Pochmann, 2006) fez com que o Estado lhe fosse funcional – e ainda é – com ações que propiciassem uma estrutura produtiva e financeira adequada à sua expansão. Agora, indaga-se que o Estado seja também fomentador do “circuito inferior”, que é constituído pelos pequenos empreendimentos, no caso do estudo em questão, os EES.

Esta ação partiria de políticas públicas capazes de promover em grande escala tais empreendimentos, por meio de políticas creditícias e de inovação tecnológica.

Assim, embasar uma compreensão com análise comparativa do planejamento frente às regiões que adotaram a ECOSOL como política pública, aprofundando o debate científico sobre as potencialidades regionais, a fim de apresentar indicadores interdisciplinares de desenvolvimento, possibilitará novas abordagens, respeitando as características regionais, possibilitando uma observação detalhada sobre as novas práticas econômicas diagnosticadas, as quais redundem na redução do impacto negativo do crescimento econômico, baseado na

perspectiva histórico-analítica, que considere o desenvolvimento humano, social e econômico da configuração territorial, associado às políticas públicas e aos processos de ordenamento e planejamento.

A avaliação reflexiva e crítica da aplicação dos conceitos da ECOSOL nos empreendimentos econômicos como política pública para gerar desenvolvimento e sustentabilidade humana, estudará sua viabilidade.

Desta maneira, pautando-se nos fatores supramencionados, visa-se com esta pesquisa, analisar os indicadores dos EES no Brasil, a partir de dados regionais, visando sua utilização como política pública, a fim de constatar se estes são capazes de promover o desenvolvimento econômico regional, além de assegurar se seria a aplicação pragmática de política pública eficiente para promover a geração de trabalho e renda, distribuição de riqueza, elevação do bem-estar social, entre outros indicadores sociais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

. Esta dissertação tem por objetivo analisar se os EES como uma alternativa para minimizar os impactos negativos (desemprego, exclusão econômica e social, redução do bem-estar social) decorrentes do descompasso entre o ritmo de crescimento e do desenvolvimento econômico no Brasil, o qual proporcionou as distorções regionais em âmbito nacional, mas também em regiões interestaduais, onde o incentivo desproporcional de investimento, por parte do capital privado e público visaram regiões com melhores condições econômicas e maior força política.

1.2.2 Objetivos Específicos

. I - Analisar o processo histórico da economia brasileira com vistas ao crescimento econômico, concentração de renda, processo inflacionário e níveis de emprego, durante as duas últimas décadas do século XX, a fim de elucidar as condições que possibilitaram o surgimento da Economia Solidária no Brasil, bem como analisar o debate teórico de ser a ECOSOL um processo de reforma ou revolução do sistema econômico capitalista.

. II – Explicar o conceito e os princípios da ECOSOL, os empreendimentos solidários no Brasil e a sua distribuição na esfera espacial - sua origem e trajetória, partindo de suas bases históricas, seus pensadores, condições que levaram ao seu surgimento na Europa e sua expansão, confrontando com as atuais políticas públicas e seus resultados, a fim de se averiguar a real eficiência do conceito, o que possibilitará além da reflexão, constatar-se de fato se vivencia esta outra economia, uma forma plausível de desenvolvimento econômico, por intermédio do incentivo aos Empreendimentos Econômicos Solidários.

III – Analisar a implantação da ECOSOL como alternativa à crise do emprego a partir dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

1.3 Delimitação do Estudo

. Este estudo faz uma análise transversal; ou seja, de forma ampla compreendendo a amplitude do tema, acerca dos indicadores de desemprego entre os anos de 1980 à primeira década do século XXI, com abrangência espacial nas regiões políticas do país, com maior ênfase na Região Nordeste, onde foram aplicados os princípios da ECOSOL, enquanto política pública capaz de promover o desenvolvimento regional, por meio da geração de trabalho e renda, dentro de princípios equitativos e harmônicos, a partir do apoio aos empreendimentos econômicos solidários distribuídos nas unidades da federação, com base nos dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária, IPEA, IBGE, entre outros.

1.4 Relevância do Estudo

A relevância da presente pesquisa evidencia-se na proposta de construção da análise que demonstre a participação objetiva dos EES no processo de desenvolvimento regional e, portanto, acredita-se que esta deva ser de grande relevância, quando dos procedimentos de formulação de projetos por parte do poder público, haja vista a importância do modelo desenvolvimentista proposto, impactando positivamente no cerne das esferas econômica e social, configurando como relevante fonte de geração de empregos.

Tendo por base que a Economia é a ciência social que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação entre às necessidades dos homens e os recursos disponíveis para satisfazê-las, logo, objetiva explicar como funcionam os sistemas econômicos e as relações de seus agentes, propondo soluções para os problemas existentes. A partir deste pressuposto, este trabalho visa evidenciar os resultados obtidos com a adoção das práticas da ECOSOL nas regiões onde se aplicaram, a fim de verificar como o hiato econômico foi pensado quanto à sua solução, por meio da geração de trabalho e renda, sob uma metodologia que interage com o sistema econômico vigente, mantendo os princípios equitativos e humanitários de inclusão.

Assim, na constatação dos benefícios obtidos no tocante ao desenvolvimento econômico, obterá a atenção por parte dos gestores públicos, organizações do terceiro setor e de comunidades, acerca de um modo alternativo das relações econômicas que possibilita o desenvolvimento da sociedade, com um planejamento socioeconômico integrador.

Neste contexto, com vistas à ação do Estado como promotor do desenvolvimento econômico e, com base no foco de estudo desta dissertação, estudar-se-á a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como órgão responsável pela difusão da ECOSOL e implementação de ações que proporcionem a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda, fato este, que se verifica com maior ênfase nas regiões historicamente mais pobres do país, tal como, a região Nordeste, na qual se observa a elevação do número de EES.

1.5 Organização da dissertação

O presente estudo está construído sobre três aspectos metodológicos, quais sejam: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na introdução, aponta-se o estágio atual da discussão acadêmica relatada na literatura pesquisada. No desenvolvimento do trabalho o foco é a redação da proposta contida no tema e a análise da pesquisa, acentuando-se que a divisão será feita em função das necessidades que se apresentarem no decorrer deste. Na conclusão, uma abordagem sintética do trabalho, com ênfase na sua relevância para implementação de políticas públicas específicas à temática da pesquisa, apontando sua possível utilização como norteadora da gestão pública, no âmbito do planejamento e desenvolvimento regional, perante a sociedade local.

A estrutura metodológica do presente trabalho está assim concebida: primeiramente pela introdução, a qual contempla a apresentação do texto, assim como a problematização como instrumento indutivo à pesquisa. Ainda nesta linha, no desenvolvimento que se segue os objetivos delineados, a delimitação da pesquisa, sua relevância e organização textual. A revisão de literatura é iniciada pela análise acerca dos conceitos de desenvolvimento, permeando as correntes de pensamentos da economia política que implementaram, sob seus respectivos prismas conceituais, a práxis do desenvolvimento e, analisa-se ainda, como a economia brasileira foi impulsionada pela ordem econômica globalizada, investigando os dados socioeconômicos que culminaram com as “décadas perdidas”, bem como o surgimento da Economia Social, como um processo reformista, a fim de amenizar o impacto negativo da crise do trabalho.

A análise dos resultados tece uma crítica de como as políticas econômicas foram basicamente voltadas ao crescimento em detrimento do desenvolvimento e, como tal implicou na situação da crise do emprego no final do século XX. Ademais, examinam-se como os princípios da Economia Social, por intermédio dos Empreendimentos Econômicos Sociais, podem contribuir para a formação de um novo pensamento de desenvolvimento econômico regional sustentável.

2 ABORDAGEM SOBRE A TEORIA DESENVOLVIMENTISTA

. A economia é uma ciência humana que estuda o indivíduo em seu meio social, observando seu comportamento ante as necessidades demandadas e os recursos disponíveis para satisfazê-las. Busca-se, portanto, obter soluções para os problemas existentes com vistas ao funcionamento dos sistemas econômicos e a correlação de seus agentes (Cano, 1998).

Assim sendo, a Ciência Econômica, capacita o indivíduo impulsionando-o para transformar o seu espaço social, a partir da autocompreensão envolvendo suas ações primárias aos gostos e preferências, objetos de estudo tanto da macro quanto da microeconomia, incorporando, por fim, o campo mais recente de conhecimento econômico: a análise comportamental. Desta forma, o ambiente do desenvolvimento passa a ser objeto de investigação, a fim de se observar, descrever e explicar tal fenômeno, para que este venha configurar a base para a formulação de políticas públicas.

2.1 Desenvolvimento Econômico

O conceito de desenvolvimento econômico permeia os debates da atualidade acerca dos diferentes conceitos que o circundam. O pensamento moderno possui relevante influência no modo de construção econômica, pois renova o pensar e agir da sociedade, fazendo com que outras dimensões de desenvolvimento sejam inseridas na discussão de políticas públicas, a fim de satisfazer às necessidades básicas do ser humano.

Analisar a origem da palavra desenvolvimento possibilita compreender sua evolução, bem como o seu real significado e a compreensão tácita de sua mensagem para a sociedade (SANTOS, et. al, 2012). Etimologicamente, a palavra desenvolvimento possui em sua composição diferentes elementos para análise, conforme explanado na figura 1.

Sob a análise etimológica da palavra, verifica-se que o desenvolvimento parte de uma situação, que originalmente se encontra inerte e permite ações para expandi-la, necessitando somente da ação, de fato, para que isto ocorra, fator que além de possibilitar o autoconhecimento na implementação das referidas ações, favorece a motivação dos atores envolvidos, enquanto segue metamorfoseando a característica regional para um novo perfil.

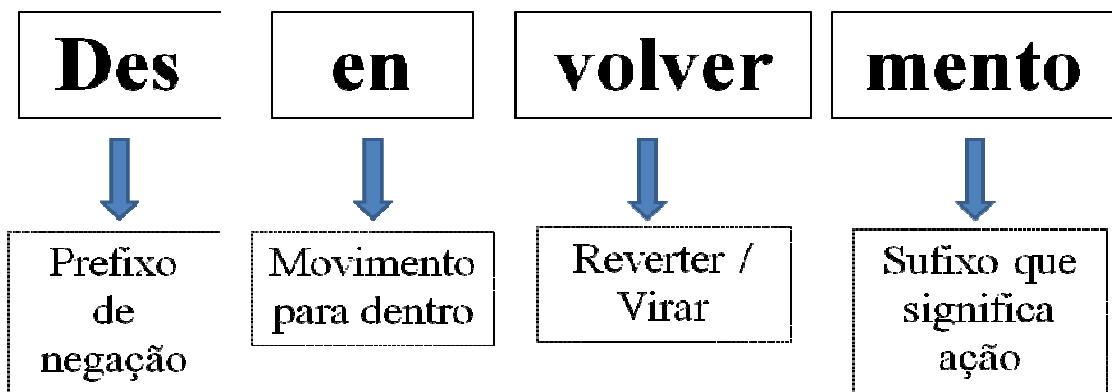


Figura 1: Análise etimológica da palavra desenvolvimento
 Fonte: Santos et. al, 2012.

Tendo em vista que este trabalho visa uma análise econômica dos processos de mudança estruturais regionais estudadas ao longo do mesmo, verificar-se-á a constante influência de teorias nos conceitos de desenvolvimento econômico e de crescimento, os quais estão intrinsecamente relacionados. Ressalta-se, entretanto a necessidade de se elucidar primeiramente as diferenças peculiares a cada um, pois embora as aludidas semelhanças, o primeiro é uma consequência do segundo, contudo sem que haja um equilíbrio para que se faça a manutenção do desenvolvimento, o crescimento falhará, provocando a crise no ciclo econômico, visto que uma economia em processo de crescimento subentende-se estar respaldada por uma estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Melhor dizendo, o verbete crescimento consiste em tornar-se maior, sobejar; ou seja, trata-se da evolução de um nível original para outro de maior proporção. Ainda permeando os significados da palavra crescimento, em linguagem econômica, a palavra crescimento expressa à elevação da capacidade produtiva da economia, medida por meio da mensuração evolutiva de bens e serviços gerados em um país ou região. Mensuração esta que em âmbitos macroeconômicos se dá principalmente pela análise sequencial do Produto Interno Bruto (PIB) (SANDRONI, 1999). Assim, verifica-se que crescimento se caracteriza pela expansão da produção gerada no processo econômico, sendo, portanto, a execução de atividades que visem à satisfação de necessidades por meio de trocas (CANO, 1999).

Já o conceito de desenvolvimento engloba o crescimento que é composto pelos bens e serviços produzidos que, como tais, proporcionam a qualidade de vida, daqueles que dele se beneficiam, mediante a sua distribuição e usufruto. Porém, o desenvolvimento perpassa questões de ordem cultural e social, além da econômica. Ao se mobilizar de um determinado

estatus quo para uma nova dimensão econômica, este se defronta com questões de ordem regional, por exemplo, as quais cunham o modelo de crescimento e desenvolvimento a serem implementados em cada âmbito, levando em consideração questões de ordem política, social, cultural e ambiental, haja vista que o desenvolvimento depende da construção regional vivenciada por cada sociedade. Corroborando esta questão Vieira e Santos (2012) afirmam:

A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade. (VIEIRA e SANTOS, 2012, p. 348)

Denota-se, portanto, que o conceito de desenvolvimento econômico não tange somente à elevação da produção, mas também, a uma melhor otimização dos recursos disponíveis oriundos do crescimento, os quais possibilitarão a melhoria no bem-estar social.

Conforme se abordará nas seções seguintes, o desenvolvimento econômico sempre foi pautado no crescimento, sendo este último o foco principal, em detrimento do primeiro. Tal situação expandiu para âmbito global, tornando-se fator comum nas economias mundiais, as quais vivenciaram o progresso do capitalismo, mas que em contrapartida experimentaram também a ausência da distribuição equânime de renda que proporcionaria o desenvolvimento.

Diante disto, a saturação do modelo econômico global levanta o debate acerca de uma reforma no sistema político-social, o qual possibilite que os meios de produção e a gestão pública por intermédio de suas políticas, proporcionem uma renovação no conceito desenvolvimentista vigente, visto que este se demonstra exaurido de possibilidades de mutação. Portanto, compreender uma possível reforma que convirja às dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política; necessita antes de tudo, avaliar os fatores progressos que culminaram na atual situação, a fim de que se busque uma análise crítica e se discorra para uma reforma adequada e, ainda, que se compreenda de fato o termo: desenvolvimento.

2.2 Economia política: origem dos conceitos desenvolvimentistas

As análises acerca de ações desenvolvimentistas estão imbuídas de convicções de ordem político-ideológicas, as quais norteiam as práticas de gestão das políticas públicas de cada esfera política. Para este modo de gerir, sob uma ótica que caminha por ações de diferentes prismas, denomina-se Economia Política.

A Economia política debate os interesses econômicos e sociais, motivo pelo qual suas análises estão diretamente ligadas aos interesses de grupos sociais, afirmam Smith (NETTO e BRAZ, 2007). Assim, o ponto central de discussão deste trabalho, perpassa as origens conceituais dos projetos desenvolvimentistas que dominaram o conceito de gestão global, influenciando as gestões nacionais ao longo do século XX.

Inicialmente, pode se trazer à memória os clássicos, dentre os quais, Adam Smith, o qual escreveu em seu livro “A riqueza das nações” a defesa de que, quanto maior a poupança dos capitalistas, maior seria a acumulação do capital, conceito que postula que toda a produção seria consumida, e mesmo a parte não consumida, seria adquirida para acumulação; uma vez que a parte poupada pelo capitalista, seria utilizada para a acumulação do capital, por meio da aquisição de mercadorias, ou para fins de empréstimo, que resultaria, por fim, na acumulação. Teoria que corroborara com a chamada “lei de Say”, segundo a qual toda produção gera uma demanda, a qual a absorve. Tal conceito foi ainda mais fortalecido, quando David Ricardo, analisou diversos problemas econômicos sob esta ótica, consolidando-a como quase um axioma; interpretando o desenvolvimento econômico e distribuição de renda por meio de salários e lucros, entre outros problemas econômicos.

Segundo a “lei de Say”, a demanda possui um papel passivo no ciclo econômico, uma vez que esta seria definida conforme a produção de bens e serviços, Assim, o desenvolvimento econômico é determinado pela condição da produção. Destarte, em uma economia de concorrência perfeita, na qual o preço é determinado pelas condições do mercado, o lucro é baseado conforme as condições de salário, uma vez que quanto maior for este, maior será o impacto na margem do lucro. Logo, a renda total, que é composta pelos salários e lucros, não seria afetada, pois a movimentação de um seria compensada pelo outro, mantendo um equilíbrio da renda total gerada.

Contudo, demais pensadores da Economia Política, colocam-se contrário a esta premissa, dentre os quais, pode-se citar Malthus, o qual defende a lógica inversa da primeira situação, explanando que a demanda agregada tende a ser inferior à produção, visto que, ainda segundo este, os assalariados utilizam integralmente suas rendas, ao contrário dos capitalistas,

que após consumirem, utilizam o excedente de moeda para acumulação; ou seja, criam a poupança (MALTHUS, 1996).

Nisto, tal fato evidencia o que Malthus defende acerca da inversão dos princípios de oferta e demanda, sendo a última, a verdadeira determinante do crescimento econômico. Logo, se a produção não é de fato consumida em sua totalidade pelos capitalistas, enquanto que a renda dos assalariados é toda esvaída pelo consumo necessário, Malthus, evidencia a necessidade de uma distribuição de renda e a participação maior dos gastos públicos como forma de promover o equilíbrio entre ambas, oferta e demanda.

Outro notável pensador que se contrapõe à “lei de Say” é Karl Marx. Sob a premissa de que a demanda não é igual à produção, Marx incrementa tal afirmação, tendo como base o processo de criação de valor, o qual define que o dinheiro (D) se transforma em mercadoria (M) e, que esta ao ser comercializada, retorna para o capitalista em forma de dinheiro, constituindo o D' , que é o incremento caracterizado como lucro. Corroborando, desta forma, com outra teoria de Marx, a qual participa que, no capitalismo, a oferta de mercadorias tende a ser maior que a demanda.

Complementando este pensamento, o referido autor justifica esta teoria com o argumento de que o valor das mercadorias no mercado (W) é constituído por três partes, sendo: o capital constante (C), que são os insumos necessários para a produção; o capital, variável (V), tal como os salários; e o lucro (S) a ser auferido pelos capitalistas. Logo, segundo Marx, a mercadoria é constituída pela função $W=C+V+S$, o que significa que a incorporação de C e V não satisfaz o desejo do capitalista, fazendo-se necessária a formação de S, a qual será auferida com a colocação das mercadorias no sistema de comercialização, assim, o lucro obtido dependerá do quanto os próprios capitalistas demandarão os bens de consumo e de investimento.

Outros pensadores da economia, tal como, Rosa Luxemburgo, incorporaram suas contribuições ao pensamento de que o sistema econômico vigente é um resultado de políticas liberais e que o crescimento da economia capitalista depende, não somente de uma demanda interna, mas também, da ampliação dos mercados, dentre os quais, o mercado externo (LUXEMBURGO, 1996). Assim, acrescenta que capacidade produtiva da economia torna-se maior que a demanda da sociedade. Situação decorrente de uma má distribuição de renda, pois sendo este fator, uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento, a baixa renda não permite ao público consumidor absorver tal oferta. Teoria esta, que foi mais bem assimilada a

partir da crise de 1929, provocando o devido reconhecimento da importância da demanda no processo capitalista.

Com base nas teorias da economia política supracitadas, permeando um aspecto sociológico, verifica-se que Ricardo e Smith, considerados os clássicos, objetivam, em seus estudos, com a Economia Política, compreender o modo pelo qual a sociedade se relaciona; seu funcionamento e sua origem no período feudal. Desta forma, explanam seus intentos de intervenção política e social. Também buscam compreender as instituições econômicas categorizando-as como instituições naturais, inseridas na vida social.

O liberalismo clássico é um fator relevante na ideologia burguesa ante ao estado absolutista e firmou os interesses da burguesia contra o regime feudal, instaurando-se como classe dominante, expressando assim, o ideário da burguesia, vindo futuramente suplantar o feudalismo, tendo como base uma ordem social de liberdade. Teoria que é categoricamente explanada por Adam Smith, em seu clássico livro “A Riqueza das Nações”, no qual defende que a riqueza de uma nação é obtida por intermédio da produção. Assim, a ação individualista promove o benefício coletivo, pois proporciona a ação desenvolvida decorrente do ciclo econômico (SMITH, 1996).

Contudo, a revolução burguesa não satisfaz o anelo pela liberdade total. Embora houvesse uma maior liberdade quanto à ordem social, demonstrou-se uma nova forma de dominação de classe, a qual outrora era exercida pelos senhores feudais. Passaram, assim, a ser a classe dominante, cujos interesses defendidos tem seu novo foco na manutenção do regime estabelecido, com vistas à preservação da propriedade privada, do capital, do salário e do lucro.

Em contraponto a visão liberal, surge à teoria Marxista, a qual defende que o conhecimento acerca da realidade social, promove o êxito transformador desta realidade. A crítica de Marx sobre a Economia Clássica indica a possibilidade de superação, rompendo assim, com as teorias que as tinham como eternas. Decorridos mais de um século da análise marxista, as relações comerciais continuam sob a égide do capital; porém, a sociedade burguesa já passou por transformações estruturais (MARX, 1996).

Diante disto, para Marx, a sociedade burguesa não é uma sociedade natural, mas sim, transitória, pelo fato de conter em seu próprio cerne, contradições que permitem sua superação, logo, possibilita o surgimento de um novo modelo social, provavelmente pautado na solidariedade. Desta forma, estas duas correntes de economia política, a liberal e a

marxista, vêm influenciando os métodos de elaboração e gestão de políticas públicas. As análises da trajetória de processos desenvolvimentistas estão baseadas ao menos em uma destas linhas, por exemplo, conforme posicionamento político-ideológico do grupo gestor.

Conforme visto anteriormente, a doutrina da Escola Clássica participa do conceito de que o desenvolvimento consiste na expansão da produção gerada pelo processo econômico que satisfaça as necessidades dos atores nela envolvidos, por meio de trocas. Considerada, assim, a segunda fase de evolução da economia como ciência social. Os fisiocratas sustentam que toda riqueza se deriva da riqueza, principalmente por intermédio da agricultura, considerada a única que atende e sobrepuja o consumo necessário para sua realização, gerando assim o produto líquido; motivo pelo qual defendem a criação de um imposto único sobre as rendas agrícolas líquidas, pois os demais setores (comércio e indústria) somente cobrem seus custos, servindo apenas de meios de transformações dos bens. Ainda, segundo estes, não seria adequado o Estado intervir no processo econômico da produção desses bens, principalmente no setor agrícola.

Com os clássicos e principalmente segundo a filosofia do economista Adam Smith (1723-1790), o qual por intermédio do livro *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (1776), objetiva identificar as causas do crescimento nacional, aprofunda-se ainda mais a análise do *Estado Estacionário*, o qual consiste no resultado do crescimento populacional demandando um maior cultivo de terras, tornando-as cada vez menos férteis, exaurindo-as a um determinado limite. Assim, o lucro desta tornar-se baixo ocasionando a cessão de acumulação de capital, vindo a prejudicar o crescimento econômico (RICARDO, 1982).

Diante disto, para coibir este "estado estacionário", segundo Smith, faz-se necessário adotar um regime no qual haja um liberalismo econômico, visto que a estagnação atinge a situação de crescimento zero. Baseia deste modo sua argumentação nos interesses individuais cunhando o termo da "mão invisível" das forças de mercado, a qual exclui a ação do Estado na economia, sendo este, tão somente um instrumento de controle da taxa de juros e promotor de novos investimentos. Tal método, no mercado dos fatores de produção, denota a ação individualizada da indústria, a qual produz mercadoria por meio da transformação, agregando valor, que por sua vez, gera a riqueza da sociedade.

Em suma, segundo os Clássicos, o sistema capitalista tende a um estado estacionário, pois o crescimento econômico está intrinsecamente relacionado ao crescimento demográfico,

aos rendimentos decrescentes da agricultura e ao conflito entre salários, lucros e rendas. De acordo com Furtado (1961, p. 27) a teoria de Malthus participa que a população tende ao crescimento sempre que há a elevação dos salários, gerando a acumulação, conforme descreve Furtado:

O ritmo de acumulação teria que ser grande e a renda do solo baixa. Salários altos significavam, entretanto, crescimento rápido da população e utilização de terras de qualidade inferior. Crescendo a mão de obra a proporção que subia a renda da terra. Dessa forma, a produtividade média da população ocupada tendia a baixar enquanto a que a renda da terra se elevava (...) a elevação dos salários pressupunha uma acumulação de capital, não podendo ser feita com sacrifício do lucro dos empresários; o segundo era que a classe de proprietários de terras constituía um peso social crescente, o qual só podia ser reduzido mediante uma política de livres importações de produtos agrícolas. (FURTADO, 1961, p. 27).

Portanto, na visão dos clássicos, caberia ao Estado à responsabilidade de manter a estabilidade social, por meio da liberdade individual, assegurando o direito à propriedade privada, mantendo suas ações restritas às áreas sociais.

Em continuidade a este pensamento, os Neoclássicos estudam o aprimoramento do processo produtivo e do fluxo de renda na sociedade, com vistas a agregar valor à economia primária, que é a agricultura. Transformando-a, assim, em agroindústria com tecnologia, voltada para a otimização da importação e do comércio internacional, pois, desta forma, alcançaria êxito no mercado interno, vindo a melhorar a renda nacional por meio da geração de emprego e apoio ao setor secundário da economia, o que resultaria no crescimento. Assim, segundo a teoria clássica do desenvolvimento, a acumulação de capital é o fator que satisfaz as carências e necessidades da sociedade, para fins de consumo imediato, bem como, destacada Smith:

O único objetivo e finalidade, tanto do capital fixo como do circulante, consiste em manter e aumentar o capital que pode ser reservado para o consumo imediato. É esse capital que alimenta, veste e dá moradia à população. A riqueza ou pobreza da população depende do suprimento abundante ou escasso que esses dois tipos de capital tem condições de que garantirão capital reservado para o consumo imediato. (SMITH, 1998, p. 217).

Porém, as premissas de Furtado (1961), quando afirma que “o ritmo de acumulação teria de que ser grande e a renda do solo baixa”, e a de Smith, quando afirma sobre a teoria da “Mão invisível”; obtiveram um período de validade, o qual foi sucumbido de forma empírica com a crise de 1929, haja vista, que a elevação da produção gerada pelo acúmulo de capital,

não foi proporcional ao aumento dos salários, associado ao desemprego que foi substituído pela implementação de novas tecnologias. Atingiu-se então uma crise de superprodução, a qual não foi absorvida, vindo a impactar no mercado de ações, fazendo com que os títulos da Bolsa de Nova York sofressem forte queda em seu valor, ocasionando o crash; ou seja, a quebra da bolsa de valores, o que refletiu na falência de instituições financeiras e empresas, gerando um desemprego de grandes proporções.

Neste período se destaca o economista J. M. Keynes, o qual, segundo Furtado (1961), ignorou o princípio de um equilíbrio espontâneo, tal como a teoria da “mão invisível”, empenhando-se em diagnosticar os fatores determinantes do nível de emprego. Apesar da premissa clássica acerca da acumulação de capital, do crescimento demográfico e das inserções tecnológicas, Keynes participa que no prisma da oferta, este não possui quaisquer problemas fundamentais, visto que os empresários estão cientes de seus custos, determinando o planejamento produtivo com base no mercado consumidor. Verifica-se, portanto, que o nível de produção se dá pela demanda efetiva, provocada pela renda que chega à população, a qual possui dois fins: consumo ou poupança. Nisto, o modelo keynesiano, centra sua análise em uma situação de curto prazo, quando há rigidez nas variáveis de recursos empregados (KEYNES, 1996). O entendimento de tal modelo, que possibilitará a compreensão da análise antagônica de Keynes ante os economistas clássicos, necessita previamente da elucidação de como os fatores consumo e poupança, afetam tal conceito. A qual será abordada a seguir.

A renda disponível para uma determinada economia doméstica possibilita a esta, a condição de adquirir bens e serviços, para os quais utilizam parte da referida renda, o que denominou Keynes, a esta relação estável, de função consumo. Tal função relaciona o quanto é suportado pela renda de uma economia doméstica, o que, em termos macroeconômicos, a função consumo consiste na relação entre a aquisição de bens e serviços de uma economia nacional e o rendimento disponível da mesma, economicamente mensurada pelo Produto Interno Bruto (PIB), caracterizando o consumo agregado, cuja evolução, permite avaliar a atividade econômica em curto prazo e o crescimento em longo prazo, pois, quaisquer alterações nos níveis de consumo, impactarão na produção e, conseqüentemente, no emprego. Tal fato denota a importância do consumo na demanda agregada, tendo em vista que se observa, não somente o que se consome, mas também, o que se poupa. Neste ponto verifica-se outra análise da teoria keynesiana, a função poupança, a qual demonstra a relação entre o nível de poupança e renda; ou seja, a análise contrária da função consumo.

Refletindo nesta possibilidade, Keynes representa a resposta do consumo às variações de renda, por intermédio da Propensão Marginal a Consumir (PMC), a qual consiste na quantidade adicional consumida quando há o incremento de uma unidade monetária na renda das economias domésticas. Portanto, supõe-se que o consumo se eleva junto com a renda; porém, de forma concomitante, conforme a renda é elevada, maior porção desta também é destinada à poupança.

Verifica-se, portanto, a relação direta entre consumo e renda disponível; sendo esta última, o fator mais importante para se determinar o consumo em âmbito macroeconômico de forma previsível. Desta forma, define-se a relação do consumo com a riqueza, sendo que quanto maior esta última, maior será o consumo. Embora a riqueza não varie de forma acentuada entre cada período de exercício, em casos esporádicos, quando há uma significativa alteração desta, tal como ocorreu após a crise de 1929, esta impactou de forma contundente o consumo agregado, enfatizando o fato de que este está mais relacionado à renda disponível em longo prazo, do que da renda disponível anualmente, condicionando-o à riqueza acumulada.

A partir da constatação acima, buscava-se então, a definição de como determinar a produção adequada para o curto prazo. Lacuna suprida por Keynes, ao introduzir o modelo multiplicador, o qual, segundo o mesmo, consiste em explicar o quanto cada unidade monetária aplicada como investimentos na economia real provoca uma variação na renda nacional superior à quantidade aplicada. Por intermédio do qual, percebe-se o quanto as interferências que afetam os investimentos, a política de impostos e os gastos públicos, influenciam na produção e no emprego (KEYNES, 1996).

Na ocorrência da elevação da demanda por bens e serviços, as unidades de gasto, neste caso as empresas, elevam a produção, o que demanda mão de obra, logo, eleva o nível de emprego, refletindo no aumento das economias domésticas, as quais, por sua vez, elevarão o consumo por demais bens e serviços e, assim, segue o giro econômico provocado pelo multiplicador de investimento.

Associado ao multiplicador de investimento, Keynes introduz a análise do impacto ocasionado, na hipótese de inserção do multiplicador do gasto público, sendo este caracterizado pelo incremento das compras de bens e serviços pelo Estado, vindo a provocar uma elevação no PIB; haja vista, que a aquisição de quaisquer mercadorias ou demandas de

serviços por parte do Estado, refletirá no desenvolvimento da cadeia produtiva dos respectivos itens demandados.

Verifica-se, portanto, que o gasto público (G), possui interferência significativa na elevação da produção e, conseqüentemente, no emprego e renda. O impacto provocado pela ação do Estado, por intermédio do gasto oriundo deste, resulta na elevação do processo produtivo, conforme exposto no gráfico 2, abaixo:

Conforme explanado, o consumo (C) possui uma participação natural na demanda agregada, a qual é elevada quando ocorre a ação de investimentos (I). Observa-se, no entanto, que quando há a ação do Estado, demandando bens e serviços, o nível de (G) aperfeiçoa a demanda agregada. Assim, a formação do PIB, dar-se pela composição adicionada de $C+I+G$. Diante disto, torna-se inexorável o reconhecimento do fato de que a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas de investimento, promove de forma significativa à determinação da produção e do emprego. Destarte, torna-se clara as concepções distintas das escolas da economia clássica e keynesiana acerca da ação do Estado na economia.

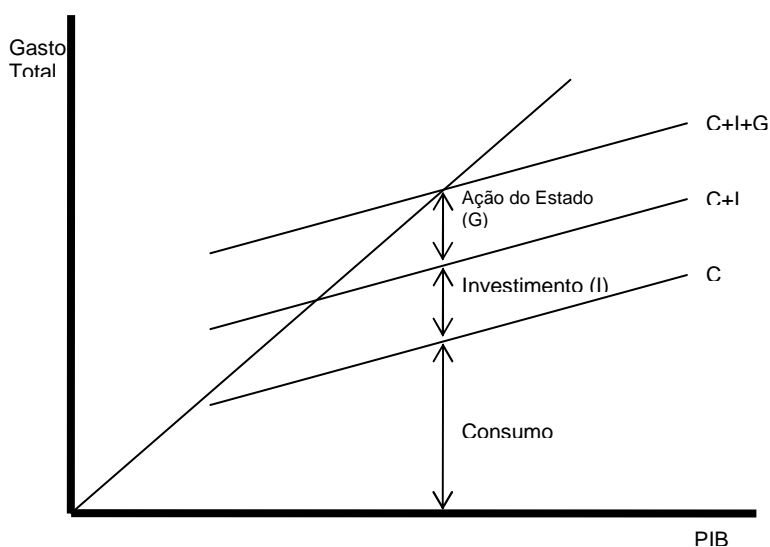


Gráfico 1: O impacto da participação do Estado na economia nacional

Fonte: Mochón (2007, p. 179). Adaptado pelo autor.

Na visão da economia clássica, o gasto público deve ser limitado a uma situação pela qual, logre êxito em seu equilíbrio, sendo, para tanto, aplicado o mínimo possível. Contudo, para a teoria keynesiana, diante a uma recessão provocada por uma demanda agregada insuficiente, há a necessidade da adoção de uma política de gastos públicos. Portanto, verifica-se que o conceito de desenvolvimento permeia diversas premissas, as quais almejam

expressar o motivo pelo qual ocorre o desenvolvimento. Cada corrente da economia política apresenta sua contribuição. O marxismo promove a análise crítica, fomentando o inconformismo com a situação de acumulação centralizada de capital; a escola da economia clássica demonstra uma aplicação metodológica e o pensamento keynesiano permite uma melhor análise do papel do Estado na economia, possibilitando novas perspectivas na ação social (FURTADO, 1961).

Embora não tenha sido expressa de forma mais clara pelos teóricos da economia política, o foco da ciência econômica é atender ao elemento humano, que é o centro de suas elucubrações, por meio de uma forma, na qual a geração de riqueza permita a sua integração à comunidade como elemento produtor e beneficiado da produção, a fim de se promover o crescimento e, por consequência, o desenvolvimento econômico, sendo a distinção sobre estes dois fatores, comum nos debates sobre economia.

Por outro lado, sabe-se que o crescimento é parte integrante do desenvolvimento, associado às questões que tangem à qualidade de vida no aspecto econômico. Destarte, para Schumpeter (1957) a produção, que é composta pelos meios de produção, pelos recursos naturais e pela força de trabalho, representa apenas os aspectos relacionados ao crescimento. Todavia, acrescenta que questões educacionais e o meio ambiente sociocultural imbuído na economia, promovem o impacto das transformações sociais, culturais e institucionais sobre a produtividade desta economia. Assim, estas constituem as principais forças que condicionam a produtividade, demonstrando que a taxa de produção de uma economia não é um fenômeno meramente econômico.

Portanto, Schumpeter entende a produção, os recursos naturais e a força de trabalho como componentes de crescimento, pois representam uma variação quântica. Enquanto que os aspectos socioeconômicos são componentes de desenvolvimento, sendo, portanto, fatores relevantes para o desenvolvimento econômico, visto que, impactam nos sistemas de valores da sociedade (ADELMAN, 1972).

Visando a obtenção dos dados acima explicitados por meio de cálculo, Schumpeter propõe a equação a seguir, segundo o qual a produção se expressa por meio de uma função de produção, a qual consiste em: $Y = f(K, N, L, S, U)$; onde: Y representa a produção; K, os meios de produção produzidos; N, os recursos naturais; L, a força de trabalho; S, o fundo de conhecimento aplicado da Sociedade; U, o meio ambiente sociocultural em que opera a economia. Sendo estes dois últimos (S e U), os que impactam nas transformações sociais,

culturais e institucionais sobre a produtividade desta economia. Para melhor delineamento, faz-se necessária a compreensão do termo desenvolvimento, o qual, segundo o dicionário da Língua Portuguesa, significa o ato ou efeito de incrementar, progredir, aumentar. Entretanto quanto ao aspecto econômico, a palavra desenvolvimento possui a conotação de incremento do PIB em análise per capita, acompanhada pela melhoria da qualidade de vida da população.

A questão do desenvolvimento econômico obteve maior espaço no período pós-guerra, momento em que os governos pautavam suas estratégias por intermédio do desenvolvimento nacional, o que significava uma alternância estrutural do modelo econômico outrora empregado. Tendo em vista ser o desenvolvimento econômico a associação do conceito de crescimento ante a melhoria da qualidade de vida, a Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza os parâmetros de expectativa de vida, nível de industrialização, índice de mortalidade infantil, nível de alfabetização, condições sanitárias e grau de dependência econômica externa. Diante disto, é tácito que o fator de condição de vida humana é primordial para que se considere, como um estado de desenvolvimento econômico, o fator da qualidade de vida de uma nação ou região. Assim, a discussão acerca do desenvolvimento econômico, perpassa princípios da economia política, a qual, conforme se explanou anteriormente, está sempre imbuída de alguma ideologia pré-determinada.

Dentro da visão liberalista neoclássica, destaca-se a participada por Rostow (1974), a qual considera que para uma nação atingir o nível de desenvolvimento, se faz necessário percorrer cinco etapas distintas, tal como segue:

1. Sociedade tradicional: definida com aquela em que o nível de produção é limitado devido à baixa produtividade, decorrente da ausência de tecnologia, fazendo com que o setor agrícola seja a principal fonte de geração de riqueza;
2. Pré-condições para o arranco: trata-se da transição da primeira etapa para o chamado “arranco” desenvolvimentista, o qual se caracteriza pela introdução da ciência na agricultura, possibilitando a alternância de uma economia de subsistência para a comercial, agregando outros fatores, como o surgimento de instituições financeiras, investimentos em infraestrutura, dentre outros;
3. O arranco: desvinculação das resistências ao desenvolvimento com a difusão do conceito desenvolvimentista por toda a sociedade. Surgem novas técnicas agrícolas e industriais, transformando o outrora agricultor em empresário.

4. Marcha para a maturidade: nesta fase o crescimento da produção supera o demográfico, haja vista que a produção obteve fins comerciais. Nisto presume-se que foram suplantados os valores sociais anteriores, permitindo que o país produza o que bem lhe aprouver, por meio da ausência de escassez tecnológica.
5. A era do consumo em massa: nesta fase, a renda *per capita* possibilita a garantia de um padrão de vida consideravelmente elevado, permitindo o consumo de bens duráveis, podendo-se, a partir daí, atingir o bem estar social (*welfare state*).

De acordo com os pressupostos participados por Rostow, as gerações vindouras que herdariam um sistema econômico estável tenderiam a dar um crescente valor à qualidade de vida. Tal teoria possui como premissa a evolução da oferta e da demanda agregada, sendo que a primeira, neste caso, depende de um alto nível de eficiência na gestão de empreendimentos, bem como da tecnologia. De outro lado, a demanda dependerá do nível de renda per capita. Assim, para Rostow as condições necessárias para o arranco, perpassam por alterações na economia, o que demonstra a participação de um estado nacional, a fim de respaldar a modernização (RAMBO e FILLIPI, 2009)

Não obstante ao fato supracitado, Furtado (1974) considera seu objetivo final utópico por ser inaceitável, nesta concepção, a hipótese de que os padrões de vida, sob a ótica do consumo, possam se expandir em âmbito global, sendo, desta forma, contraditória ao modelo de desenvolvimento capitalista, o qual exclui as grandes massas dos países periféricos das benesses do desenvolvimento.

Tal afirmação pode ser constatada ao se analisar os obstáculos pelos quais as nações em busca do desenvolvimento precisam transpor, a iniciar pela dificuldade de se atingir toda a população, sendo que em alguns casos, as questões culturais, institucionais e sociais, somam-se a estes, pois os conceitos de desenvolvimento são particulares a cada cultura local (VIEIRA, 2009).

Acrescenta-se ainda o fato de que, os países não desenvolvidos dependem diretamente de países desenvolvidos para obter um relacionamento de comércio exterior, por meio de investimentos na produção de insumos, os quais posteriormente serão repatriados aos seus países de origem, em forma de remessa de lucros e juros, deixando o país não desenvolvido aquém das divisas que promoveriam seu desenvolvimento. Ainda sob a ótica de Furtado (1961), o desenvolvimento é resultado do fluxo real de renda, oriundo do incremento da quantidade de bens e serviços, o qual é acompanhado pelo processo de mobilidade social,

onde as necessidades humanas são supridas por meio de diferenciações no sistema produtivo, o que permite a introdução de novas tecnologias.

Portanto, com base na premissa de que o fator para se atingir o estado de desenvolvimento é a perfeita alocação dos resultados oriundos do crescimento econômico, os quais gerarão riqueza suficiente para se promover o desenvolvimento. Neste sentido Furtado afirmar que:

Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das novas formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. (...) Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetos abstratos (...). (FURTADO, 1974. p. 75-76)

Assim, conclui-se que o subdesenvolvimento demanda uma mudança social ao invés de um sistema de entendimento da organização produtiva. Antes de tudo, o processo de desenvolvimento consiste em uma transformação social na qual as necessidades humanas são satisfeitas por meio da introdução de novas tecnologias, o que modernizaria a produção e o papel do Estado; pois o subdesenvolvimento “não é uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.” (FURTADO, 1971, p. 181).

Ademais, pode-se concluir que o desenvolvimento econômico é oriundo de um crescimento sustentado pelo poder de compra da população, bem como de sua renda per capita, a qual possibilita a melhoria da qualidade de vida do coletivo, por meio de uma ação intervencionista, onde o Estado se coloca como propulsor da economia, a fim de corrigir as disparidades socioeconômicas, conforme destaca BRESSER-PEREIRA:

O pressuposto mais do que a conclusão básica deste trabalho é o de que o desenvolvimento econômico e, mais amplamente, o desenvolvimento humano, só começa a se realizar quando um povo ou um conjunto de povos, no quadro da Revolução Capitalista, se transforma em uma Nação, logra se dotar de um Estado, e passa a deliberadamente buscar a melhoria dos seus padrões de vida. De acordo com essa perspectiva, o agente histórico por excelência do desenvolvimento econômico é a Nação – é a sociedade nacional que, compartilhando um destino comum, logra controlar um território e se dotar de um Estado que lhe sirva de principal instrumento de ação coletiva. A condição principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento econômico é que essa Nação tenha autonomia e coesão suficientes para, através do seu Estado, formular uma estratégia nacional de

desenvolvimento ou de competição econômica com as demais nações. Histórica ou empiricamente não há caso de verdadeiro desenvolvimento econômico sob condição colonial. (BRESSER-PERERIRA, 2008, p. 2)

Desde meados da primeira década do século XXI, devido ao crescimento econômico global, vive-se nos últimos anos um ciclo de abundância econômica. O conceito de desenvolvimento como liberdade, permeia a possibilidade de acesso às oportunidades nos aspectos econômicos, políticos, educacionais, bem como, apoio às iniciativas (SEN, 2003). Assim, ações que visem estimular o crescimento econômico autônomo, permitem a expansão do volume de negócios com políticas de crédito para empreendimentos de pequenos e médios portes, possibilitando a inclusão, por meio da geração de trabalho, o que, conseqüentemente, gerará renda, a qual permitirá o consumo que satisfará a necessidade social.

Todavia, a história econômica brasileira, consiste de fatos nos quais as tendências de economia política interferiram de forma significativa no modelo de desenvolvimento implementado no país. Tais modelos proporcionaram impactos que se refletem até os dias de hoje. Como o objeto deste trabalho se limita às questões relacionadas à Economia Social (ECOSOL), denota-se, portanto, os fatos que proporcionaram o resultado ocorrido nas décadas perdidas (1980 a 1999), e, por conseguinte, a fez emergir.

2.3 Características gerais do desenvolvimento econômico brasileiro

É tácito nas teorias aqui estudadas que o princípio de que as conseqüências vividas atualmente na economia brasileira, são reflexos da situação estrutural do modelo de desenvolvimento anteriormente implementado. Tendo em vista que a expansão marítimo-comercial europeia, mais especificamente o projeto português de colonização da América, cunhou a economia, a política e a sociedade de nosso país. O Brasil caracteriza-se em seu surgimento por ser o resultado do império português, não como nação autônoma, impondo uma situação de subserviência que perduraria como característica primaz da economia brasileira (PIRES, 2010).

Após uma economia extrativista, no período colonial, tendo como principais produtos o pau-brasil, o açúcar e a mineração, associados a uma mão de obra escrava; surge um novo ciclo produtivo, exportador, com a monocultura do café, o qual no decênio 1891-1900

correspondia a 64,5% das exportações. Tendo sua produção primária na região do Vale do Paraíba, o café era a melhor opção para produção, haja vista seu preço no mercado europeu, o que favoreceu largamente a expansão do produto, dando início às estradas de ferro, a imigração estrangeira, crescimento dos centros urbanos no Sul do país e a constituição de casas bancárias, sinais denotativos do crescimento econômico promovido pela cafeicultura. Porém, a dependência externa era o ponto de vulnerabilidade econômica brasileira, quando das crises da Europa e Estados Unidos.

As crises de 1893 e 1906, decorrentes da superprodução do café, bem como o fim da I Guerra mundial, em 1918, culminaram com a concorrência estrangeira e os elevados estoques invendáveis conforme descreve Furtado:

Era perfeitamente óbvio que os estoques que se estavam acumulando não tinham nenhuma possibilidade de ser utilizados economicamente num futuro previsível. Mesmo que a economia mundial lograsse evitar nova depressão, após a grande expansão dos anos vinte, não havia nenhuma porta pela qual se pudesse antever a saída daqueles estoques, pois a capacidade produtiva continuava a aumentar. A situação que se criara era, destarte, absolutamente insustentável. (FURTADO, 1969)

Posterior à crise cafeeira, o Brasil sofreria ainda com a crise de 1929, pois a retração das economias externas reduziria o comércio internacional, fazendo com que elevasse sua dependência do mercado interno, tornando a indústria o fator principal da dinâmica de geração de renda interna. Assim, deu-se início ao processo de substituição das importações, o qual consistia na produção interna de um bem, antes importado. Para Tavares (1982) o Programa de Substituição de Importações (PSI), deu-se principalmente devido a Grande Depressão, promovendo a ruptura de um modelo econômico baseado na economia primária, mas que, também, apresentou outras falhas para a sustentação deste processo desenvolvimentista, que foi a insuficiência de bens de capital e de intermediários, os quais são necessários para o processo produtivo, especificamente, a industrialização. Assim, esta ainda encontrava-se debilitada. Caracteriza-se, portanto, o período de 1930-1945 pela criação das bases para a industrialização brasileira, pois a crise de 1929 expunha as economias pautadas na exportação de produtos primários.

Com o intuito de mudar o perfil da economia brasileira, a fim de que esta deixasse de ser agrícola, para acompanhar o processo de industrialização mundial, ocorrido no período pós-guerra, Getúlio Vargas implementa as bases para a indústria pesada no país, com vistas a

alavancar a industrialização. Embora o ambiente externo fosse desfavorável, iniciou-se de forma mais contundente o processo desenvolvimento por meio da industrialização. Mas, os problemas de sustentação política e social, limitaram a aplicação integral do projeto de Vargas, tal como, a divergência no interior do Estado e das classes dominantes. A economia brasileira dependia de financiamentos e de tecnologia externos, o que limitava o processo evolucionário da industrialização. Evidenciava-se, então, a necessidade do capital estrangeiro fazendo com que o projeto oscilasse entre o desenvolvimento autônomo e o integrado ao capital externo. Desta forma, o projeto de Vargas foi implementado de forma parcial, contudo obteve êxito no tocante a definição do modelo de desenvolvimentista a ser seguido (CORSI, 2010)

Diante deste contexto, Juscelino Kubitschek, eleito presidente da república em 1956, implantou o Plano de Metas, o qual continha em seu bojo, 31 itens. Tal plano propunha a alternância de um modelo econômico agroexportador para industrial, por meio da expansão industrial no país, dando continuidade ao PSI, mas com a abertura para o investimento externo. Os setores de energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo, eram os principais, vindo estes a receber a maior parte dos investimentos, resultando no crescimento na produção de bens de capital e de consumo.

A mudança estrutural ocorrida no Brasil com a execução do Plano de Metas, com foco no desenvolvimento industrial, foi calcada pela ação intervencionista do governo, o que remete ao modelo keynesiano, por meio das empresas estatais; pelo capital privado nacional e pelo capital estrangeiro; sendo este último, caracterizado pela transnacionalização das empresas, as quais viam no mercado brasileiro, um potencial econômico desejável, vindo a se instalarem e se expandirem no mercado nacional.

Contudo, o desenvolvimento descrito acima, ficou restrito às regiões sul e sudeste do país. Embora o esforço demonstrado, a exemplo do projeto de Celso Furtado, convidado por JK para estudar as possíveis soluções para o problema social e econômico no Nordeste, o qual conclui que o subdesenvolvimento não está relacionado à seca, mas sim, a uma situação histórico-estrutural, tais como: relações de trabalho pré-capitalista, adaptada a análise cepalina da relação centro-periferia para uma análise integrada do país e aponta a transferência de renda do Nordeste para o centro-oeste, como fator impeditivo da industrialização da região. Para superar tais deficiências, se fazia necessária uma ação estrutural, a qual consistia na industrialização da região, pois, ainda conforme Furtado, as desigualdades são frutos das

formas de distribuição das tecnologias; para o que, propõe um esforço interdisciplinar para a formulação de estruturas espaciais, a fim de elevar o seu ritmo do crescimento econômico. Foram definidas, ainda, novas plantas motrizes e de processamento secundário. Associado a isto, se desenvolveu uma nova política regional pautada em uma integração territorial econômica, social e política, com impactos estruturais duradouros nas áreas de transporte e na descentralização dos centros urbanos. Porém, esta questão não obteve a atenção devida, no que tange ao segmento social (DINIZ, 2009).

Furtado (1964) se destaca como o principal pensador da história estrutural da economia brasileira, pois busca a compreensão dos motivos que ocasionaram o atraso desenvolvimentista brasileiro, por meio do estudo dos fenômenos econômicos, concluindo com a predominância da situação de subdesenvolvimento, o qual considera como a consequência proveniente do desequilíbrio da expansão do progresso técnico. O subdesenvolvimento deve ser entendido, em primeiro lugar, como um problema que se coloca em termos de estrutura social, haja vista que como na maioria dos países subdesenvolvidos, a agricultura possui relevância econômica e esta atua de forma não somente de subsistência, mas também, de função socioeconômica, colaborando para a manutenção do subdesenvolvimento, configurando uma estrutura social, na qual a maioria da população possui poucas condições de se organizar para obter êxito ante a minoria privilegiada, sendo que tal relação verteu-se para o setor industrial. A manutenção de uma relação dualista desigual coíbe a participação decisória da população a qual, conforme relata Furtado é de suma importância para a formatação do desenvolvimento:

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão somente uma economia atrasada – do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia agrícola atrasada em determinadas condições históricas, propicia a introdução de uma cunha de economia capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores (...) com reflexos em toda (...) a estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. (FURTADO, 1964, p. 81)

A crescente industrialização brasileira, como forma predominante de progresso econômico, possibilitava condições reais de desenvolvimento, pois concomitantemente ascendiam os processos de urbanização, a qual promoveria questões relacionadas a demandas sociais dos grandes centros, como por exemplo, o saneamento, bem com o fortalecimento do

mercado interno, com a elevação do poder de compra provocado pela mutação dos hábitos da população com a demanda pelos bens de consumo. Não obstante, o custo social desencadeou-se pela ausência da real qualidade de vida de grande parte da população.

O desenvolvimento brasileiro caracteriza-se pela concentração regional e social, desconstruindo o preceito de que este se salienta, tão somente, pelo crescimento da força produtiva e pela expansão dos dados econômicos. Assim, o modelo implementado apresentava aspectos sociais negativos que iam desde a ausência política consciente da ação do Estado, formada pela estrutura subsidiária, que de forma supérflua proporcionou baixos investimentos sociais, elevando a concentração da riqueza, por meio de barreiras criadas, a fim de se atender aos interesses de grupos privilegiados, os quais migraram do setor agrícola para o setor industrial (FURTADO, 1964).

À parte de tais demandas sociais, a segunda metade do século XX proporcionou mudanças significativas na economia brasileira, inclusive na política econômica, a qual sofreu ações de flexibilização, com o objetivo de atender a uma política de investimentos externos voltados para o desenvolvimento. Tais medidas propiciaram a transformação estrutural da economia, trazendo uma nova problemática de redefinição do papel do Estado (LESSA, 1975), a qual se compreendia na constatação do não desenvolvimento, tendo em vista que a relativa pobreza da população brasileira não poderia vir a ser aceita como uma casual do avanço econômico, a qual deveria estar imbuída do desejo de diagnosticar os “vícios estruturais, de definição de diretrizes, de elaboração de instrumentos hábeis para transformar diretrizes em ação, enfim, de esforço para transformar a realidade social (...)” (FURTADO, 1962, p. 72-73).

Sendo o Estado a instituição responsável por prover o bem estar social e, considerando que isto não se tornou perceptível, fazia-se necessário repensar suas funções, a fim de volvé-lo como agente na promoção do real desenvolvimento, mantendo o nível dos fatores de produção relativamente alto, com vistas a potencialidade do país, para se estruturar um planejamento com ideais de cunho democrático. Neste contexto, Furtado (1962), ressalta a necessidade das reformas de base, as quais compreendiam a consciência dos problemas estruturais de natureza qualitativa, que tangiam desde a reforma agrária passando pelo sistema fiscal e finalizando com a estrutura institucional financeira, convergindo para o atendimento dos anseios da população. Contudo, a sensibilidade para as questões voltadas para o bem estar

social, foi relegada em detrimento de uma economia industrial, a qual reprime as demandas sociais, se aproveitando da não estruturada sociedade, conforme relata Furtado (1978):

Privados progressivamente de memória histórica e senso de identidade, referidos a um sistema de medidas concebido para os fins da acumulação, os povos atraídos pela via indireta para a civilização industrial, passaram a ser classificados, ordenados, etiquetados, transfigurados em entidades abstratas, cujo comportamento se explica exaustivamente, a partir de um número limitado de dados. (FURTADO, 1978, p. 77)

Adotou-se, portanto, o desenvolvimento como um desempenho internacional, sob o pacto de acelerar o processo de acumulação, suplantando os padrões culturais, sendo o elemento competitivo o fator principal, com o objetivo de galgar o patamar obtido pelas nações desenvolvidas, que em aspectos econômicos resultam na criação de condições atrativas para os investimentos diretos estrangeiros e/ou pela elevação da poupança interna, a qual justifica a concentração de renda, haja vista, que a população mais rica é que possui condições de poupar. Desta forma, evidencia-se a ideia de progresso adotada pela minoria privilegiada, dissociada das estruturas sociais, pois elevam os padrões de consumo em detrimento do atendimento das necessidades de um considerável grupo da população. Portanto, nenhuma evidência existe de que a industrialização dependente conduz a formas sociais estáveis (FURTADO, 1977). Denota-se, todavia, que a crescente heterogeneidade social é fruto de um autoritarismo utilizado para proporcionar a rápida acumulação de bens, associada à repressão das forças sociais não atendidas pelo processo de crescimento industrial, frustrando assim, o real desenvolvimento desejável.

Cabe ressaltar que este trabalho não participa de que o legado do setor industrial tenha sido totalmente maléfico, mas sim, discute-se o modelo de desenvolvimento aplicado no processo histórico brasileiro, sob a ótica da melhoria da qualidade de vida, pois o crescimento consiste na capacidade de produção de bens e serviços, fator primordial para que haja o desenvolvimento. Entende-se, desta maneira, que o desenvolvimento transcende o crescimento, visto que este não considera somente o aspecto econômico, mas também o cultural e social, tendo em vista que a necessidades sociais obedecem aos singulares aspectos regionais (VIEIRA & SANTOS, 2012).

As disparidades regionais decorrentes da produção industrial de 1920, cujo modelo foi acima explicitado, demonstra uma relativa concentração industrial em São Paulo, fato que se manteve nas décadas seguintes, perfazendo entre os anos de 1948 a 1955 uma evolução de

14,39%, enquanto que na região Nordeste houve uma retração de 41,1%, no mesmo período, fazendo com que a renda per capita de São Paulo fosse 4,7 vezes maior que a da região Nordeste (TAVARES, 2011).

Este fato corrobora os desequilíbrios regionais provocados pela não descentralização do parque fabril, fazendo com que houvesse dois pólos distintos. Em primeira análise o pólo nordestino, que em 1957 era composto por, aproximadamente, 7 milhões de habitante e com uma economia não integrada, cuja principal atividade era a comercial dominante. O outro pólo, o sulista (compreendendo os estados de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul) que no mesmo ano congregava 18 milhões de habitantes, com uma economia totalmente integrada. Situação que se ampliou no decorrer dos anos seguintes, acentuando cada vez mais os desequilíbrios regionais, marginalizando a população outrora agrícola e posteriormente industrial, para àqueles que se inseriam no contexto do progresso baseado no crescimento.

Para Souza (2012) a etimologia da palavra desenvolvimento e o seu impacto na sociedade é o de acumular e posteriormente distribuir as riquezas, o que para os teóricos da corrente clássica consiste na igualdade do nível de progresso material, social e cultural que usualmente ocorre de forma natural, contudo no caso específico, não ocorreu, demonstrando-se incapaz em suprir as necessidades básicas da sociedade apesar dos níveis de crescimento do PIB. O conceito de desenvolvimento envolve, a princípio, a redução das distorções sociais e econômicas, a fim de movimentar o processo de mudança, bem como promover a evolução da sociedade para um Estado cada vez mais superior.

O desenvolvimento pautado e promovido pela industrialização brasileira demonstrou, assim, sua incapacidade de promover a inclusão social, por meio da distribuição de renda. Fazia-se necessário, para tanto, o surgimento de um modelo econômico includente que não aceitasse a precarização do trabalho, mas sim, promovesse o desenvolvimento humano, baseado no saber regional, obedecendo às ordens culturais, a fim de que, a partir destas, se obtivesse acesso ao processo de desenvolvimento baseado no fator humano. É neste meio que surge de forma endógena na população a Economia Social.

2.4 Os EES: alternativa ao processo de desenvolvimento regional.

Conforme explanado no capítulo anterior, a economia brasileira foi caracterizada por um projeto de expansão industrial de âmbito global, o qual trouxe consigo o crescimento

econômico, integrando o país na economia globalizada. A alternância do modelo econômico de agroexportador para industrial permitiu a implantação e modernização de um parque industrial capaz de atender as demandas internacionais. Todavia, a questão social não obteve o mesmo desempenho, ficando aquém dos investimentos internacionais.

Decorrentes disso, as demandas sociais emergiram de modo organizado, em busca de uma forma inovadora perante a crise econômica vivenciada. Destacam-se, assim, os EES (Empreendimentos Econômicos Solidários), como alternativa ao problema da escassez, bem como forma de combater a questão da desigualdade socioeconômica, por meio de geração de renda e serviços.

2.4.1 Economia Social: contextualização.

O desenvolvimento econômico tem sua origem no comportamento humano, que é passível de escolhas, as quais implicam em conflitos, que ocorrem devido ao não atendimento à demanda, ou não atendidos em sua plenitude, portanto incapazes de satisfazer o indivíduo e resultam no inexorável fato da “lei da escassez” de recursos. Tal lei prescreve a necessidade de se alocar de forma eficiente os fatores/recursos de produção disponíveis, a fim de se obter bens e serviços, que servirão para atender as necessidades infinitas dos consumidores.

Assim, tal realidade condiciona-se, direta e indiretamente, a um processo econômico que engloba o comportamental de escolhas, fazendo com que uma vez escolhida determinada opção, isso implicará necessariamente na recusa de qualquer alternativa (OLIVEIRA, 2010).

Desta forma, medir o desenvolvimento significa um desafio. Modelos econométricos não atendem a este anelo, pois as políticas endógenas refletem o resultado de seus pressupostos, as quais, por parte do Estado mostram-se limitadas, permitindo a expansão dos conceitos capitalistas, por meio dos conglomerados econômicos que atuam no mundo econômico globalizado, os quais ocasionam problemas sociais, porém locais (VIEIRA, 2009). Diante disto, novas formas de aprimoramento das ações econômicas, surgem com a meta de sanar tais necessidades coletivas tais como: educação, saúde, renda, etc., sendo denominados Empreendimentos Econômicos Sociais (EES).

A economia é parte integrante de políticas públicas em âmbito macroeconômico. As ações de políticas monetárias e fiscais refletem diretamente na economia nacional, trazendo benefícios ou crises, sendo expansivas ou restritivas, conforme o momento pelo qual passa a economia

de um país. Partindo do princípio de que a transformação social, por meio da tecnologia social deve ser oriunda de uma ação endógena da sociedade, esta configura uma forma morosa e de difícil aplicação, até que se obtenham os resultados almejados.

Diante disto, a Economia Social (ECOSOL), caracteriza-se por ser um modo de produção cujos princípios se baseiam na propriedade associada do capital e o direito à liberdade do ser humano, pois surge como uma reação ao modo de produção capitalista (SINGER, 2006), identificando o trabalhador com seu território, ante as dimensões política, social, ambiental e econômica (SARDÁ, 2011).

No aspecto ideológico, almeja a redução da desigualdade socioeconômica por intermédio da gestão compartilhada dos meios de produção, da divisão equânime dos resultados do trabalho conjunto, com vistas a suplantam as desigualdades decorrentes do modo de produção capitalista. A ECOSOL possui valores adotados inicialmente pelos socialistas utópicos. Porém, sua evolução acompanhou as alternâncias do capitalismo, sempre com novos modos de aplicar seus princípios, mantendo suas características, as quais, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), tangem a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos, como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher em uma economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, os valores da cooperação e da solidariedade, todos estes como promoção do saber e da criatividade (MTE, SEANES, FBES, 2007, p. 31-35).

Com base nas características supracitadas, os EES, que são empreendimentos imbuídos dos princípios da ECOSOL, visam um equilíbrio entre as ações de desenvolvimento, por meio do crescimento econômico, a fim de se obter a equidade no conhecimento e senso crítico; consciente de que, o ser humano é o principal ator da atividade econômica, sob o fundamento de uma globalização humanizadora, a partir de um desenvolvimento sustentável, com vistas à satisfação racional das necessidades dos indivíduos de forma intergeracional.

Os EES pautam o trabalho, o saber e a criatividade como valores centrais, negando o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas, baseada em práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais, tendo o ser humano, como finalidade da atividade econômica. Ainda para Furtado (1974), a ECOSOL é caracterizada por atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, sob a forma de autogestão, coibindo a contradição fundamental do sistema capitalista,

o qual promove o crescimento, mas, exclui significativamente o acesso aos seus benefícios. Contudo, dentre os princípios da ECOSO, a eficiência não se limita aos benefícios materiais logrados pela atividade de um empreendimento, mas também pela eficiência social de todo o ecossistema.

Portanto, a ECOSOL torna-se uma metodologia de combate à exclusão social por meio da geração de trabalho e renda, otimizando a satisfação socioeconômica, demonstrando a possibilidade de se organizar o processo produtivo e a replicação da sociedade, reduzindo as desigualdades materiais. Assim, ao se colocar como contraponto ao sistema econômico vigente, se faz necessária à adoção de mecanismos que promovam o processo econômico regional para àqueles que optam pelo modelo de produção baseado em EES.

Dentre tais mecanismos, destaca-se o sistema de finanças, o qual é essencial para quaisquer empreendimentos ou organizações econômicas. Para a ECOSOL o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças, é um valor fundamental, por serem elementos fomentadores de uma política autogestionária, a fim de promover os investimentos em âmbitos regionais e macros (SINGER, 2002)

Em âmbito regional, os instrumentos de promoção das finanças são as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, com a finalidade de financiar a atividade econômica de seus membros e não concentrar lucros com a Adoção de altos juros, tornando-se componentes consideráveis do sistema socioeconômico, permitindo, desta maneira, o acesso ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

A nível macro adota-se a estratégia de estímulo ao comércio justo, com a implementação de moedas locais/regionais, controle e regulação dos fluxos financeiros para cumprir a função de meio e não de finalidade, controle dos limites das taxas de juros aplicados pelos agentes financeiros sociais, com o objetivo de coibir a atividade especulativa e manter a equidade do povo sobre seu próprio mercado.

Com o apoio financeiro instituído, permite-se então, estimular a cadeia produtiva por meio das redes, nas quais os Empreendimentos Econômicos Solidários se apoiam e se completam, com ações articuladas para o consumo com a produção, a comercialização e as finanças, de forma dinâmica, com relações orgânicas de dimensões espaciais regionais e nacionais, estendendo as oportunidades de intercâmbio sem se desvincular do seu fim, que é atender às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade. Cada agente econômico é

consciente do sistema orgânico no qual está inserido, logo contribui para o desenvolvimento próprio e do conjunto, promovendo a eficiência sistêmica dimanando na qualidade de vida.

O processo produtivo resulta no excedente, cuja forma de aplicação é definida de forma colegiada, entre as quais também terá o papel de reproduzidor social para a criação de demais EES ou investimentos nas necessidades do processo produtivo ou, ainda, repartido solidariamente entre os agentes econômicos (SINGER, 2002, p. 12-16). A ECOSOL possui a territorialidade e o desenvolvimento regional como bases de referência fortalecendo o ciclo produtivo (produção, comercialização e consumo), com o fomento de redes de comércio, com vistas aos benefícios do desenvolvimento produtivo, consolidando-se como um projeto de desenvolvimento que promove a sociedade, munindo-a dos recursos e ferramentas, para que se produza e distribua a riqueza. Riqueza esta que visa à justiça econômica, social, cultural e ambiental, bem como a democracia participativa, formando alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício dos direitos e responsabilidades da soberania, sob a metodologia de uma gestão participativa e democrática, vindo a constituir-se em um setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista.

Portanto, a ECOSOL foi concebida como uma alternativa para se galgar uma melhor qualidade de vida, por intermédio de promoção da economia local e regional, tendo como foco os agentes integrantes desta economia, quer sejam empreendedores autônomos, profissionais que assumiram as empresas em fase falimentar; a fim de ser igualmente competitiva ante suas congêneres capitalistas, tendo como diferencial, oferecer ao mercado produtos e serviços melhores, no tocante ao preço e qualidade, bem como, o desenvolvimento do conjunto de seus agentes (SINGER, 2002).

Embora a os EES tenha surgido com maior ênfase, no Brasil, durante o período das décadas perdidas, conforme se verificará no decorrer deste trabalho, sua origem é bem anterior, fazendo-se necessário um conhecimento histórico acerca do seu surgimento, de seus pensadores, bem como dos princípios em que se baseia. De antemão, cabe ressaltar que a ECOSOL não é um conceito novo. Em uma análise histórica dos sistemas econômicos, verifica-se, que antes mesmo do feudalismo e capitalismo despontarem como modos de produção predominantes de suas épocas, já existia uma forma mutualista, do cooperativismo primitivo indígena, o qual se caracteriza por apresentar uma formação social não possuidora de classes sociais e uma cultura econômica altamente de subsistência, baseada no cooperativismo e na solidariedade humana de todos, ou seja, cada membro da tribo possui

um importante papel visando o bem-estar da coletividade e não do individual. (FIGUEIREDO, 2005).

Contudo, a crítica realizada por Santos (2002, p. 496) sobre EES aponta haver certa incapacidade de organização coletiva, quando inserida em uma economia de mercado, haja vista a necessidade de competição destes com suas congêneres capitalistas, as quais possuem melhores condições de acesso ao mercado, capital e tecnologia; levando-os muitas vezes a não lograrem êxito além do estágio de experimentação, devido a ausência de inovação e perspectivas de futuro. Porém, se ocorre o desenvolvimento, vem a descaracterizar o empenho social, pois os empreendimentos que obtêm êxito, o conquistam por intermédio de relações financeiras e comerciais convencionais da economia de mercado e, que em um meio competitivo o emprego da tecnologia se faz necessário, desta forma, o número de postos de trabalho destes empreendimentos tenderá a reduzir, ocasionando uma divisão social interna do trabalho, igualmente ao que ocorre nas congêneres capitalistas.

Embora os críticos reconheçam a expansão deste modelo, ressaltam que sua eficácia se dê somente em situações econômicas críticas ou assistencialistas, conforme destaca:

(...) surgem por iniciativa ou com o apoio de instituições de ajuda assistencial aos “pobres” (...), subsistem e até parecem ajudar no desenvolvimento da convivência social dos seus membros em direção a uma ética de solidariedade. Mas quase todas elas desintegram-se logo que é interrompida a ajuda financeira externa. E as muito poucas que sobrevivem transformam-se em pequenas ou médias empresas dedicadas, explícita ou conscientemente, ao lucro individual e sob o controle e em benefício dos que administravam essas organizações. (SANTOS, 2002 p. 496)

A despeito desta premissa, (SANTOS, 2002) destaca que esta tem sua utilidade numa conjuntura catastrófica. Porém, isenta de vir a se tornar uma política desenvolvimentista, tendo em vista as dificuldades vivenciadas por organizações associativas, para a sua manutenção e disseminação, considerando-a como uma intenção declarada e não como uma política eficaz.

Entretanto, esta análise segue em direção contrária ao que defendem os novos pensadores de uma economia sustentável em âmbito global. A Cúpula dos Povos e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável da Rio +20, por exemplo, reconhecem os EES como um movimento social que contribui para a implementação de uma democracia econômica e política (RIPESS, 2012), conforme descreve:

A economia solidária constrói modelos de produção e de serviços com e para todas e todos. (...) garantem intrinsecamente a justiça em todas as suas dimensões, enquanto desenvolvem atividades econômicas, sem gerar concentração de riquezas materiais ou financeiras, nem criação de pobreza. A economia solidária estabelece sistemas equitativos de comercialização, de finanças e de moedas sociais a serviço das economias reais, circuitos curtos entre produtores e consumidores, soberania alimentar, entre outras alternativas concretas. (RIPESS, 2012)

Portanto, a ECOSOL associada a outros movimentos de transformação da sociedade econômica; tais como: os sindicais, sociais e religiosos; promove a ação democrática de atenção ao fator humano, por meio da garantia do trabalho, com ênfase às diversidades culturais e do meio ambiente. Assim, o desafio imposto aos gestores públicos é o de se orientarem a partir dos movimentos sociais que apresentam alternativas para o futuro da sociedade.

2.4.2 Empreendimentos Econômicos Solidários: da teoria marxista ao pragmatismo keynesiano.

As duas últimas décadas do século XX apresentaram uma série de transformações na economia mundial, modificando as formas de produção e as condições de sobrevivência da população. A evolução tecnológica que partiu da eletromecânica para a microeletrônica, reduziu significativamente a mão de obra, sem que houvesse uma alternativa atenuante, tal como, políticas trabalhistas que reduzissem a jornada de trabalho. Ao contrário, a ausência das políticas de emprego e a adoção de políticas macroeconômicas recessivas, que visavam reduzir a inflação, por meio da retração econômica, culminaram na elevação das taxas de desemprego, tendo em vista a mudança da organização industrial, quando o trabalho foi reduzido nas grandes empresas, em especial decorrente das políticas de privatização, da abertura econômica ao capital internacional, sem quaisquer políticas públicas compensatórias (PIRES, 2010, p.262-279), fazendo com que a mão de obra dispensada fosse parcialmente absorvida pelas pequenas empresas, criadas para atender aos encadeamentos produtivos e que, por consequência, possuem uma menor remuneração e maior precarização do trabalho (SINGER, 1998).

Nesse contexto, caracteriza-se a situação de crise do trabalho, haja vista, o crescente desemprego e a ampliação do trabalho precário (sem contrato e com menores salários). Segundo Castel (1998) a chamada “crise da sociedade salarial” exigia à época mais do que políticas pontuais para sua solução. Portanto, pode-se compreender que um novo modelo econômico se fizesse necessário, face à crise do emprego ao final do século XX, formalizando assim, o inexorável abandono do princípio clássico, no qual há a auto regulação do mercado.

A competitividade é inerente ao capitalismo. Embora proporcione as vantagens de escolha associando preço e qualidade, que resultam em condições para que o melhor vença. Em contraponto, promove as desvantagens sociais destacadas principalmente pela desigualdade de condições de trabalho e renda. Sob o prisma da competitividade, os ganhadores acumulam capital, enquanto que os perdedores acumulam perdas, produzindo uma sociedade desigual. Em uma análise contundente perpassando por linhas do pensamento marxista, para que haja uma sociedade, na qual predomine a igualdade, se faz necessária à existência de uma economia solidária, ao invés da competitiva. Desta forma, Singer (2002, p. 10) coloca a ECOSOL como sendo “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a prosperidade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

A expansão deste novo modo de produção ampliou as discussões de desenvolvimento local, proporcionando uma reorientação nas políticas de geração de emprego e renda. Os governos das esferas federal, estadual e municipal desenvolvem novas propostas, a fim de refletir em um novo conceito, qual seja um sistema alternativo de produção, que, segundo Santos (2005, p. 25) englobam “múltiplas alternativas que tem sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade, bem como na proteção do meio-ambiente”, princípios estes que fortalecem as novas formas de produção, decorrentes de iniciativas econômicas autônomas que se tornaram conhecidas como economia solidária, economia social ou economia social solidária, as quais revelam elementos que difundem a elaboração de conceitos para a efetiva rede de colaboração solidária, como uma alternativa pós-capitalista.

Atualmente a concepção de economia solidária propõe uma lógica híbrida, na qual se fundem a pública e a privada, permitindo suas mutações ante ao capitalismo contemporâneo, por meio de novos sistemas econômicos alternativos, os quais desenvolvem propostas para o desenvolvimento regional baseados na solidariedade e nas dimensões da sustentabilidade. Constata-se, assim, que a economia contemporânea segue ainda a teoria keynesiana, a qual

demonstrou que em uma economia de mercado, o nível de atividade está intrinsecamente relacionado à demanda por bens e serviços no consumo das famílias, bem como pelo nível de investimento das empresas, o que impactará diretamente na produção e conseqüentemente no emprego.

De acordo com Leite (2009) a cultura do trabalho está centrada no emprego assalariado, assim, a informalidade era considerada uma situação transitória, mas que por um determinado momento tratava-se de uma estratégia de sobrevivência nos períodos de crise do trabalho. Contudo, no Brasil esta transitoriedade, durante as décadas de 1980 e 1990, transformou-se em oportunidade de negócios para os trabalhadores desempregados, principalmente por intermédio de incentivo governamental, o que resultou em mais de 2,7 milhões de microempreendimentos individuais, conforme dados do portal do empreendedor (BRASIL, 2013). A massa de trabalhadores percebeu no empreendedorismo uma situação de trabalho e renda, fazendo com que esta via se tornasse permanente no mercado de trabalho, bem como uma forma de reprodução social, o que pode ser notado, quando do crescimento econômico brasileiro, ocorrido com maior ênfase à partir de 2002, o que impactou na redução da informalidade em 6,2% entre os anos de 2002-2009 (IBRE, 2012)

Desta forma, Os EES, que são compostos por trabalhadores outrora informais, para obterem êxito e serem notados como modelos replicáveis, necessitam demonstrar viabilidade, inserindo-se em uma economia de mercado competitiva, os quais precisam se demonstrar, além de uma nova forma de economia, também autossustentáveis. Assim, os princípios da ECOSOL se mesclam com a necessidade de um posicionamento empreendedor, o qual se aplica já na formação e constituição dos EES (RETAMIRO, 2008), que em sua maioria, se voltam principalmente à inclusão social de populações marginalizadas do processo produtivo do que efetivamente às formas alternativas ao assalariamento.

O princípio da autogestão é aplicado como forma de autonomia da gestão coletiva, a qual também é utilizada como forma de responsabilização do integrante do EES para o interesse do empreendimento, associando o princípio empreendedor, pois como associado, este deve gerir seu empreendimento. Assim, pode-se considerar a incorporação da perspectiva empreendedora.

Diante disto, cabe ressaltar uma análise que se inicia com uma indagação: a ECOSOL trata-se de uma revolução ou de uma reforma? A ECOSOL, durante os anos de 1980 e 1990, apresentou-se como uma necessidade revolucionária ante a crise do trabalho. Tendo por base

que uma revolução caracteriza o súbito fim do que é vigente, para a ascensão do novo, no tocante a classes sociais, a revolução consiste na expropriação da classe dominante vigente pela nova classe, neste caso a revolucionária. A tomada do controle altera as relações econômicas, sociais e políticas da sociedade, pois extingue as práticas anteriores substituindo-as por novos conceitos distintos, que deverão ser disseminados em curto prazo, o qual diante do cenário das décadas perdidas fazia com que o anseio por um novo modelo econômico, que suplantasse a precarização do trabalho e promovesse o desenvolvimento, fosse subitamente implementado. Em conformidade com a concepção de Singer (2000, p. 13-15), que destaca a necessidade de se considerar a crítica operária ao capitalismo, que é a ditadura do capital, a qual consiste em que todos que trabalham na empresa, só o fazem por vontade do capitalista. Acrescenta que:

(...) a crescente desigualdade entre a classe capitalista, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e para reproduzir sua força de trabalho – aos seus descendentes – que substituirão os trabalhadores aposentados (...). Dada à tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora, a sociedade tende a se polarizar entre uma elite endinheirada e uma massa de pobres, que dependem da venda da sua força de trabalho para ganhar a vida, mas não encontra quem a compre, ao salário modal vigente (SINGER, 2000, p.14).

Contudo, a reforma, significa o processo de melhoria gradual, adaptação de algo para que se dê continuidade à sua existência, que de forma parcimoniosa possibilite as alterações de ordens política, social e econômica. A adoção de reformas constantes chega ao fim desejado pela revolução, pois descaracterizará o que outrora era predominante.

As pressões realizadas pelos movimentos sociais (sindicatos, organizações religiosas, etc.) pleiteavam a alternância do modelo econômico vigente para que houvesse mudanças qualitativas. Tendo em vista os aspectos da globalização, esta alternância repentina poderia ser considerada como utópica. Contudo, a ação endógena dos grupos sociais culminara com a inserção e irrupção da ECOSOL, no Brasil.

2.4.3 A reforma do processo produtivo por intermédio da ECOSOL como ferramenta de política pública.

De acordo com Santos (2002), a modernidade é caracterizada por dois paradigmas da mutação social, sendo a primeira a revolução que se caracteriza pela transformação radical da situação anterior. O segundo modo de transformação é a reforma, compreendida como meio pelo qual se atinge o processo de evolução, sobretudo quando esta se dá de forma parcimoniosa, haja vista que a sociedade é problemática e se torna o objeto de transformação.

A crise do emprego, embora tenha causado danos de ordem social e econômica à sociedade, fez com que se promovesse uma análise crítica ao modo de produção convencional, o modelo de produção conhecido como fordismo; o qual consistia em um sistema racional de produção, em especial nas linhas de montagem, sustentado pela demanda do pós-guerra que, nos anos 70, reduziu devido às crises econômicas mundiais; o que refletiria em mudanças nas relações de trabalho, encontrando, assim, a resistência da classe trabalhadora. A crise do fordismo promoveu o surgimento de novos modelos de gestão com vistas à reestruturação produtiva por intermédio da modernização tecnológica e gestão da força de trabalho, bem como a reestruturação das conquistas, culminando com a flexibilização de leis trabalhistas (ANTUNES, 1995).

As metodologias que surgiram posteriormente ao fordismo, tal como o toyotismo, tinham como foco elevar a produtividade com relativa redução da mão de obra empregada, tornando o processo mais lucrativo com redução do insumo variável de trabalho, e em alguns casos, incorrendo na precarização do trabalho. O sistema heterogestionário empregado pelas empresas capitalistas difunde a divisão do trabalho causando, assim, a fragmentação do conhecimento e do senso crítico.

Não obstante, a proposta de um sistema autogestionário possibilitaria a uma renovação do pensamento de gestão, voltada para ações de desenvolvimento conjunto, por meio de um gerenciamento empreendedor e transparente, com divisão de autonomia comum aos trabalhadores e repartição dos ganhos (SINGER, 2002). Este modelo transcende questões de gestão empresarial, pois atinge o fator principal da economia, que é o ser humano, visto que colocá-lo novamente como ponto central das relações comerciais, necessita da renovação do pensamento coletivo. Tal mudança de conceito, não se obtém de forma abrupta, mas sim,

parcimoniosamente, por meio de uma análise crítica situacional, que leve o indivíduo à conscientização de sua situação e que esta o impulse a metamorfosear a realidade que o cerca. Esta renovação de *modus operandi* coletivo para o sistema produtivo, caracteriza a apropriação pelo trabalhador do controle dos meios de produção, conforme corrobora Singer (1998):

A primeira reação generalizável é a formulação de um projeto social alternativo ao capitalismo, em que se combinam as novas forças produtivas com relações sociais de produção concebidas para superar a exclusão social e suscitar uma repartição equânime da renda e, portanto, dos ganhos decorrentes do avanço das forças produtivas (SINGER, 1998, p. 108).

Diante disto, verifica-se a importância do papel dos Empreendimentos Econômicos Solidários, os quais são a expansão de uma cooperação descentralizada com instituições não governamentais da sociedade civil, como estratégia de enriquecimento e sustentabilidade de mais longo-prazo, das ações que se propõe a realizar e, fundamentalmente, como construção de uma nova metodologia de gestão de políticas de cunho social, capaz de promover e fomentar a inclusão de pessoas em situação de exclusão socioeconômica, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda. Esta metodologia deve ser capaz de criar sinergias entre os vários agentes e suas competências acumuladas, para promover iniciativas de enfrentamento das expressões da desigualdade social, que tem como uma de suas faces a pobreza e a miséria. O desafio é superar as políticas assistencialistas que apenas amenizam a pobreza ou geram estratégias de sobrevivência às pessoas marginalizadas, mas que as mantêm ainda na periferia dos programas de desenvolvimento.

As políticas de atuação da ECOSOL são facilmente difundidas junto às ações populares com os EES. Segundo FRANÇA FILHO (2006), a ECOSOL possui um vínculo importante com a história da economia popular. Essa é a razão pela qual muitos preferem designar este campo de prática sob a rubrica de economia popular e solidária. Ao dizer economia popular pode-se referir apenas à chamada economia de sobrevivência, marginal à economia de mercado. Um conjunto de atividades comerciais realizadas pelos diversos grupos populares que, em geral, se tratam de atividades informais; ou seja, que não estão contempladas nas estatísticas dos estudos das diversas esferas governamentais, nos quais suas relações e atividades comerciais ocorrem nos laços comunitários. Esta modalidade de economia permite que aqueles que se encontram marginalizados possam realizar atividades para obter renda em caráter informal, fato que lhes permitirá apenas a sobrevivência.

Já o solidário dá o caráter prático e recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade, no sentido de que a realização da solidariedade implica a criação de condições históricas de igualdade no exercício da liberdade. A plenitude da liberdade, neste sentido, não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, como exercício público de objetivos, que deve levar em conta, interesses individuais. Nestes termos, acrescenta FRANÇA FILHO (2006), a economia popular solidária subverte o conceito funcionalista de economia e recoloca a economia no mundo das relações humanas, desfazendo-a como sistema colonizador e sufocador de potencialidades. O mercado deixa de ser o agente obscuro que determina as relações sociais. Recupera-se a idéia de troca como a essência das relações econômicas — em contraposição à idéia de mercado. A ECOSOL com os seus empreendimentos, portanto, nega o mercado como mão invisível¹.

A economia busca proporcionar satisfação ao ser humano, ante a escassez que se apresenta de forma inexorável, gerando a insatisfação. Assim, a ciência econômica, analisa a sociedade em toda sua complexidade, envolvendo seus agentes; ou seja, os indivíduos com seus problemas (e desejos) particulares. Para tanto, Furtado (1977) propõe a promoção do debate, a fim de se obter uma teoria acerca das formações sociais, que impulse teóricos do campo da ciência – especialmente os economistas – a desenvolverem globalmente a teoria social.

Diante disto, foi necessária a adoção de novas tecnologias, sendo esta inicialmente a aplicação do conhecimento técnico e científico para fins industriais e comerciais, mas que devido à metamorfose da economia local para a global, fez com que objetivos políticos e sociais, para fins de combate à pobreza, autonomia e emancipação dos produtores, com o objetivo de valorizar as práticas comunitárias, passassem a integrar a pauta nos ambientes de gestão pública e acadêmica (RODRIGUES e BARBIERI, 2007).

Segundo o Instituto de Tecnologia Social (2004. P 130), esta é definida como sendo “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que apresentam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida”. Desta forma, verifica-se que a tecnologia social consiste na obtenção de soluções em âmbito coletivo, com vistas ao benefício dos atores

¹ Mão invisível foi um termo introduzido por Adam Smith em “*A riqueza das nações*” para descrever como numa economia de mercado, apesar da inexistência de uma entidade coordenadora do interesse comunal, a interação dos indivíduos parece resultar numa determinada ordem, como se houvesse uma mão invisível que os orientasse. Para maiores detalhes ver SMITH (1776).

sociais; ou seja, é a replicação de metodologias desenvolvidas interativamente com a comunidade em busca de soluções para mutação das condições sociais em prol da melhoria da qualidade de vida. Todavia; a adoção da tecnologia social permeia basicamente esferas públicas, pois na maioria dos casos, são os agentes públicos, os principais responsáveis pela adoção destas ações. Embora sejam tais tecnologias mais adequadas, sustentáveis e de menor custo; sua aplicação enfrenta dificuldades que vão desde a resistência conservadora a projetos inovadores, por parte dos gestores públicos, à aceitação da comunidade receptora, haja vista que as opções por métodos mais pragmáticos ou fáceis costumam ser melhores aceitos (LESSANCE e PEDREIRA, 2004).

Tendo por base que políticas públicas são os princípios que norteiam as ações do poder público, suas regras de procedimentos ante a sociedade, a fim de se desenvolver as mediações sociais e institucionais, almejando o consenso para que tais políticas sejam eficazes no seu propósito (TEIXEIRA, 2002); pode-se afirmar que a tecnologia social, introduzida em uma ação de política pública, tende a ser uma ferramenta que integra o indivíduo excluído socialmente, de forma a promover o desenvolvimento econômico. Desta forma; a tecnologia social pode ser aplicada como política pública, nas dimensões da educação, saúde, meio-ambiente e inclusive, em ações de cunho econômico, por meio de políticas integradoras com a promoção do desenvolvimento econômico e com o incremento da geração de trabalho e renda.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa em questão se dá sob método bibliográfico, de forma exploratória e qualitativa. As fontes utilizadas são secundárias, tanto no foco da Economia Social, como na relação da evolução da geração de trabalho e renda, tendo por base que os documentos de fonte primária são provenientes de órgãos públicos, os quais por sua vez, realizaram suas observações, por meio de fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais.

3.2 Área de realização

A realização da pesquisa possui abrangência nacional, sendo sua análise transversal, pois conforme explana Lakatos (2010, p.146): “Nem sempre há necessidade de delimitação, pois o próprio assunto e seus objetivos podem estabelecer limites”. Entretanto, é apresentada a distribuição espacial dos EES no Brasil, conforme a divisão em unidades da federação e as grandes regiões. Assim como, dos EES nas mais diversas regiões brasileiras e a sua contribuição visando o processo de desenvolvimento regional.

3.3 Instrumentos

Os instrumentos da pesquisa estão materializados em fontes documentais: no âmbito do governo federal, especificamente quanto ao tratamento das formas de apoio aos EES. No enfoque das esferas estaduais, bibliografias e programas de governo pertinentes ao assunto foco deste trabalho.

Constituem também instrumentos da pesquisa, os dados coletados junto ao site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES), bem como, material bibliográfico e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

3.4 Plano para coleta e análise de dados

A coleta de dados foi feita junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária, especialmente quanto às informações dos Empreendimentos Econômicos Solidários, vínculos associativos formais e de renda gerados pelos empreendimentos partícipes dos princípios da ECOSOL, além da dotação de recursos, bem como se utilizará das informações disponibilizadas pelo IPEA e IBGE, particularmente quanto às informações de postos de trabalho, Produto Interno Bruto (PIB), índices de inflação e concentração de renda.

Com o intuito de se coibir erros, distorções e/ou insuficiência de dados, a pesquisa será composta de tabelas e gráficos gerados, a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA, IBGE e SENAES, os quais serão analisados, com vistas ao cumprimento da proposta contida no tema, do presente trabalho.

A consecução das análises dos dados será levada a efeito utilizando-se algumas ferramentas dos gráficos estatísticos, demonstrando quantitativamente a evolução no processo de crescimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento à ECOSOL, quanto ao impacto de natureza econômica, análise do montante de excedente e proporção de renda.

Todas essas informações, disponibilizados no teor do presente trabalho, sob a forma de tabelas e gráficos estatísticos, possibilitam a interpretação e propiciam a estudos pertinentes complementares. Adotar-se-á cuidado quanto à análise do discurso, pois tal atenção demandada por esta, consiste em observar, não só o emissor e o receptor, bem como a inserção do discurso no contexto em que se localiza, pois a importância da análise também está na utilização do conteúdo pelo leitor. Assim, o plano para a análise contempla uma interpretação descritiva dos dados contidos nas tabelas e gráficos, procurando estabelecer o elo de ligação das informações com os objetivos do tema.

Ademais, nas análises das tabelas e gráficos ter-se-á o cuidado de apontar alguma informação porventura contida nesses instrumentos, mas que não foi objeto da discussão proposta. Este destaque torna-se necessário, a fim de que não fique obscuro e/ou inconcluso nenhum dos resultados de interesse da pesquisa.

4 DO MILAGRE ECONÔMICO À CRISE DO EMPREGO

4.1 Indicadores econômicos: do milagre econômico à crise econômica brasileira

As desigualdades são frutos das formas de distribuição das tecnologias; e propõe um esforço interdisciplinar para a formulação de estruturas espaciais, a fim de elevar o ritmo do crescimento econômico para as novas plantas motrizes e de processamento secundário. Associado a isto, há a necessidade de se desenvolver uma nova política regional pautada em uma integração territorial econômica, social e política, com impactos estruturais duradouros nas áreas de transporte e na descentralização dos centros urbanos. Porém, esta questão ainda não obteve a atenção devida, conforme descreve Diniz (2009, p. 241)

Infraestrutura e incentivos ao crescimento industrial atendiam aos interesses da classe dominante e do sistema empresarial. Reestruturação do setor agrícola, tanto na faixa úmida quanto no agreste e no semiárido, implicava reforma agrária. Essa era exatamente a reivindicação das correntes progressistas, tão bem representadas pelas Ligas Camponesas, organizadas pelo deputado Francisco Julião. A contenda foi resolvida com o golpe militar de 1964, que aplastou as reivindicações políticas da classe trabalhadora e de suas lideranças e liquidou a proposta de reforma agrária. (DINIZ, 2009, p. 241)

Posteriormente a JK, na década de 60, o Brasil viveu um período de conturbação política, iniciado a partir do Governo de Jânio Quadros, vindo a seguir com João Goulart manifestar a tentativa de uma ordem democrática parlamentarista, mas que resultou em uma crise econômica, conforme exposto no gráfico 2, no qual se verifica que o PIB *per capita*, que é um indicador de curto prazo para o desenvolvimento econômico, atingia o patamar de 6,12% em 1960, sofrendo drástica redução, atingindo -2,34% em 1963. Tal crise econômica viria a justificar o golpe militar de 1964, desviando da real motivação de um grupo político composto por tecnocratas neoliberais, simpatizantes dos interesses dos Estados Unidos e militares, coadunados para direcionar a economia a uma posição primário-exportadora, cabendo à remodelação do Estado brasileiro, conforme seus interesses (SOUZA, 2010).

Indiferente às questões de ordem social, o governo brasileiro, que a partir de 1964 passou para o sistema ditatorial, gerido pelo regime militar implementou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o qual mantinha um modelo de desenvolvimento

dependente do capital externo. Modelo este que por ter herdado um PIB em desaceleração permaneceu até 1967, decorrente de instabilidades políticas. O PAEG objetivava conter a evolução inflacionária, acelerar o desenvolvimento econômico, atenuar desníveis regionais decorrentes dos desequilíbrios sociais e assegurar uma política de investimento. Fato que se deu com a transformação das relações institucionais no aspecto tributário e que consistiu em um sistema de elevação da arrecadação centralizada no governo federal e o bancário, instituindo o Banco Central e o Conselho Monetário, com vistas a garantir os investimentos estrangeiros (VELOSO, VELLELA e GIAMBIAGI, 2007).

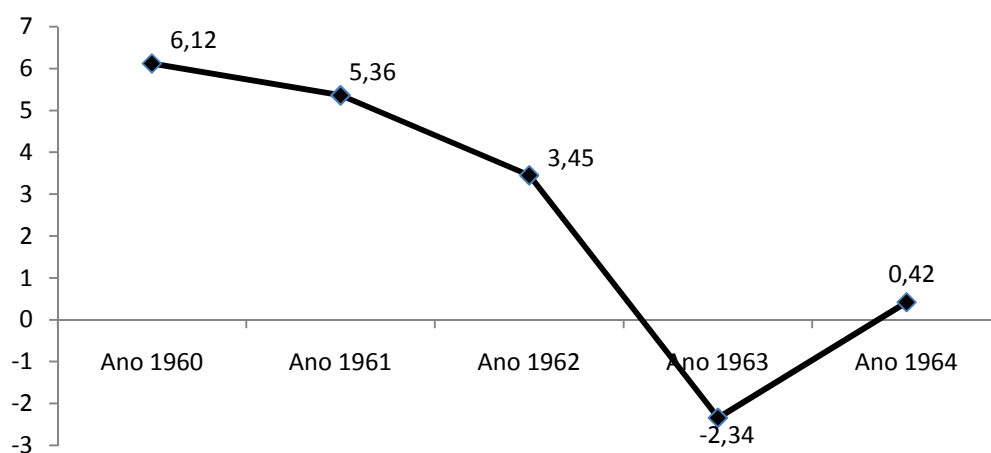


Gráfico 2 - Variação % do PIB per capita (1960-1964)
Fonte: IPEA data, 2012.

O PAEG é definido como um plano de ajuste, e proporcionou as bases estruturais necessárias para o período chamado de “Milagre Econômico”, o qual foi caracterizado pelo crescimento econômico. Pode-se notar tal crescimento ao analisar o Gráfico 1, que expressa a evolução do PIB médio, o qual entre os anos de 1964-1967, se manteve no patamar de 4,2%, enquanto que entre 1968-1973, se elevou para 11,1%.

Tomando por base os mesmos períodos, a inflação reduziu de 45,5% para 19,1%, o investimento passou de 15,5% para 19,5%, conforme Tabela 1. Evidencia-se ainda, que o chamado “milagre” econômico foi especificamente um “milagre” de produtividade, conforme descrevem Velloso, Vellela e Giambiagi (2008).

(...) entre 1946 e 2002, houve uma forte tendência de declínio da relação entre o produto e uma medida do estoque de capital ajustado pelo seu grau de utilização. No entanto, entre 1968 e 1973, houve uma elevação da relação produto-capital em uso, o que é consistente com a queda da relação capital-produto encontrada em Gomes, Pessoa e Veloso (2003) para o período 1967-1976. (VELOSO, VELLELA e GIAMBIAGI, 2008, p.11).

Contudo, no tocante ao aspecto social o PAEG causou uma ação excludente da população, ficando esta, aquém das benesses do desenvolvimento. Primeiramente, a política salarial foi caracterizada pelo arrocho, não atendeu ao que se esperava que fosse a ampliação das ofertas de emprego, mas ocasionou um aproveitamento por parte do empresariado, da capacidade de exploração deste fator. O arrocho salarial atingiu 26,72% no período entre 1965 e 1967, fase final do PAEG; porém, ao analisar o período anterior a implantação deste, entre os anos de 1960 a 1962, o salário mínimo obteve uma evolução de 19,99%.

Tabela 1 - Brasil: comparação de indicadores macroeconômicos – 1964 – 1967 e 1968 – 1973

Indicadores selecionados	Média 1964 - 1967	Média 1968 - 1973
Taxa de crescimento do PIB (% a.a.)	4,2	11,2
Inflação (IGP, dez/dez, % a.a.)	45,5	19,1
Investimento (% do PIB a preços correntes)	15,5	19,5
Crescimento das exportações US\$ (% a.a.)	4,1	24,6
Crescimento das importações US\$ (% a.a.)	2,7	27,5
Balança comercial (em US\$ milhões)	412	0
Saldo em conta corrente (em US\$ milhões)	15	-1.198
Dívida externa líquida/exportação de bens	2,0	1,8
Saldo do balanço de pagamentos (US\$ milhões)	-13,8	1.102,80

Fonte: Hermann (2005)

A perda do poder aquisitivo do salário foi a principal causa da retração inflacionária, a qual no período de 1962 a 1964 obteve uma média de 74,53%, enquanto que no triênio seguinte, a média foi de 32,87%. (IPEA, 2012)

Outro aspecto social impactado negativamente pelo PAEG foi a concentração de renda. Segundo Singer (1989, p. 64), as classes sociais A e B, as quais perfaziam 5% da população, ampliaram de forma significativa suas respectivas rendas no decênio 1960-1970, sendo que a classe social A, obteve 111,98% de variação positiva. Observa-se na outra extremidade, a classe social E, a qual era composta por 50% da população, quando em 1960,

sua renda média correspondia a 3,03% da renda da classe A, enquanto que em 1970 esta relação passou para 1,54%; ou seja, decaíram aos drásticos 49,17%.

Tabela 2 - Índice de evolução do salário mínimo (1960-1968)

Ano	Salário mínimo	Variação (%)
1960	100	19,45%
1961	112	10,07
1962	102	-9,53%
1963	90	-13,75%
1964	92	3,22%
1965	89	-3,70%
1966	76	-17,31%
1967	72	-5,71%
1968	70	-2,18%

Fonte: IPEA, 2012

Todavia, ainda sob o regime ditatorial, a economia brasileira vivenciou o “Milagre Econômico” que durou durante quase toda a década de 1970, alcançando na primeira metade deste período, uma média de 11,2% de crescimento, com o auge no ano de 1973, quando atingiu 14% em relação ao ano anterior.

Tabela 3 - Renda per capita por classe (1960-1970 – cruzeiros de 1953)

Classe	% da população	1960	1970	Aumento da renda (%)
A	1%	8.350	17.700	111,98
B	4%	2.780	4.590	65,11
C	15%	1.295	1.780	37,45
D	30%	662	768	16,01
E	50%	253	272	7,51

Fonte: SINGER, 1989, p 64.

Tal fato notável foi possível graças às bases institucionais possibilitadas pelo PAEG, o qual sem um regime de supressão popular, não seria possível obter êxito. Consolidava-se

assim, o projeto de longo prazo, de inserir a economia brasileira no cenário internacional como uma potência industrial, haja vista que na primeira metade da década de 1970, o PIB médio da indústria foi de 12,7%, cujo auge foi atingido em 1973, com o patamar de 17% de crescimento. Conforme descreve Furtado (1973, p. 33):

A oferta de produtos industriais finais e de seus insumos principais de origem industrial originava-se em nove décimas partes na produção interna, e o próprio processo de formação de capital fixo já não dependia da importação de equipamentos em forma muito distinta do que ocorre em outros países considerados industrializados. O equilíbrio dessa aliança fez-se cada vez mais precário na medida em que Vargas (e ainda mais seu sucessor Goulart) procurou ganhar maior autonomia apoiando-se nas massas desprivilegiadas. O processo aberto em 1964 levaria a deslocação da classe política (relegando-se a segundo ou terceiro planos os interesses regionais e sociais que ela bem ou mal representava) e à ascensão do grupo industrial com sua flamante equipe de *tecnocratas*. (FURTADO, 1973, p. 33-34)

Tal alternância de modelo econômico é mais perceptível quando analisados os dados de crescimento do setor agrícola do mesmo período (gráfico 3), pois seu crescimento médio para o período em questão foi de 4,2%, salvo pelo ano de 1971, quando obteve 10,2%, porém, decaiu drasticamente em 1973 – auge no PIB industrial – quando cresceu apenas 0,1%.

Não obstante, o fator de o desenvolvimento ficar novamente aquém do seu real significado. Constata-se tal afirmação ao analisar o processo evolucionário da concentração de renda dos decênios de 1960 a 1980, conforme os estratos sociais apresentados no gráfico 4, onde se verifica que a metade da população mais pobre possuía uma participação de 17,4% da renda do país, a qual decaiu para 14,9%, em 1970, chegando a 12,6% de sua participação em 1980. Igualmente, com relativo declínio, porém, em menor nível, sofreram os 40% integrantes da renda média, quando em 1960, possuíam sua participação na renda com 43%, reduzida para 38,4% e para 36,5% em 1980. A análise mais crítica fica por conta da população mais rica, a qual corresponde nesta análise, aos 10% mais ricos, os quais detinham em 1960 a já considerável participação de 39,6%, elevada posteriormente em 1970 para 46,7%, culminando com 50,9% em 1980.

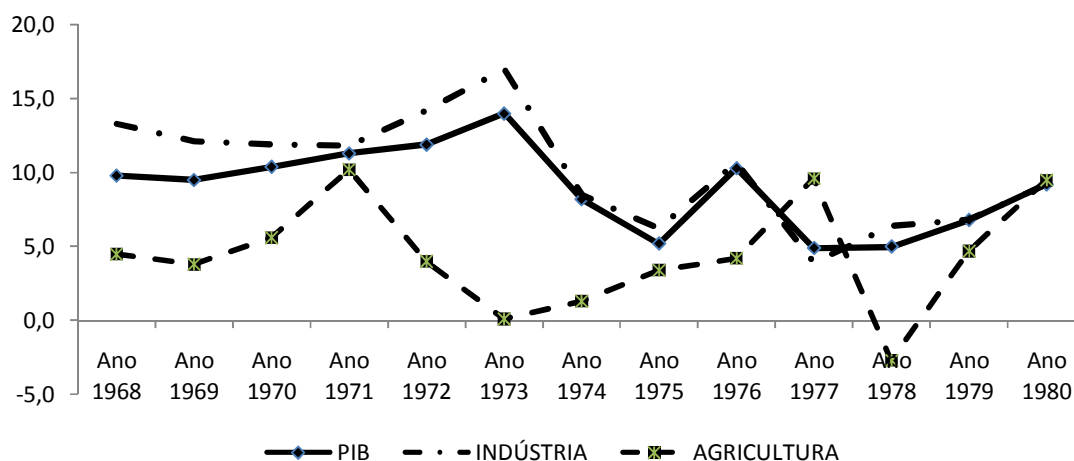


Gráfico 3 - Evolução do PIB por setor (1968-1980)
 Fonte: IBGE, citado por Camargo, 2010

A política salarial implementada no PAEG (arrocho salarial) para impedir o avanço da inflação, comprimiu os menores salários provocando uma dispersão entre as próprias rendas. Resultou-se que os 50% mais pobres sofreram uma redução de 27,59% na participação da renda nacional; a classe média perdeu 15,12% desta participação; enquanto que a população mais rica, relativa a 10%, elevou sua participação relativa em 28,54%.

Nisto, se regressa para a premissa da teoria clássica, agora, nesta análise temporal, neoclássica, a qual participa que nas economias capitalistas industriais, a demanda por bens e serviço se dá conforme o fluxo de salários. Logo a expansão produtiva depende de forma direta da renda promovida pelos salários, confirmando a característica da economia capitalista industrial desenvolvida, conforme expressado pelo anel de *feedback*. Afora o arrocho salarial, a política restritiva adotada a partir de 1974, atingiu a capacidade de consumo e de endividamento das famílias, que culminou por afetar as indústrias de bens de consumo, resultando em uma capacidade ociosa, que por sua vez, reduziu os investimentos.

Diante destes fatos, torna-se imprescindível citar a manifestação de Furtado (2002), na qual relata a incapacidade da referida política econômica promover o verdadeiro desenvolvimento:

No passado, quando se falava em distribuição de renda, sempre se argumentava que os pobres, com o crescimento de sua renda, tenderiam a consumir mais e, portanto, a taxa de poupança cairia. Hoje, o paradoxo é que os ricos brasileiros é que têm uma altíssima propensão a consumir. A renda não se concentra para aumentar a taxa de poupança, e sim para aumentar o consumo dos mais ricos. (...) Hoje o Brasil tem uma renda dez vezes maior

do que tinha quando comecei a estudar esses problemas, mas tem também maiores desigualdades, e os pobres continuam igualmente pobres. Cabe a pergunta: houve desenvolvimento? Não: o Brasil não se desenvolveu; modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada. (FURTADO, 2002, p. 20-21)

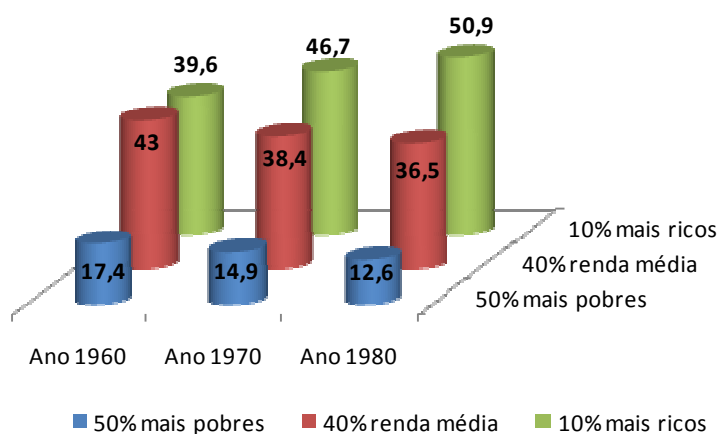


Gráfico 4 - Participação relativa na renda nacional por estrato de rendimento (1960-1980)
Fonte: Camargo, 2010, p. 195.

Ademais, por consequência da política anteriormente adotada, a economia brasileira sofreu ainda com os problemas externos, tais como, a segunda crise do petróleo, a qual duplicou os preços dessas *commodities*, incitando uma nova desaceleração da economia mundial e, outra, de implicância relevante, foi à elevação dos juros realizada pelo *Federal Reserve System* (FED), que afetou a balança de pagamentos, provocando a redução das reservas internacionais, levando o governo, em 1981, a induzir a recessão com o intuito de gerar excedentes para saldar os compromissos externos (PIRES, 2010).

A opção dos formuladores de políticas econômicas no Brasil, a partir de 1964, negligenciou a problemática da dívida externa, com vistas a lograr um desenvolvimento econômico em detrimento das contas externas, endividando-se, a fim de obter em curto prazo o equilíbrio na balança de pagamentos. Desta forma, se apraziam os investidores de submeter tais empréstimos a taxas de juros flutuantes, ao menos até em 1979, na segunda crise do petróleo, quando foi cerceado o crédito aos países em desenvolvimento. Tal fato obrigou o governo focar a gestão da dívida, fazendo com que houvesse a adoção de políticas flexíveis no mercado de capitais, associadas às políticas contracionistas, entre os anos de 1981 e 1982, mas que não foram suficientes, vindo culminar na necessidade de se decretar a moratória em

agosto de 1982, finalizando de vez, o acesso ao crédito internacional. Diante disto, o governo brasileiro recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), quando obteve um empréstimo de US\$ 4,4 bilhões de dólares os quais seriam saldados em quatro parcelas, mediante o compromisso de se aplicar uma política econômica austera, por meio da chamada “carta de intenções”, a qual era composta pela maxidesvalorização da moeda nacional, na época, o Cruzeiro, a fim de elevar as exportações; reduzir o déficit público e eliminar os subsídios (PIRES, 2010). Verifica-se aqui, a adoção de uma economia política clássica, a qual se contrapunha a política desenvolvimentista keynesiana, adotada desde a era Vargas.

O índice de desemprego (tabela 5), da faixa etária dos 18 aos 20 anos, que se inicia na atividade profissional formal, compreendia uma média de 12,15% de desempregados, no período de 1981 a 1984. Já a população da faixa etária dos 54 aos 59 anos, perfazia a média de 1,94% de desempregados, no mesmo período, o que indica a manutenção ou a efetiva redução de postos de trabalho, impedindo o acesso de uma força de trabalho mais jovem no mercado, conforme mostra a Tabela 4.

Assim, a primeira metade da década 1980, ficou caracterizada, não só pelo estrangulamento externo, mas também pelos altos índices de desemprego. Em sua segunda metade, com a abertura política, a “Nova República” tinha como principais desafios gerir a dívida externa. A partir de 1983, o Brasil malograva sucessivos “pacotes econômicos”, os quais sacrificavam a população com altos índices de desemprego, os quais entre 1985 e 1989, atingiu uma média de 6,72%, vindo posteriormente a atingir o seu ápice, em maio/junho de 1992, com uma taxa de desemprego na ordem de 10,2%, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Taxa de desemprego por idade (%) - PNAD: 1981 - 2002

Ano	18 - 20	21 - 23	24 - 29	30 - 35	36 - 41	42 - 47	48 - 53	54 - 59
Δ 1981 - 2002	12,4	8,01	6,01	4,63	4,17	3,83	3,84	2,79
Δ 1981 - 1990	-2,45	-1,45	0,04	-0,16	-0,19	-0,52	-0,1	-0,81
Δ 1990 -2002	14,86	9,46	5,98	4,79	4,36	4,35	3,94	3,6
Δ 1993 - 2002	8,07	4,98	2,98	2,1	2,22	2,33	2,45	2,12

Fonte: PNAD para indivíduos residentes nas áreas urbanas

Outro fator de relevante incômodo para a economia brasileira era o processo inflacionário, o qual provoca implicações negativas na economia, pois extrai dos segmentos da população, com maior ênfase na classe social mais baixa, quaisquer formas de proteção e

deteriora o poder da moeda, fazendo com que os agentes econômicos, optem por ativos fixos como forma de especulação e reserva de valor. Ao analisar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), verifica-se, no Gráfico 5, uma notável curva ascendente, a qual representa em seu ponto mínimo o ano de 1986, quando a inflação correspondia 59,2% /, mas que saltou de forma considerável para 1.863,6% em 1989.

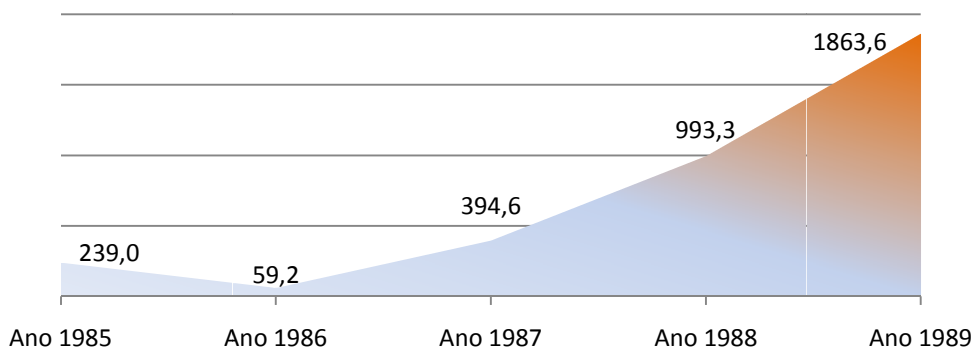


Gráfico 5 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (1985-1989)
Fonte: IBGE

O processo inflacionário demandou a adoção de medidas recessivas (por intermédio dos “pacotes econômicos”) as quais afetaram o desempenho econômico brasileiro, gerando a estagnação econômica. Pode-se observar no gráfico 6, o qual descreve as sucessivas quedas do PIB no período de 1985, ocasião em que apresentava um forte desempenho (7,85%) Já em 1990 atingiu um dos piores índices da história econômica brasileira, -4,35%

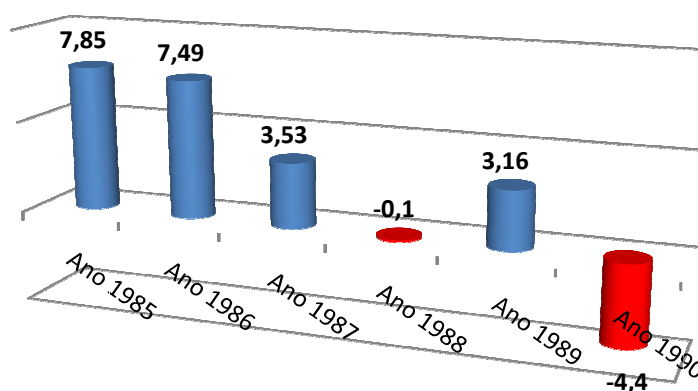


Gráfico 6: PIB (1985-1990)
Fonte: IBGE

O final da década de 1980 demonstrou indícios da dependência econômica, haja vista, a imposição realizada pelos países desenvolvidos, tendo como base a crise da dívida, a

desordem das contas públicas e a hiperinflação. Diante disto, o início dos anos 1990 foi marcado pela adoção das diretrizes disseminadas no “Consenso de Washington”. Documento que propunha adoção de medidas que visassem à racionalização dos gastos públicos, a qual consistia na atuação limitada do Estado ou, Estado mínimo, em áreas de cunho social (educação, segurança e saúde), fazendo com que ocorresse a liquidação dos ativos nacionais; ou seja, a privatização de empresas públicas, cujo saldo obtido pela comercialização destas, destinou-se ao pagamento da dívida pública. Portanto, o período de 1995 a 1992, ficou caracterizado pela maior crise econômica do Brasil, evidenciando o fim do modelo desenvolvimentista nacional, originado nos anos de 1930, tendo como principal fator a industrialização, conforme salienta Pires:

Como desdobramento da crise da dívida externa, o país perdeu o controle sobre essas variáveis [taxa de juros, gasto público, tributação, investimentos produtivos, câmbio, etc.], e a definição da política econômica doméstica passou a depender da anuência dos credores internacionais. O coroamento desse processo foi a adesão incondicional do governo brasileiro, após 1990, aos princípios neoliberais definidos pelo ‘Consenso de Washington’. De lá para cá, os sucessivos governos tiveram bloqueadas importantes decisões econômicas, ficando à mercê das variações de humor de uma esotérica e onipotente entidade, o mercado. (PIRES, 2010, p. 279)

Assim, tendo-se concluído o processo histórico do modelo de desenvolvimento brasileiro, pode-se afirmar que a industrialização brasileira foi tardia e imitativa, e reforçou as tendências atávicas da sociedade, provocando a exclusão social. (FURTADO, 2002, p. 27). Provavelmente porque este não foi implementado como uma forma de promover a independência econômica nacional; ao contrário, trouxe uma herança que só foi percebida nos anos de 1980, quando o país viveu uma forte crise econômica, provocada principalmente pela necessidade de gestão da dívida ante aos países credores.

Tais malogros resultaram em uma massa aquém das benesses do desenvolvimento, o qual, na verdade se caracterizou somente como crescimento. Tal fato fica mais explicitado na Tabela 5, onde se verifica uma concentração inversamente proporcional no tocante à distribuição de renda, que em 1960 os 50% mais pobres detinham 17,7% da renda, e em 1990, este mesmo grupo social reduziu sua participação para 11,9%; enquanto que os 10% mais ricos saltaram de 39,7% para 48,7% respectivamente, conforme se observa na tabela 6. O resultado deste modelo foi o estrangulamento da situação social, eclodindo manifestações de ordem política e social, as quais pediam por novas ações.

Tabela 5 - Distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas com rendimento – Brasil – 1960/1990

Ano	50% mais pobres	10% mais ricos	10% mais pobres
1960	17,7	39,7	1,2
1970	15,0	46,5	1,2
1980	14,1	47,9	1,2
1990	11,9	48,7	0,8

Fonte: GONÇALVES, 1998.

Fazia-se necessária a apresentação de um sistema alternativo que atendesse as necessidades básicas de emprego e renda, na amplitude de sua demanda, mas que concomitantemente, não se caracteriza pela dominação capitalista. Tais males econômicos e sociais permitem o surgimento de um modelo que se propõe a atuar como ferramenta de promoção do valor social por meio do trabalho, e ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento humano. Este modelo consiste na chamada Economia Social, a qual obteve seu espaço no hiato provocado no período da década perdida, quando o desenvolvimento adotado pela história da economia brasileira, mostrou-se ineficaz.

O modelo de desenvolvimento optado pelo Brasil sempre objetivou conjugar as políticas macroeconômicas com as assistencialistas, utilizando-se de marcos regulatórios para as categorias profissionais, a despeito da formatação de uma política de emprego, a qual visasse à subsistência e a inserção dos trabalhadores excluídos da participação da renda nacional (OLIVEIRA, 2012). O crescimento subordinado e dependente da posição ocupada pela divisão internacional do trabalho, associado a uma crise decorrente da alta dívida externa e de um processo inflacionário crescente, resultou na exploração do trabalho e dos baixos salários, os quais foram percebidos nos anos de 1990, quando os indicadores socioeconômicos demonstraram a precarização da qualidade de vida decorrente da ausência do emprego formal sucumbido pelas políticas (ou a ausência delas) de trabalho no Brasil.

4.2 A crise do emprego na década de 1990.

A acentuação das disparidades que culminava com o período da década perdida, nos anos de 1980, momento em que a economia brasileira enfrentava a crise da dívida externa,

forçada a atender aos quesitos imputados pelo FMI, os quais além de gerar a retração dos investimentos governamentais, resultavam em um nível de desemprego alto, com drásticas consequências na qualidade de vida da população, criando, assim, a necessidade de se instaurar uma agenda que focasse ações que suprissem a escassez de renda. Ressalta-se que a criação de uma agenda governamental perpassa três fases, sendo: *i*) identificação de problemas e crises por intermédio de indicadores; *ii*) debate de soluções ou alternativas com especialistas que apontam sua viabilidade técnica e financeira; e *iii*) debate político, o qual envolverá a percepção acerca da perspectiva nacional. Tais fatores tendem a vislumbrar a oportunidade de mudança, convergindo para a formação de uma agenda pública, neste caso, que atenda as expectativas de suprir a escassez de trabalho (IPEA, 2011).

A tabela 7 demonstra a necessidade de uma agenda que visasse coibir o crescimento da exclusão de trabalhadores, tendo em vista a elevação dos índices de desemprego, o qual atingiu 45,83% entre os anos de 1992 a 2003 (7,2% em 1992 para 10,5% em 2003) acompanhado do crescimento da informalidade de 40% para 46%, da população ocupada no país, com pico de 47,2% em 2002.

Tabela 7 - Taxa de desemprego e informalidade no Brasil - 1992 – 2003 (em %)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Desemprego	7,2	6,8	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10,0	9,9	10,5
Informalidade	39,9	40,9	42,6	43,2	43,4	43,9	45,7	46,5	47,2	46

Fonte: PNAD/IBGE, 2012.

Em análise específica à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), considerada a mais importante do país, decorrente dos investimentos ali centralizados, o desemprego atingiu a população local de forma mais contundente. Na tabela 8, entre os anos de 1990 a 1999 a População Economicamente Ativa (PEA) correspondia a uma média de 8 milhões de pessoas, sendo que 14,8% destes encontravam-se desempregados (tendo como pico o ano de 1999 quando atingiu o índice de 19,3%); ou seja, uma média de 1,2 milhões de pessoas.

Tabela 8: Taxa de desemprego da PEA no Brasil - 1992 – 2011 (em %)

Ano	PEA		Posição no Domicílio
	Números absolutos	Números Relativos	Chefes
1990	7.213	10,3	5,2
1991	7.507	11,7	7,0
1992	7.686	15,2	8,9
1993	7.831	14,6	8,1
1994	7.904	14,2	7,7
1995	8.121	13,2	7,1
1996	8.382	15,1	8,5
1997	8.542	16,0	9,6
1998	8.711	18,2	10,8
1999	8.985	19,3	11,8
2000	9.214	17,6	10,2
2001	9.395	17,6	10,4
2002	9.613	19,0	11,3
2003	9.759	19,9	12,0
2004	9.925	18,7	10,3
2005	10.017	16,9	9,4
2006	10.052	15,8	8,4
2007	10.168	14,8	8,0
2008	10.467	13,4	6,8
2009	10.507	13,8	7,8
2010	10.700	11,9	6,0
2011	10.735	10,5	5,4

Fonte: Convênio Dieese – Seade e MTE/FAT.

Elaborado pelo autor

Ao que se refere ao quesito gênero, o feminino mantinha uma taxa superior ao masculino, destacando-se o ano de 1999, com uma variação de 25,4% entre os gêneros no tocante ao desemprego, o que denota um dos princípios da Economia Solidária, que é a inclusão feminino em seu espaço social, por intermédio da geração de trabalho e renda, com vistas a políticas públicas que promovam tais ações, com vistas ao desenvolvimento econômico adequado às demandas decorrentes da globalização.

Tabela 9 - Taxa de desemprego por gênero no Brasil - 1992 – 2011 (em %)

Ano	Gênero	
	Homens	Mulheres
1990	9,1	12,1
1991	10,8	13,0
1992	13,9	17,1
1993	13,4	16,3
1994	12,7	16,4
1995	11,8	15,3
1996	13,5	17,2
1997	14,2	18,3
1998	16,1	21,1
1999	17,3	21,7
2000	15,0	20,9
2001	14,9	20,8
2002	16,4	22,2
2003	17,2	23,1
2004	16,3	21,5
2005	14,4	19,7
2006	13,4	18,6
2007	12,3	17,8
2008	10,7	16,5
2009	11,6	16,2
2010	9,5	14,7
2011	8,6	12,5

Fonte: Convênio Dieese – Seade e N

Elaborado pelo autor

No tocante a faixa etária, a população mais impactada com o desemprego foi a que se encontrava entre 16 e 24 anos, a qual estava em fase de inserção no mercado de trabalho, caracterizada pela inexperiência em sua fase inicial e pela recente formação em ensino superior em seu limite final. No período em análise, a média da taxa de desemprego da referida faixa, correspondia a 23,3%, tendo a maior alta em 1999, com 30,8%. A faixa etária entre 25 e 49 anos, que caracteriza como sendo o período de melhor atividade, atingiu uma média de 20,3% de desemprego. Por fim, a faixa etária entre os 50 a 59 anos, a qual está às vésperas da inatividade decorrente da aposentadoria, obtém uma taxa de desemprego consideravelmente menor com a média de 7,5%, todavia ao se observar tal índice com os números absolutos da PEA, no período, verifica-se que esta faixa etária corresponde a aproximadamente 600 mil trabalhadores desempregados, o que certamente impacta de forma

considerável na qualidade de vida, haja vista, que em relação a posição no domicílio a categoria de chefes correspondia a 8,5% da PEA.

Tabela 10 - Taxa de desemprego por faixa etária no Brasil - 1992 – 2011 (em %)

Ano	Faixa etária					
	10 a 15 Anos	16 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos e Mais
1990	32,8	16,1	7,7	5,0	4,5	(1)
1991	33,9	17,4	9,3	6,8	5,7	4,5
1992	42,7	23,3	12,0	8,9	6,9	6,6
1993	42,6	23,0	11,4	8,0	6,7	4,9
1994	43,7	22,9	11,0	7,5	6,6	(1)
1995	40,2	21,4	10,1	7,4	6,5	(1)
1996	44,1	23,8	11,9	9,0	7,5	6,2
1997	44,4	25,3	12,7	10,0	8,6	6,5
1998	51,1	28,8	14,6	11,5	10,4	8,2
1999	52,1	30,8	15,4	12,9	11,9	9,0
2000	50,5	28,2	14,0	11,8	10,4	8,2
2001	49,3	28,4	13,7	12,2	11,0	7,0
2002	54,4	31,2	14,8	13,1	11,5	9,5
2003	50,7	33,1	16,0	14,0	12,3	8,7
2004	50,5	32,6	14,6	12,2	11,4	7,6
2005	46,8	29,8	13,5	11,0	9,6	5,8
2006	48,9	29,0	12,7	9,9	8,6	6,2
2007	42,8	27,6	12,4	8,8	7,9	5,8
2008	52,3	24,7	10,8	8,3	6,8	(1)
2009	49,8	25,8	11,8	8,3	7,1	5,2
2010	51,3	23,4	9,8	6,9	6,6	(1)
2011	44,7	21,3	8,7	6,0	5,1	(1)

Fonte: Convênio Dieese – Seade e MTE/FAT.

Elaborado pelo autor

A década de 1990 se caracterizou pela abertura comercial o que intensificou o processo de mutação tecnológica do parque industrial nacional, alterando também, a estrutura produtiva no mercado de trabalho. As demais ações macroeconômicas, tais como a estabilidade da política monetária com o advento do Plano Real, contenção da inflação e as inovações tecnológicas provocaram conjuntamente uma evolução do mercado de trabalho brasileiro, com efeito, principalmente em um polo dinâmico como a RMSP. Denota-se, no período em análise, a evolução contínua da PEA o que caracteriza uma pressão demográfica sobre a necessidade de geração de emprego, tendo em vista o lento crescimento da ocupação em virtude das limitações ao trabalho não qualificado, a queda da ocupação no setor

industrial, na ordem de (-29,6%), a qual parcialmente migrou para o setor de serviços com (+36,2%), ou ampliou a proporção de informalidade, conforme demonstra a (tabela 7). Resultou-se que o agravamento das oportunidades de emprego decorrente da competitividade globalizada e da ausência de um apoio para qualificação e inserção ao trabalho provocaram a queda do rendimento real (CHAHAD, 2003).

Na primeira década do século XXI, a questão do emprego foi pauta dos governantes, os quais implementaram programas capazes de atender a este fim, dentre os quais destaca-se o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), direcionado para jovens entre os 16 e 24 anos, grupo este afetado pelas mudanças no mundo do trabalho e na estrutura produtiva durante as décadas perdidas, conforme aponta a tabela 8, o que acarreta problemas sociais como a elevação do grau de dependência da família e, esta, das políticas públicas. O PNPE objetivou a criação de postos de trabalho para tal público, por meio da qualificação a fim de promover a melhoria da empregabilidade juvenil e a qualificação para o trabalho, tendo como foco mais amplo a inclusão social.

A tentativa de realizar uma intervenção no desemprego dos jovens com a cessão de subsídios aos empregadores privados, sem um conjunto de estratégias que incentivassem o crescimento econômico, tão somente, fez com que empresas usufríssem dessa mão de obra marginal, a qual ficou sujeita a alta rotatividade e a precarização do trabalho, sendo, substituída facilmente por uma nova safra de jovens. Cabe ressaltar que os incentivos ofertados pelo Estado são resultantes de uma parcela dos gastos que uma empresa teria ao contratar um jovem saldando-o, ao menos, um salário mínimo e recolhendo as contribuições previstas (INSS, FGTS, PIS, etc.). Embora tenha havido uma evolução positiva, quanto ao número absoluto dos postos de trabalho para o público alvo, fato que não coíbe a precarização do trabalho, tampouco, estimula a economia de forma coletiva, o que resulta na ausência do desenvolvimento, apesar do crescimento obtido pelo empregador.

A crise do trabalho mostra-se cíclica por ser esta sensível às condições econômicas, tanto de ordem interna de um país, devido ao processo inflacionário, redução dos investimentos do governo; como pelo fator externo quando há uma crise globalizada. Com vistas ao desemprego herdado dos anos 1990, nos anos de 2000a 2010, as políticas para a criação de postos de trabalho associadas ao crescimento econômico, concomitante no período, possibilitaram a redução dos níveis de desemprego em todas as faixas etárias, nos gêneros e na posição nos domicílios (tabelas 9 e 10). Contudo, a referida cíclica crise do trabalho, que a

despeito das tentativas de solução perdurou, precisou ser prevista quando da tomada de futuras ações, a fim de se adotar efetivamente novos meios de geração de emprego e renda. Conforme visto, a associação de desemprego e informalidade proporcionou o aumento da pobreza e dos riscos sociais, por conseguinte, elevou a pressão social por políticas eficazes de curto prazo, por parte das autoridades e pela adoção de políticas inovadoras para a geração de trabalho e renda (FRANÇA FILHO, 2006).

No bojo da referida crise econômica e pressão popular, buscou-se amenizar os impactos negativos provocados pela crise do trabalho, a fim de propiciar um modo econômico, que caracterizasse uma reformulação no conceito de trabalho, como alternativa à escassez de emprego, composta basicamente por atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, as quais careciam de ser organizadas, com caráter coletivo dos meios de produção e geridas de forma democrática, tendo por público alvo: trabalhadores autônomos ou informais, pequenos produtores rurais e urbanos (SARDÁ, 2011). Tal modelo consiste na Economia Social, cuja estratégia visa combater a precarização do trabalho e proporcionar a emancipação social, econômica e política da população participante, pressionando as autoridades públicas a observarem as práticas da ECOSOL e seus resultados, a fim de se prover antecipadamente ações para a alocação dos fatores de produção.

A ECOSOL se distingue dos demais programas de geração de emprego, como o MEI e o PNPE, pois busca estimular o trabalho associativo e cooperativo, com vistas a implementar a cultura de cooperação, atuando no cerne do desenvolvimento humano, pois explora o potencial do associativismo para integrar as pessoas ao mundo do trabalho. Para uma melhor análise, serão destacadas algumas ações que favoreceram a inserção das práticas da ECOSOL, por intermédio da criação de agendas, que possibilitaram o debate e o exercício no ambiente público, resultando na ampliação dos EES no país.

5 A CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo tem o intuito de compreender o impacto promovido pelas políticas públicas sob a ótica da economia solidária, a contribuição dos EES para a elevação do bem-estar social, logo o desenvolvimento. Analisar-se-á os projetos e programas públicos sob a ótica da ECOSOL aplicados no Brasil com o intuito de diagnosticar os motivos e a evolução dos indicadores sociais, com base na delimitação deste trabalho. Tendo-se analisado, compreendido e explanados os dados obtidos, espera-se ter primeiramente explicitado o conceito, os princípios e a eficácia da contribuição dos empreendimentos de economia solidária no processo de desenvolvimento, bem como das políticas públicas geridas sob este modelo.

5.1 Processo histórico da ECOSOL

Mediante todas as movimentações ideológicas, culturais, econômicas e sociais que aconteciam na Europa e nos Estados Unidos do século XIX é que se observa o aparecimento de várias experiências sociais influenciadas pela ideia da valorização do ser humano e do mutualismo, através de cooperativas e associações de produção de socorro mútuo, criadas por trabalhadores, com o intuito de minimizar os efeitos trazidos pelo sistema liberal capitalista (SINGER, 2002, p. 32-38).

Após a crise da superprodução que ocorrera em 1929, que perdurou até 1932, quando se introduziu a teoria Keynesiana, a qual se fundamenta no princípio de que o ciclo econômico não é autorregulador como pensavam os clássicos e, por esse motivo, e pela ineficiência do sistema capitalista em empregar todos que querem trabalhar, Keynes defende a intervenção do Estado na economia. Contudo, somente na segunda metade da década de 1970, com o enfrentamento de uma nova crise do sistema capitalista, decorrente do ressurgimento do ideal liberal (neoliberalismo) reaparece na Europa, o processo cooperativista/ associativista por parte das classes trabalhadoras de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, com o objetivo de salvar suas rendas, bem como de criar empregos, quando segundo Jean-Loup Motchane (2000), a comissão européia enumerava mais de um milhão de associações de

cunho cooperativista na Europa, as quais reuniam cerca de 30% a 50% da população da região.

A ECOSOL se origina na primeira revolução industrial, como reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Na passagem do Século XVIII ao XIX, surgem na Grã-Bretanha as primeiras Uniões de Ofícios e as primeiras cooperativas. Os focos de pensamento da ECOSOL surgem no início do século XIX, na Europa, com grande ênfase na França, sob o comando de Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1808-1865) e, destacando-se dentre estes, Robert Owen (1773-1858), empresário do setor têxtil, em New Lanark, o qual implanta o limite de jornada de trabalho, extingue o emprego de crianças, a fim de colocá-las em escolas. Após estas medidas, se verificou a contrapartida por parte dos trabalhadores, por intermédio de uma maior produtividade, gerando maiores ganhos para Owen, o que fez despertar o interesse em seu trabalho, tentando entender como este obtinha retorno sob a forma de lucro (SINGER, 2002)

Mas, com a Revolução Francesa e a vitória de Napoleão Bonaparte, a economia da Grã-Bretanha entrou em depressão. Com o objetivo de restabelecer o crescimento econômico. É neste cenário que Owen apresenta uma proposta para auxiliar as vítimas do desemprego, por meio de uma análise que concluiu que tal crise era causada pela queda na demanda de produtos bélicos, impactando no setor da indústria civil, com forte retração. Portanto, fazia-se necessário que houvesse uma reinserção dos trabalhadores ociosos, a fim de lhes proporcionar renda, a qual possibilitaria o poder de consumo, ampliando o mercado para os produtores. Apresentou, ainda, um plano ao governo britânico, no qual defendia a suspensão da distribuição do fundo de amparo, destinado à camada social mais pobre, com a alegação de que o crescimento da massa beneficiada se tornava inviável, além de que os recursos nele investidos trariam melhores resultados, se empregados na compra de terras e na construção de organizações agrícolas, para que os desocupados pudessem ter seu trabalho, com excedentes destinados ao comércio e para a sua própria subsistência.

Assim, após um estudo detalhado, Owen verificou que haveria uma economia de recursos, pois com a reinserção dos beneficiados, os quais estavam anteriormente desocupados, em um curto prazo não haveria mais a necessidade de custeá-los, devido ao retorno gerado pela produção agrícola. Desta forma, os fundos aplicados seriam devolvidos aos cofres públicos. Contudo, tal proposta não foi aceita pelo governo britânico, o qual a contemplava não como

uma forma de baratear o sistema de auxílio à pobreza, mas sim, uma mudança nos sistema social e um risco para a existência da empresa capitalista (SINGER 2002).

A despeito do impasse, entretanto, com a ascensão do cooperativismo, o Owenismo foi incorporado ao sindicalismo. Após John Doherty organizar, em 1829, os fiandeiros de um sindicato nacional, incorporou a luta pela organização sindical de todas as categorias de trabalhadores, fundando em 1833 o “*Grand National Moral Union the Owen*”. Assim, os trabalhadores tentavam substituir os empregadores no mercado, não mais se limitando às reivindicações salariais e melhorias nas condições de trabalho. Sendo como a maioria dos socialistas da época, Owen não aceitava a obtenção de lucro, pois afirmava:

Os distribuidores pequenos, médios e grandes tem todos de ser mantidos pelos produtores e, quanto maior o número dos primeiros, comparado ao destes, maior será a carga suportada pelo produtor; pois à medida que aumenta o número de distribuidores, a acumulação de riqueza tende a diminuir e mais tem de ser exigido do produtor. Os distribuidores de riqueza, sob o sistema atual, são um peso morto sobre os produtores e os mais ativos desmoralizadores da sociedade. (OWEN, 1821 apud MILL, 2000, p. 68).

Com isto; a rejeição do comércio fez com que as entidades owenistas fundassem o “clube de trocas”, criando um mercado com moeda própria, conforme defendiam os principais pensadores, no qual estes elaboraram modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária, porém não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar tal sociedade; e em virtude disto foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos. Apesar de não demonstrarem claramente os meios para a sociedade alcançar tal ideal, na forma pela qual idealizaram não se pode desmerecer seus pensamentos, uma vez que foram estes os precursores e idealizadores de processos de articulação solidária (SINGER, 2002).

Todavia, o pensamento de tais socialistas utópicos no início do século XIX, se deve ao momento em que na Europa, o processo de revolução industrial se fortalecia e se difundia dinamicamente cada vez mais, levando o ideal liberal de auto-regulação (SMITH, 1776) da economia como dogma inquestionável do capitalismo, sendo, por intermédio deste modelo ideológico clássico, que se inicia o processo de crises e deterioração social, tais como: exploração demasiada da classe operária através de jornadas de trabalhos excessivas,

utilização de mão de obra infantil, condições de trabalho insalubre e o aumento crescente de desemprego, culminando na revolução industrial que se alastrou pela Europa.

É nesta conjuntura social e econômica do século XIX que Simon idealiza a sociedade dos patrões e trabalhadores, com a presença de um estado industrializado, o qual visasse à busca do bem-estar das classes trabalhadoras através da produção, o que proporcionaria a redistribuição da riqueza. No campo agrícola, Fourier idealiza uma sociedade constituída por fazendas coletivas agro-industriais chamadas de falanstérios, onde todos desempenhariam papéis importantes com o objetivo do bem estar comum da comunidade (GIANOTTI, 1978).

A divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo. Segundo Engels (1872) a única experiência socialista que deu certo foi o “familistério de Godin” que funcionou por 100 anos (1859- 1968) a qual foi realizada por Godin, que se inspirou no socialista utópico Fourier. Já Joseph considerado o precursor do anarquismo e fervoroso crítico da propriedade privada, idealiza uma sociedade formada por pequenos produtores, que obteriam financiamento de banco de troca para a aquisição dos meios de produção e, na qual a moeda seria substituída por certificados de circulação, fazendo com que as sociedades trocassem serviços.

Mediante todas as movimentações ideológicas, culturais, econômicas e sociais que estavam acontecendo na Europa e nos Estados Unidos, no século XIX, observa-se o aparecimento de várias experiências solidárias, influenciadas pela idéia de valorização do ser humano e do mutualismo, através de cooperativas e associações de produção de socorro mútuo, criadas por trabalhadores com o intuito de minimizar os efeitos negativos, decorrentes do processo econômico clássico.

Posterior ao ressurgimento do pensamento solidário dá-se, no início do século XX, a crise de superprodução, de 1929-1932, responsável pelo *crash* na economia mundial, o qual ocasionou o aumento generalizado do desemprego, revelando, assim, a deficiência do sistema econômico vigente. A referida crise foi superada com o término da segunda guerra mundial, momento em que já se verifica a introdução da teoria Keynesiana, à época, um novo pensamento econômico que se delineava no horizonte capitalista, o qual propunha a intervenção do Estado na economia como forma de solução para os problemas. Apesar de, em um primeiro momento, esta teoria econômica ter conseguido realizar seu objetivo, qual seja o de sanar a crise econômica e possibilitar crescimento do emprego e da economia, este quadro se reverte, na segunda metade da década de 1970, quando se assiste o surgimento de uma

nova crise do trabalho, a qual traria novamente o crescente fantasma do desemprego, o fechamento de empresas e o ressurgimento do ideal liberal (neoliberalismo).

É nessa nova conjuntura econômica, que, segundo Lechart (2002) reaparece em massa na Europa, a partir da segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, o processo cooperativista/associativista, autogeridos pelos próprios trabalhadores, com o objetivo de impedir, ou ao menos, minimizar os danos da exclusão social, decorrente do desemprego. Ressalta-se que inúmeros movimentos sociais e étnicos surgiram nesse momento, os quais resultaram em uma nova visão do social, a partir de sua relação com o econômico, o político e em relação ao ser humano com o meio ecológico. Segundo Motchane (1995), a comissão européia enumerava mais de um milhão de associações na Europa, as quais reuniam cerca de 30% a 50% da população da região.

Com a terceira revolução industrial, que é caracterizada pelos ramos do conhecimento humano, a partir dos anos de 1980, a exclusão de grande número de trabalhadores do mercado se repete, o que enseja o surgimento de um novo cooperativismo, muito mais próximo de suas origens históricas.

Ao longo do tempo, decorrente das crises cíclicas da economia brasileira, a exploração da mão de obra, a qual, a exemplo do pensamento Marxista (1992), trata-se de uma mercadoria à disposição dos detentores do capital que, por meio de seus métodos e conceitos, trazem a crescente exploração do trabalho humano, para alavancar um desenvolvimento, que não atinge às necessidades básicas da população e promove a concentração de riqueza e renda nas mãos de uma minoria, tem sido objeto de especulação.

Por conta deste passado, nestas últimas décadas, mais especificamente nos anos de 1990, difundiu-se a ECOSOL como uma nova forma de organização econômica e social globalizada, de caráter mais humanizador, a qual, segundo Singer (2002), se apresenta como uma alternativa, tanto para as massas desempregadas ou economicamente excluídas pela crise do mundo do trabalho, quanto para aqueles que aspiram a um modo de produzir e de viver baseado na igualdade política e na democracia social. Uma economia, portanto, que objetiva construir relações sociais igualitárias, que induzam à confiança mútua entre os que trabalham juntos e a ajuda mútua entre os que se ocupam em atividades distintas e intercambiam seus produtos.

5.2 Os EES no Brasil

5.2.1 – *As origens da ECOSOL e a distribuição dos EES no Brasil*

No Brasil, as origens da ECOSOL partem do quadro das condições socioeconômicas e políticas das duas últimas décadas do século XX, com os embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego, resultado das mudanças da estrutura da economia, as quais provocam desajuste no emprego da mão de obra, assim como alterações na composição da economia associada ao desenvolvimento, cujas causas, para este tipo de desemprego, são a insuficiência da procura de bens e de serviços e a insuficiência de investimento em torno da combinação de fatores produtivos desfavoráveis. Esse tipo de desemprego é mais comum em países desenvolvidos, devido à grande mecanização das indústrias, com conseqüente redução dos postos de trabalho.

Após o chamado “milagre econômico”, período em que o Brasil desfrutou de crescimento econômico notável, deu-se a crise do petróleo, o qual provocou um choque de custos. Porém, segundo Bacelar (2006), este não configurou o único fator relevante que resultou na crise brasileira, mas sim, o “choque dos juros” dos Estados Unidos, na passagem da década de setenta para a de oitenta, haja vista que o governo brasileiro havia se endividado consideravelmente no exterior, nos anos anteriores, provocando, assim, a crise conhecida como as décadas perdidas (ARAÚJO, 2006).

Como resultado desta crise, deu-se a cessão do desenvolvimento sob a ótica capitalista e o desemprego tornou-se o principal fator da exclusão social existente. Desta forma; a ECOSOL surge como medida de política de geração de renda e ocupação, configurando, assim, uma maneira eficiente para se enfrentar tal situação, pois se apresenta como um setor próprio, de interesse específico, tornando-se uma decisão de ordem teórico-político-ideológica, agregada às experiências autogestionárias.

Para encontrar as origens da ECOSOL no Brasil, parte-se do quadro das condições socioeconômicas e políticas das décadas de 1980 e 1990, a partir do qual, analisa-se o processo de surgimento das experiências auto-gestionárias e solidárias, atuação de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, igrejas, prefeituras e governos que lhes dão suporte e promovem sua organização em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas similares.

Em face ao desemprego existente à época, diversas entidades já atuavam com ações que objetivavam minimizar os males provocados pela crise econômica, associada pela redemocratização no Brasil. Dentre tais entidades, destacam-se a Cáritas, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Federação de Órgão para a Assistência Social e Educacional (Fase), Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), posteriormente, surgiram: o Movimento dos Sem Terra e a Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (Abicred).

Nos anos 1990, com a abertura econômica promovida pelo Governo Collor, a falência de empresas colocava em risco o emprego de milhares de trabalhadores. Tal malogro pode ser observado ao analisar a Pesquisa Anual da Indústria, do IBGE, a qual denota que entre 1989 e 1995, o número de estabelecimentos na indústria de transformação brasileira caiu 27%. A redução do número de empregos no setor industrial, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Região Metropolitana de São Paulo indica que a participação da indústria de transformação, no decênio 1989-1999, passou de 33% para 19,6%. Ainda analisando o mesmo decênio e setor, sob a ótica dos assalariados com carteira assinada, verifica-se que a indústria possuía uma participação de 50,7% e ao final do período reduziu sua participação para 32%; ou seja, uma redução direta de 36,88%. Contudo, quando se analisa o grupo de trabalhadores assaliados sem carteira, constata-se que a variação no decênio 1989-1999, foi de 26,8% para 23,1%, atingindo de -13,81%, no período. Ainda, quando analisada com mais uma categoria, a de autônomos, tal redução, no período passa a ser de 18,49%, ou seja, de 14,6% em 1989 e 11,9% em 1999 (DIEESE, 2012).

Observa-se então, que na década de 1990, houve uma considerável elevação da exclusão de trabalhadores da economia formal, decorrentes da globalização, paralelo às políticas econômicas recessivas, que objetivavam a redução da inflação, por meio da retração econômica. A adoção de tais políticas associadas ao número de desemprego fortaleceu os movimentos sociais, com destaque para os sindicais, os quais incorporaram os trabalhadores organizados da indústria. Diante disto, adotou-se a modalidade das “empresas recuperadas” que consiste em empresas que estavam em vias de se decretar a massa falimentar ou já decretada, as quais foram assumidas pelos outrora empregados e, agora, cooperados.

Ocorre junto a esta tendência, a preocupação com a autogestão destas empresas assumidas pelos trabalhadores. Para tanto, surge em 1994, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag).

Posteriormente, em 1996, por intermédio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) se desenvolve o Programa Integrar, com o objetivo de promover debates sobre: autogestão, cooperativismo e economia solidária, culminando com o Seminário Nacional de Economia Solidária, o qual configurou o ponto de partida para a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário e da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil).

Outro meio de expansão da ECOSOL no Brasil foram às ações oriundas do meio acadêmico, com maior foco no ambiente universitário, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), dentre as quais se destacam a Coope da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho, os quais possibilitaram a inserção da ECOSOL nos debates acadêmicos e projetos de extensão universitária.

O conceito “economia de solidariedade” aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro “Economia de solidariedade e organização popular” no qual Gadotti a concebe como sendo:

(...) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjunto significativo de experiências econômicas (...) que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferentes de outras racionalidades econômicas. (GADOTTI 1993, p. 40)

Alguns encontros constituíram um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da ECOSOL no Brasil. Dentre estes, O II Encontro da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, o qual apresentou um dos trabalhos organizados por Luís Inácio Gaiger. Em cujo trabalho compara diversas experiências a partir das quais aponta tal conceito como alternativa viável para a economia popular, tendo em vista os EES que reúnem de forma inovadora as características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária (GAIGER. 1996).

Em janeiro de 2001, no I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre (RS), sob o título de GT brasileiro, o qual realizou oficinas e pequenos seminários pelas entidades de apoio. Em 2002, o GTB propõe a inserção da ECOSOL no programa de governo,

do então candidato, Luiz Inácio Lula da Silva. Em junho de 2003, na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, averigou-se a difusão da ECOSOL no Brasil, quando houve a adesão de 18 Estados da federação, com a participação de 900 delegados. Neste contexto, criou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e, no mesmo mês, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), atrelada ao Ministério do Trabalho e Emprego, o que destaca a inserção da ECOSOL como política pública de desenvolvimento, assunto que se fará referência neste trabalho posteriormente (NUNES, 2009). Tal arcabouço institucional consolidou as bases necessárias para a disseminação dos princípios específicos da ECOSOL; os quais tangem o sistema de finanças solidárias, o desenvolvimento de cadeias produtivas e a construção de uma política da ECOSOL.

A geração de trabalho e renda, sem a precarização do primeiro, perpassa antes de tudo, no combate à redução das disparidades regionais, que acentuam a miséria, para a inserção do público alvo dos programas sociais (população pobre) no mundo do trabalho e depende, primordialmente, da inclusão produtiva na dinâmica econômica onde se encontram. Neste sentido, o Plano Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, objetiva a promoção, o crescimento e o desenvolvimento econômico, por meio da elevação da renda, viabilizados pelos programas de transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, sendo esta última, o eixo que objetiva proporcionar à população em extrema pobreza às oportunidades de ocupação com estratégias diferenciadas, para a produção e geração de renda no campo e na cidade (BRASIL, 2011).

O diagnóstico apontado pelo IPEA (2008) denota que a dinamização das economias regionais mais pobres possibilitará a inserção da população local no mercado de trabalho, o que enfrentará a pobreza por meio da inclusão produtiva, a qual é composta por ações de qualificação profissional, oferta de microcrédito e incentivo à economia solidária.

Desta forma, o intuito de estudar e reeducar a sociedade para uma nova cultura econômica, fez com que a formatação de um novo conceito, oriundo das falhas provocadas pelo sistema de mercado capitalista impulsionasse as ações conjuntas o qual, segundo Lechat (2005), fez com que o Brasil implementasse, na base popular, um novo paradigma sócio-econômico, político e cultural, fundamentado na solidariedade; ou seja, na ECOSOL. Tais fatores proporcionaram uma considerável expansão da ECOSOL, sendo que além dos empreendimentos e entidades de apoio, uma série de novos atores, como a própria SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) passaram a atuar. O gráfico 7 reflete a

abrangência da ECOSOL no Brasil, oferecendo uma amostra de sua dimensão e potencialidade.

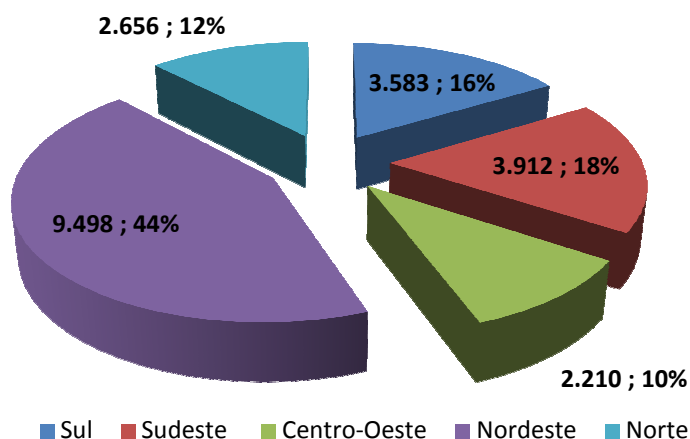


Gráfico 7 - Distribuição dos EES's no Brasil
Fonte: SENAES-MTE, 2005

Segundo dados de 2007, fornecidos pela SENAES foram identificados 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 2.274 municípios, do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os demais 56% distribuem-se das seguintes formas, indicada no gráfico 7.

As formas de organização dos EES consistem em cooperativas, associações, grupos informais e outros (Sociedades Mercantis etc.), sendo que a maioria no Brasil se constitui sob a forma de associação, em um contingente de (54%), posteriormente constituídos por Grupos Informais (33%), Cooperativas (11%) e demais formas correspondem a (2%). Pontual é a distribuição nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde predomina o perfil associativo, diferentemente das regiões Sul e Sudeste, nas quais há uma maior incidência de grupos informais, cujas atividades tiveram seu início na década de 1990, atingindo expansão e crescimento na primeira década de 2000. A expansão da ECOSOL não apresenta nenhuma retração ou estagnação significativa, mas sim, demonstra uma tendência de crescimento, com relevância para a região Nordeste, o que denota ser a ECOSOL uma política pública de desenvolvimento regional.

Os aspectos motivacionais para a formação de EES permeiam a precarização do trabalho, logo, se almeja formas alternativas de trabalho e renda com valores sociais e democráticos. Tais motivos se configuram na alternativa ao desemprego (45%), complemento de renda (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%). A gestão coletiva também configura uma das motivações (31%), bem como a possibilidade de desburocratização de acesso ao crédito (29%). Em uma análise regional, o fator “alternativa ao desemprego” é o mais citado nas regiões Sudeste e Nordeste com 58% e 47%, respectivamente. Na região Sul, entretanto, o fator de “obter maiores ganhos” se destaca com 48%, seguido pela “fonte complementar de renda” com 45%. Já o fator “complemento de renda” é o principal motivo nas regiões Norte, com 46% e Centro-Oeste, com 53%, conforme Gráfico 9.

No tocante a atuação dos EES, verifica-se que estes estão inseridos 50% na área rural, relacionados à produção agrícola, ao extrativismo e a pesca, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, onde a ação dos empreendimentos de base, sob os princípios da ECOSOL correspondem a 57% e 63%, respectivamente. A ação de empreendimentos na área urbana corresponde em âmbito nacional a 33%, destacando a região Sudeste, dos quais 60% dos EES encontram-se neste aspecto. Os demais 17% são híbridos; ou seja, tem atuação tanto na área rural como na urbana. Tal composição da alocação dos EES em relação ao aspecto de atuação evidencia-se quando analisadas as atividades, as quais segundo a pesquisa, os produtos mais citados são relativos às atividades agropecuárias, extrativistas e pesca com 42%, os produtos relacionados a alimentos e bebidas com 18,3% e o artesanato com 13,9%. Ao que se refere à atividade comercial 56% dos EES vendem ou trocam seus produtos e serviços no comércio local e, 50% em comércios municipais. Os empreendimentos cujo destino de seus produtos é o território nacional, correspondem a 7% e outros 2% transacionam com outros países.

Cabe destacar o dado de que 56% dos EES possuem atuação local. Tal fato evidencia o objetivo principal da ECOSOL que é o de fomentar o desenvolvimento econômico local e regional por meio da geração de trabalho e renda. Vislumbra-se então que a ECOSOL pode ser considerada uma ferramenta de política pública, com vistas a promover o desenvolvimento econômico regional. Para tal, ações relacionadas à mobilização de entidades civis de cunho desenvolvimentista, tornam-se imprescindíveis no ato de elucubração acerca de políticas que empreguem as diretrizes da ECOSOL a fim de se difundir-la e implementá-la.

5.3 Política de microcrédito e o apoio aos EES

O crédito significa uma relação de confiança celebrada mediante a transação, na qual um tomador obtém valores sob o compromisso de saldá-la posteriormente. O sistema de crédito possibilita ao empreendimento as condições de aquisição dos fatores de produção, tais como, máquinas, equipamentos e capital de giro, sendo, portanto, parte integrante do desenvolvimento. Este cumpre uma função social que é a de financiar o consumo, pois garante ao público consumidor o acesso aos bens e serviços ofertados no mercado, o que eleva seu poder aquisitivo e, conseqüentemente, o giro da economia produtiva; ou seja, o crédito eleva o poder de compra, o qual por sua vez eleva a demanda por bens e serviços, impactando na geração de emprego e renda, o que resulta no crescimento econômico e, em alguns casos, geram o desenvolvimento.

Contudo, a oferta de crédito segue determinadas políticas. Tais políticas são instrumentos que regem a tomada de decisão para sanar os problemas de determinada área. No caso do crédito, as políticas delimitam os parâmetros necessários para a sua concessão, que são introduzidos sob as estratégias comerciais das instituições financeiras ofertantes, as quais visam à garantia do retorno do serviço. Assim, “a posição no mercado de uma empresa, a utilização de sua capacidade de produção e recursos e objetivos financeiros são apenas alguns pontos a serem considerados quando do desenvolvimento de políticas creditícias” (SANTOS, BRITO e SANTOS, 2005).

No Brasil o mercado de crédito distingue-se em dois segmentos, sendo o primeiro de crédito livre, no qual o prazo, as taxas de juros e demais condições são definidas pela instituição financeira ofertante; e o segundo, que é o crédito direcionado, o qual define os setores da economia que serão atendidos, bem como as especificações acerca da taxa de juros para os fundos e programas de crédito, que representam as únicas fontes no sistema de crédito brasileiro de médio e longo prazo nas empresas (IPEA, 2007).

Para a concessão de crédito os agentes financeiros, além de exigirem as normas convencionais do Banco Central do Brasil (BACEN), solicitam dados completos dos requerentes, a fim de se precaverem do risco e, também, a apresentação de estudos de viabilidade econômico-financeira, conforme as instruções dos programas de crédito, os quais se configuram em impedimentos ou morosidade para a sua concessão. A exigência de garantias reais tem sido outra barreira, a qual tem sido amenizada pela utilização dos fundos

de aval, instituídos pelo governo federal. Desta forma, a tomada de crédito por parte dos empreendimentos de pequeno porte e informais, é praticamente inexistente; porém, a modalidade do microcrédito visa a este público, com vistas a possibilidade de estender a estes o cumprimento da função social do crédito.

Segundo Singer (2008) o microcrédito chegou ao Brasil por intermédio de financeiras convencionais capitalistas, as quais trouxeram uma versão modificada do sistema do Grameen, o qual teve sua promoção muito pelo empenho do Serviço Social de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na época do presidente Fernando Henrique Cardoso. Este modelo de microcrédito incentiva o empreendedorismo individual e participa de uma meritocracia de cunho competitivo capitalista, na qual o microcrédito deve ser concedido por organizações autônomas de auto-sustentação econômica, o que implica na cobrança de juros e taxas dos clientes em medida suficiente para cobrir todos os custos, acumulando capital. Tal forma é antagônica ao que propõe os princípios da ECOSOL, cuja proposição consiste na concessão de crédito aos microempreendimentos, com baixa taxa de juros.

A concessão de microcrédito pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as quais possuem alguns privilégios, mas também, obrigações de transparência. Ainda segundo Singer, a maioria dos prestadores de microcrédito no Brasil foi criada sob uma forma jurídica, a qual precisa ser suportada pelos seus clientes, que em sua maioria tem seu perfil socioeconômico oriundos de camada de estratificação da pobreza. Além de os empréstimos concedidos serem de pequeno valor e acompanhados por agentes de crédito, o que já inviabiliza o custo. Por sua vez, os juros cobrados, que em média perfazem 4% a.a., além das taxas de abertura de conta, fazem com que o custo do empréstimo para o tomador chegue a 5% ou 6% ao mês, tornando a operação financeira altamente onerosa. Como argumento a situação descrita, Yunus (2001) afirma que o crédito, em sua fase inicial, pode ser subsidiado. No Grameen Bank, criado em 1976, o crédito foi subsidiado pelo governo de Bangladesh, mas, atualmente não necessita mais de verba externa, pois o capital pertence inteiramente as sete milhões de mulheres, que compõem o rol de beneficiários, as quais criam empresas solidárias, de várias espécies em Bangladesh, com o lucro do banco.

Denota-se que a política de inclusão financeira deva ser induzida pelo Estado², como uma questão de direito. Todavia, constatada a impossibilidade de implementá-la por meio das instituições convencionais, dá-se a necessidade de estruturação de instituições de prestação de serviços financeiros de caráter popular, haja vista que o desafio é o de proporcionar os serviços financeiros, aos grupos sociais aquém dos serviços ofertados pelos bancos tradicionais, outorgando assim, estes serviços locais a partir de organizações sem fins lucrativos, as quais possuem forte inserção na comunidade, desde que apoiada por uma política pública.

A adoção de uma política pública de microcrédito deve estar acessível à camada de baixa estrutura social e educacional, por meio de prestadores de serviços micro financeiros de caráter territorial, tais como os bancos comunitários, cujo desafio é o de disseminar a prestação destes serviços, a fim de contribuir com um sistema financeiro condizente, com a estrutura socioeconômica regional.

O acesso ao microcrédito possui relação intrínseca com o combate à pobreza. A ação por meio de reformas para a criação de um sistema financeiro alternativo de caráter popular e comunitário possibilita aos empreendimentos da economia solidária o desenvolvimento das camadas de baixa renda, que hoje estão excluídas deste benefício.

Tal fato fica evidenciado ao se analisar o estudo desenvolvido pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (2008) denominado “Microcrédito, o Mistério Nordeste e o Grammen Brasileiro”, o qual aponta o microcrédito como uma das soluções para a redução da pobreza na região Nordeste. O aludido estudo tem por base o Crediamigo, que faz parte do Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal, sendo uma das estratégias do “Plano Brasil Sem Miséria”, do governo federal, para estimular a inclusão produtiva da população pobre, por intermédio do microcrédito, a fim de facilitar o acesso aos empreendedores informais e formais da economia regional.

Relata-se que na região Nordeste a utilização do crédito obteve um crescimento superior a média nacional. Nos dez anos de atuação, o Crediamigo obteve 4 milhões de operações atendendo 766,5 mil clientes. No ano de 2007, foram desembolsados R\$ 794,2 milhões para 824,7 mil microempréstimos. Diferente dos sistemas de crédito livre ou direcionado, o programa concede o crédito baseado no aval solidário, o que assegura a

² Os bancos são autorizados a funcionar pelo Poder Executivo – Banco Central do Brasil (BCB) – com o objetivo de desempenhar um papel socialmente relevante e suas atividades estão regulamentadas pela Lei no 4.595/1964, complementar à Constituição Federal. Artigo 192 da Carta Magna.

manutenção de renda. Corrobora com esta pesquisa, os dados divulgados pelo BACEN, que demonstram a evolução do saldo das operações de crédito da Região Nordeste, o qual atingiu o patamar de R\$ 257,5 milhões em abril de 2012, conforme demonstrado no gráfico 9 (BACEN, 2012).

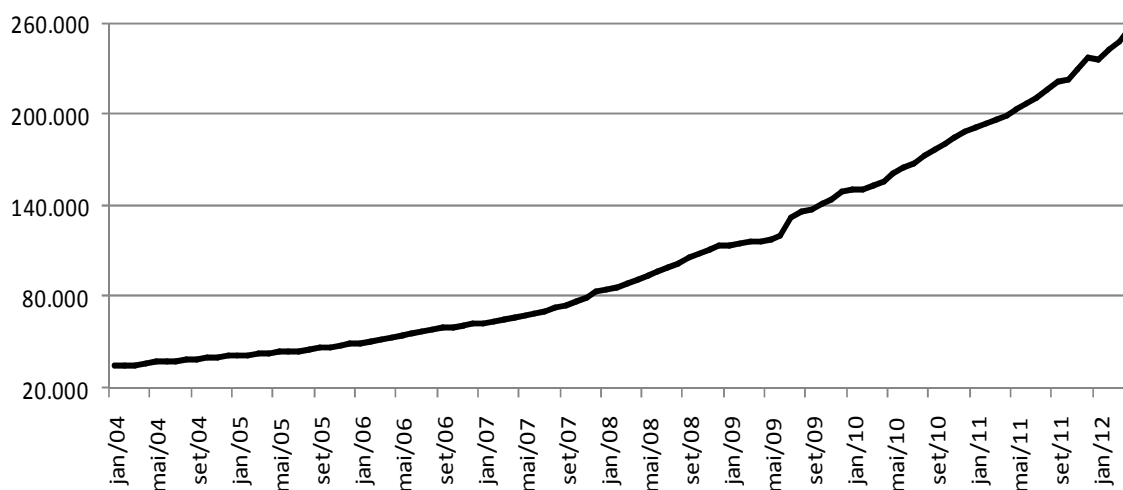


Gráfico 9 – Saldo das operações de crédito do SFN – Região Nordeste

Fonte: BACEN - 2012

Dentre as políticas públicas da ECOSOL está a de Finanças Solidárias e Acesso ao Crédito (SENAES, 2005), a qual é de importância *sine-qua-non* para a iniciativa, manutenção e expansão dos EES. Desta forma, as políticas de oferta de microcrédito, em especial, aos EES, suprem uma lacuna existente junto aos pequenos empreendimentos, cooperativas e associações de baixo faturamento, haja vista que segundo o Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES) 59,5% dos EES obtinham faturamento de até R\$ 5.000,00 mensais; os quais dependem de serviços bancários, em especial o crédito, para o seu crescimento e expansão, pois no sistema bancário comercial tradicional, não encontram alternativas viáveis (OLIVEIRA, SILVA. 2012 p. 204-218).

Contudo, embora o acesso ao crédito seja imprescindível para o desenvolvimento dos EES, a obtenção deste ainda é considerada o segundo maior problema para a difusão dos princípios da ECOSOL, por intermédio dos empreendimentos, ficando atrás somente do sistema de comercialização. De acordo com o SIES, 52% dos empreendimentos que buscaram linhas de crédito não lograram êxito no intento. A tabela 11 demonstra que dentre as dificuldades encontradas, destacam-se a ausência de projetos econômicos estruturados (36%);

os pré-requisitos dos EES não atendem às condições mínimas exigidas pelos agentes de crédito (31%); as condições para a obtenção do crédito são incompatíveis com as disponibilidades do empreendimento e a ausência de documentação (29%). No tocante a maior dificuldade apontada no estudo, a da comercialização, o principal destaque está relacionado também ao crédito, que é o capital de giro com 33% dos apontamentos.

Tabela 11: Dificuldades de acesso ao crédito por parte dos EES

Dificuldade identificada	%
Falta apoio técnico - projetos e planos de negócio	36
Não atende as condições de garantias exigidas	31
Condições do crédito são incompatíveis	31
Falta a documentação exigida	29

Fonte: SIES 2005.

Com vistas à tais problemas, as ações do Estado para minimizá-las propõem as iniciativas de consolidar bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e apoio ao cooperativismo de crédito solidário, o que denota a constituição do marco legal da ECOSOL, conferindo às instituições de crédito à condição de agentes financeiros populares de desenvolvimento local, a fim de intermediar as ferramentas de crédito (poupanças locais, cartões de crédito, moedas locais, financiamentos, etc.), possibilitando, assim, a adequação das políticas de crédito às características do EES. Concomitante a isto, faz-se necessário o seu aprimoramento técnico por meio da incubação e das redes e cadeias de produção, comercialização e consumo.

Verifica-se, assim que a democratização do crédito por intermédio das políticas de microcrédito é de importância crucial para a sobrevivência de quaisquer empreendimentos compostos por pessoas de baixa renda - que é o perfil socioeconômico dos integrantes dos EES - pois se trata de um insumo essencial para os processos de desenvolvimento local. Desta forma, vê-se a ação da teoria keynesiana, a qual confere ao Estado apoiar ações da sociedade civil, especialmente nos municípios de pequeno porte, onde há um desenvolvimento local integrado.

Assim sendo, a participação da sociedade, em especial dos integrantes dos EES para a obtenção dos resultados das políticas públicas de microcrédito, proporciona a aprendizagem, estimula a cooperação, tornando-se uma forma de reinserção no mercado de trabalho para os integrantes dos EES, promovendo a inclusão social e produtiva destes.

5.4 O apoio aos EES como política pública de desenvolvimento local e regional.

Os dados apresentados pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil destacam a questão motivacional dos gestores públicos para empreender ações de ECOSOL, na qual a maior frequência obtida foi à sensibilidade do dirigente municipal, seguido do diagnóstico da realidade local. Nesta pesquisa, verificou-se que em 77,7% dos municípios pesquisados existem EES. Porém apenas 51% dos municípios possuem um plano geral de promoção deste conceito e, somente 5% dos municípios trabalham para estruturar esta política. Por meio desses dados, ALVES (2006, p. 213) relata ser possível entender que a maioria dos municípios, componentes da amostra não são apenas resultados de iniciativas pontuais, mas também o resultado de certa elaboração política dos governantes.

Conforme o Plano Pluri Anual 2012-2015, o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, o incentivo às formas associativas e cooperativas de organização da produção e da distribuição vem ganhando espaço enquanto ação governamental para o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda. Trata-se de uma possibilidade aqui considerada, tanto à luz das discussões sobre o papel de governos para a construção de ativismo comunitário, quanto de novas relações sinérgicas com a sociedade, visando ações para a melhoria da qualidade de vida, quanto dentro do contexto de surgimento e consolidação de formas de uma ECOSOL.

O papel do Estado em relação à ECOSOL — em termos de apoio político, regulatório e financeiro — ainda demanda amplo debate e mesmo uma revisão de posições históricas. A ideia de que formas associativas autônomas podem surgir por iniciativa de governos continua a aparecer de modo controverso entre ativistas e teóricos do atual movimento cooperativista (GABRIELA, 2004, p. 81).

Autores ligados à tradição socialista, que vem contribuindo para o marco teórico da ECOSOL, como Paul Singer e Orlando Nuñez, não se ocupam muito da possibilidade de uma revolução política ou da chegada ao poder estatal, porque defendem uma revolução social,

realizada “*de baixo para cima*” por associações autônomas nascidas a partir da sociedade civil. Nuñez (1996) reconhece a importância de chegar ao poder político, mas propõe que o conceito de poder vá além do governo, e se combine à hegemonia social encarnada na população organizada.

Não se trata de ignorar a importância e a necessidade dos aparatos do Estado jogando um papel significativo ou regulador na estratégia de crescimento e distribuição de renda, mas de complementar e garantir, através do controle social associativo sobre os recursos, valores instituições e regras do mercado, as bases permanentes de uma democracia econômica e participativa (NUÑES, 2004)

Singer (2002) considera que o lento processo de construção de novas formas de relações econômicas está ligado às demais lutas dos trabalhadores, inclusive políticas, contudo entende que o modo socialista de produção não se tornará dominante por uma vitória política dos trabalhadores. Segundo ele, deve-se minimizar a aposta na luta política, por mais que ela seja importante. Eleições para o Executivo, criação de maiorias parlamentares, avanços dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores, do direito dos consumidores, além de outras ações políticas, são passos igualmente importantes para que haja outro tipo de sociedade, mas isto não se pode condicionar à questão meramente política, pois se a autogestão for protegida pelo Estado, ela jamais será competitiva e eficiente. Assim, em uma eventual derrota política a ECOSOL estará comprometida. É por isso que, ao invés de cooperativas frágeis, sujeitas a entrar em crise quando perdem apoio do governo, prefere-se que estas tenham condições de competir com empresas capitalistas, pois, embora demonstre o rompimento com o modelo autocrático capitalista, pelo processo de gestão participativa autogestionária, os EES não se excluem do processo de um sistema mercantil de trocas, participando assim, das mesmas regras de mercado, que as demais empresas capitalistas.

Cunha (2002), em citação a João Machado, acredita que um eventual apoio do Estado às cooperativas pode representar uma forma de lhes dar condições iguais, pois devido à sua fragilidade, só a integração em um movimento político e cultural mais amplo pode tornar viável sua construção e manutenção. Uma vantagem da estratégia seria a possibilidade de contar com experiências de gestão coletiva e de combate à degeneração causada pela divisão social do trabalho.

A advertência de Singer (2002) quanto à dependência e fragilidade de cooperativas criadas por iniciativas do Estado deve ser levada em conta, pois, mesmo com o importante apoio de agentes externos, grande parte das formas econômicas solidárias floresce ascendente, na maioria dos casos independentemente do poder público. Portanto, há um risco considerável de que ações que se propõem a criar autonomia organizativa, degenerem em assistencialismo, por parte dos agentes externos.

Quando governos procuram estimular a formação de cooperativas populares é preciso que a proposta não seja imposta ao grupo, mas sim apresentada como uma única alternativa — muitas vezes menos por conta do quadro de crise social e econômica, do que pelas concepções políticas dos agentes (governamentais ou não) que assessoram o grupo. A intervenção de um governo comprometido com princípios de democracia e autonomia pode ser importante para os EES, e em alguns casos necessária, como no reconhecimento legal destas unidades produtivas, a fim de que estas tenham tratamento diferenciado, justamente por seu objetivo ser o de valorizar as relações de solidariedade e autogestão. Por exemplo, não há distinção de *tributação* entre microempresas e cooperativas, e avançar, neste sentido seria um primeiro passo para criar um marco legal.

Desta forma, conclui-se que é indispensável à intervenção governamental nos EES a fim de garantir a inserção de empreendimentos com ideologia solidária no mercado. Defesa esta que os constitua em um mercado específico, baseado em normas de cooperação, com o objetivo de quebrar o ciclo vicioso, de que as pequenas associações não tem onde vender seus produtos, entretanto, quando ocorre a oportunidade, não possuem a capacidade produtiva para atender a demanda necessária. Uma alternativa mais promissora para o desenvolvimento e inserção econômica das cooperativas e demais EES's, é investir em sua formação e qualificação, para conferir qualidade e tecnologia tornando-os aptos a competirem no mercado.

Desde o surgimento da ECOSOL no Brasil, o incentivo às formas associativas, cooperativas para a organização da produção e da distribuição, tem alcançado cada vez mais espaço na pauta das ações governamentais, com vista ao desenvolvimento. Tal pauta traz à luz as discussões sobre o papel das esferas federal, estadual e municipal, para a consolidação de novas relações sinérgicas interagidas com a sociedade. Contudo, a proposta de que tais formas associativas emanem das iniciativas governamentais, ainda provoca recusa por parte de algumas correntes do movimento cooperativista, o que demanda ainda um amplo debate

acerca dos limites de participação do Estado nestas, cabendo tão somente a este as ações de apoio político, regulatório e financeiro (CUNHA, 2002, p. 81).

A ECOSOL como política incorpora de forma estratégica, por meio da produtividade social, a redução das desigualdades socioeconômicas e regionais e promove o desenvolvimento territorial sustentável, desenvolvendo a integração das políticas públicas de cada local/município para garantir o acesso a investimentos, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito para os EES.

5.5 Análise empírica dos EES no Brasil e a geração de emprego e renda

A análise que se segue tem por base o I Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, que possibilitou a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), o qual é composto por dados provenientes dos EES e das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

Esta fase do trabalho tem como objetivo averiguar em que grau os processos produtivos conquistam resultados econômicos, a fim de se vislumbrar de forma empírica se a adoção das práticas da ECOSOL reflete de fato no desenvolvimento econômico regional. A análise realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) compreende dados dos anos de 2005 e 2007 e considerou 10.407 EES (de um universo de 21.859), distribuídos em 2.934 municípios.

Primeiramente, de acordo com o Atlas da Economia Solidária (2007), verifica-se que a ECOSOL alcançou êxito no que tange a ocupação do espaço da mulher no papel do processo desenvolvimentista, pois, dos empreendimentos pesquisados, a composição dos trabalhadores é de 36% constituído pelo gênero feminino. Em relação aos dados obtidos pelos SIES, conforme tabela 12, é possível notar que a participação das mulheres no tocante a composição da amostra, quando se avalia a composição de 0% a 50%, é inferior a do gênero masculino, porém, gradativamente menor, sendo tal situação invertida, somente quando a participação é superior a 50%.

Contudo, ao se aferir o quesito renda, pode-se verificar uma relação inversamente proporcional quando analisada a média da remuneração mensal dos sócios que trabalham por porcentagem da participação feminina, onde nos EES, em que a participação feminina é de 0% a 10%, a renda média é de R\$ 886,68, enquanto que nos empreendimentos cuja

participação consiste entre 90% a 100%, o valor médio é de R\$ 268,19; ou seja, uma variação inferior a 69,75%. Em uma primeira análise, pode-se presumir que a ECOSOL ainda não atingiu o objetivo de inserir a mulher no contexto desenvolvimentista, no que tange a renda; porém, há que se considerar, que muitos grupos produtivos com excedentes relativamente baixos, consistem em experiências de socialização ou mobilização comunitária.

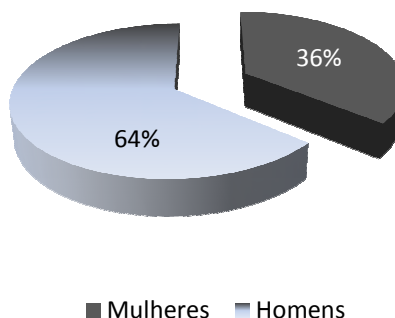


Gráfico 10 - Participação do gênero feminino na composição dos EES.
Fonte: SIES/SENAES

Outra questão relacionada ao aspecto renda é que 80% dos trabalhadores recebem em média menos de um salário mínimo (tabela 12). Tal fato pode ser explicado pela ausência de fatores significativos para o desenvolvimento dos EES. O primeiro, segundo pesquisa divulgada pelo Atlas da Economia Solidária, trata-se da comercialização, pois a formação de redes que corroboram com a divulgação dos produtos e serviços, bem como a competitividade com os congêneres capitalistas, dificulta a oferta adequada e a uma margem de contribuição satisfatória.

Em segundo lugar e associado ao anterior, denota-se a dificuldade de acesso ao crédito, apontado como a segunda maior dificuldade dos EES, pois, embora haja políticas públicas de fomento ao microcrédito, a pulverização deste para a amplitude do universo dos EES, ainda é insuficiente, sendo concentrado em sua maioria nos meios urbanos. Por fim, a assistência técnica configura a terceira maior dificuldade dos EES, sendo tal fator de suma importância para a capacitação e qualificação técnico-administrativa dos membros integrantes dos empreendimentos, o que se reflete nos níveis de competitividade, haja vista, segundo informações do SIES, a discreta participação destes em redes ou fóruns de articulação e em conselhos de políticas públicas, o que implica em uma maior produção de excedentes, confirmando que o acesso a determinadas informações, os vínculos com a burocracia pública e os movimentos sociais, somadas à articulação política com outras experiências,

potencializam seus ganhos econômicos, pois variáveis significativas relacionadas a uma maior produção de excedentes se referem à integração econômica entre os EES.

Diante do acima exposto, a ECOSOL, no aspecto de renda, ainda se mostra com baixa capacidade de geração de excedentes, conseqüentemente, menor rendimento. Tal fato pode ser justificado pela maior participação feminina nas iniciativas, o que caracteriza um rendimento ainda menor para o gênero, organização informal das atividades econômicas e a capacidade de investimentos reduzidos. Assim, notável é que devido aos problemas de comercialização, acesso ao crédito e assistência técnica, a ECOSOL, mais especificamente os EES, tem na sua maioria, dificuldades de prover meios para a sua própria reprodução, caracterizando não ser materialmente relevante para conduzir seus sócios a uma melhor qualidade de vida.

Tabela 12 - Ocupação e remuneração dos EES

% de mulheres associadas que trabalham nos EES	Número de EES (mil)	% de EES em relação ao total da amostra	Média de sócios que trabalham por porcentagem de participação feminina		Remuneração mensal dos sócios que trabalham por porcentagem de participação feminina (R\$)
			Homens	Mulheres	
Nenhuma	1.550	14,89	15,70	0,00	728,86
De 0 a 10	517	4,97	57,24	3,49	886,68
10 a 20	627	6,02	36,82	6,92	616,22
20 a 30	605	5,81	35,46	12,64	488,21
30 a 40	868	8,34	21,11	11,96	514,40
40 a 50	1.260	12,11	19,89	18,01	504,66
50 a 60	450	4,32	18,31	23,36	440,28
60 a 70	562	5,40	9,64	18,09	399,84
70 a 80	591	5,68	5,25	16,74	358,07
80 a 90	468	4,50	3,02	18,58	327,15
90 a 100	2.909	27,95	0,17	14,21	268,19
Total	10.407	100,00			

Fonte: IPEA a partir do SIES/SENAES, 2008.

5.6 Os EES como política de desenvolvimento na agenda do Governo Federal

Após o período de ações pragmáticas de cunho desenvolvimentista por meio de fóruns, seminários, programas pontuais em municípios, e a partir de uma agenda que compreendesse a dinâmica social do trabalho como forma de inclusão social, a partir da adoção de políticas públicas, instituiu-se no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (haja vista os laços políticos e ideológicos que ligam a economia solidária ao movimento operário), sob a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio aos EES em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento equitativo, harmônico e solidário. Consolidava-se assim, o fruto da proposição da sociedade civil.

O reconhecimento da ECOSOL como política pública de desenvolvimento regional possibilitou a expansão de tais políticas para os governos estaduais e municipais, inclusive com a aprovação de legislações que determinam a implantação de conselhos, cujos mecanismos de participação direta constituem espaços privilegiados de diálogo, outorgando o reconhecimento como referência no debate sobre as formas de trabalho associado no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, na implantação de políticas públicas emancipatórias, demonstrando ser um modelo possível de desenvolvimento econômico justo e sustentável, integrando-se às orientações estratégicas do governo federal de redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, por meio do princípio da ciência econômica que é tratar o ser humano, em situação de vulnerabilidade social, com o incentivo ao desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, pretende-se fortalecer e ampliar, de maneira integrada, as políticas públicas, afim de garantir o acesso a investimentos, à formação, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito, a todas as pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias (Plano Plurianual 2012-2015).

Tal fato pode ser melhor explicitado quando se analisa as questões de dotação orçamentária, quando, em 2004, a verba destinada a SENAES era de R\$ 29.110.458,00, que em 2010 atingiu o valor de R\$ 45.070.000,00, embora a participação relativa tenha reduzido de 0,11% para 0,09% respectivamente (IPEA, 2011). Tal dotação orçamentária remete a sua

execução, análise esta que indica que a SENAES apresentou no período 2004-2010 oscilações, chegando em 2010 a um índice de 69,5%. Sendo a sua melhor fase de execução os anos de 2006 e 2007, quando também houve a menor dotação. Esses dados demonstram a dificuldade de execução de seu orçamento, principalmente ao longo do último PPA.

Em relação ao volume de convênios, entre os anos de 2004 a 2010, houve uma elevação de 45%, conforme Gráfico 8:

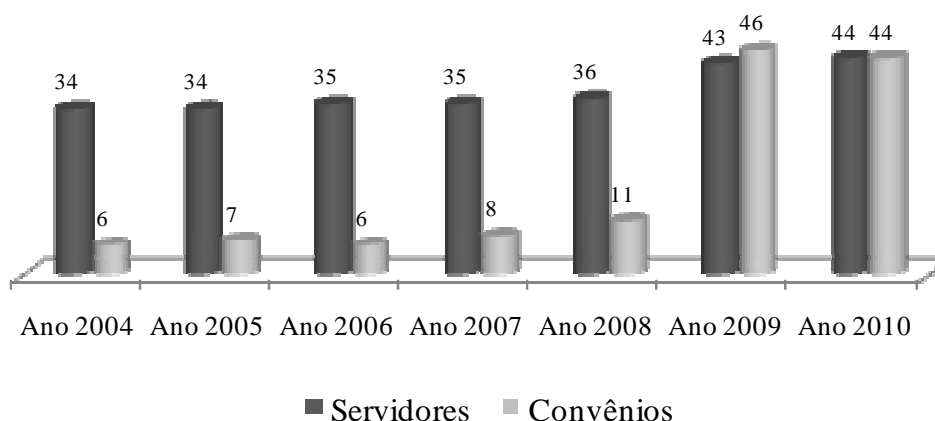


Gráfico 11 - Relação do número funcionários e de convênios – SENAES 2004-2010
Fonte: IPEA – 2011

Isto indica que a temática da ECOSOL, surgiu nos meios acadêmicos como alternativa ao processo de crise do trabalho no Brasil, o que passou a dar identidade às iniciativas solidárias, estendendo-se para outros países (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006; SILVA, 2010). Como indicadores há o número de trabalhos acadêmicos, os quais apontam que desde 1998 há uma tendência ao engajamento destes, quando foi publicado um trabalho sobre a temática, evoluindo para 57 em 2007, o que pode ter sido provocado pela expansão das ITCP's, geralmente geridas por professores universitários.

5.7 Os EES e a questão regional

Debater a questão regional para se elaborar uma política pública de desenvolvimento, necessita antes de tudo, obter o conhecimento acerca do conceito de economia regional, o qual aborda questões das teorias clássicas de localização, bem como dos fatores de aglomeração e

produção, nos quais se observa os modelos que objetivam atender aos novos padrões de produção.

Para as teorias clássicas de localização concerne às teorias de desenvolvimento regional, com vistas aos fatores de produção, privilegiar as relações convencionais do mercado entre as empresas conforme a cadeia produtiva, inserindo em seu contexto as relações sociais e tecnológicas, que se estabelecem entre as empresas e a comunidade de um mesmo espaço geográfico, provocando, assim, a aglomeração dos fatores de produção (CAVALCANTE, 2008). Compreender os motivos pelos quais os empresários optam por uma determinada localização, permeia o planejamento regional, pois tal iniciativa estimula a criação de novas unidades produtivas. Contudo, o desenvolvimento regional necessita suplantar questões microeconômicas e atentar para o capital social, o qual reúne diversas questões necessárias para um desenvolvimento regional adequado.

Destarte, é o Estado, considerado após a crise de 1929 até os dias atuais, o principal promotor do desenvolvimento, pois dispõe instrumentos de intervenção que abrangem desde os projetos de infraestrutura à oferta de benefícios financeiros e fiscais. Assim, formular estratégias direcionadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social que associem a aglomeração espacial com os insumos de trabalho e matéria-prima regionais, demanda a diversificação de estratégias para cada região conforme corrobora Vieira e Santos (2012):

Cada região tem uma dimensão técnica, econômica e cultural, além de ser um espaço político, natural e geográfico. Ao mesmo tempo em que cada região é uma paisagem natural, é também um espaço social, econômico político e cultural (VIEIRA e SANTOS, 2012, p. 359)

Verifica-se, portanto, que o redesenho de desenvolvimento regional demanda uma nova análise, que considere as dimensões de sustentabilidade, para que haja a produtividade social em conformidade com os valores locais, visando à melhoria da qualidade de vida e não mais, somente de expansão econômica. Não atentar para as questões endógenas poderá indicar o fracasso de projetos econômicos, pois a exploração de regiões escassas de investimentos, tal como o Nordeste, demonstram a importância de se repensar os conceitos de desenvolvimento econômico regional, adotando-se estratégias que estimulem a criação de novos modelos de empreendimentos, que respeitem às dimensões da sustentabilidade, sobretudo que estas surjam de ações internas de integrantes da sociedade local e que,

apesar de uma economia globalizada, reflitam que os problemas socioeconômicos permanecem locais.

Dentre os instrumentos utilizados pela ECOSOL para o desenvolvimento regional, estão os Empreendimentos Econômicos Sociais, os quais difundem e popularizam o conhecimento científico, como forma de consolidar a adoção de uma política que possibilite a inovação nos empreendimentos coletivos, evidenciando o vínculo existente entre o desenvolvimento econômico regional e as formações capacitadoras da mão de obra, a fim de que se obtenham competências para suplantar a crise do trabalho. Tais empreendimentos tem alcançado destaque, com foco especial na região Nordeste, onde se concentram 44% dos EES de todo o país (SENAES, 2005), o que denota a eficácia das ações de desenvolvimento econômico regional, implementadas por intermédio dos empreendimentos econômicos sociais, visando atender às regiões, nas quais o crescimento econômico não atingiu o desenvolvimento, ou até mesmo nem o primeiro ocorrera.

5.8 A experiência do EES Justa Trama

No Brasil, as políticas públicas direcionadas ao trabalho tinham como foco, tão somente, a esfera do emprego, ignorando a geração de trabalho e renda fora do paradigma convencional da relação assalariada, o que conduziu às ações públicas relacionadas ao emprego para a vertente do bem-estar social. Segundo França Filho (2006), as políticas voltadas para a adoção das práticas e princípios da ECOSOL fundaram no Brasil uma forma inovadora de ação das esferas públicas para a geração de trabalho e renda, a qual transcende a convencional relação assalariada, participando o incentivo a outras formas de organização socioeconômica de caráter coletivo. Desta forma, o histórico do modelo desenvolvimentista brasileiro, o qual culminou com a crise socioeconômica e veio a permitir o surgimento e expansão dos EES no Brasil, resultou na replicação de políticas públicas que atendessem a demanda social represada.

Os programas que visam elevar o nível de emprego, tais como o Programa Nacional de Primeiro emprego (PNPE) e o Micro Empreendedor Individual (MEI), atendem a emergência de formalização e inserção da PEA no mercado de trabalho; todavia, tal inserção não significa condições salutaras ou de real efetivação da inserção no mundo do trabalho. O PNPE integra a população jovem em seu primeiro emprego; porém, o maior beneficiado é o

empregador, pelo fato deste usufruir de uma mão de obra relativamente menos onerosa, além de estar isento de encargos trabalhistas, os quais seriam destinados ao beneficiário do programa e aos cofres públicos. O MEI promove a regularização do trabalhador autônomo reduzindo os índices de informalidade, mas não coíbe a precarização do trabalho e se caracteriza por ser um instrumento arrecadatório do INSS.

As experiências desenvolvidas pela ECOSOL têm como objetivo a inserção da população aquém do direito ao trabalho (quer seja por faixa etária ou situação educacional) e/ou de profissionais que buscam condições humanizadoras de desenvolvimento. Os EES denotam, dentre outros aspectos, o desenvolvimento das potencialidades profissionais com aprendizado dos ofícios, rompendo com o padrão paternalista predominante na assistência para com as populações pobres.

Em face à situação acima exposta, os EES vem reformular o *modus operandi* do processo econômico convencional que culminou com a crise do trabalho. As experiências de ações compartilhadas por estes criam condições favoráveis para a formação da cultura coletiva, sendo fonte de reflexão e aprendizado cunhando por “uma sensibilidade cognitiva e moral e um estilo de conduta; portanto, uma maneira de atribuir sentido e valor à realidade e de agir”, (GAIGER, 2008).

A participação do Estado na economia possibilitou o crescimento econômico e consequentemente à elevação da riqueza nacional, a qual não se propagou para toda a população, antes, necessita de estratégias que sucumbam à incapacidade da periferia regional em obter a participação desta riqueza, por meio de uma nova ação conjuntural, conforme o argumento que se segue:

A competição, como motor do desenvolvimento, foi aos poucos cedendo espaço para a análise da importância da cooperação e da formação de sistemas integrados de produção, para maior eficiência produtiva, distribuição de ganhos e espalhamento das oportunidades. O cuidado com a manutenção das fontes de suprimento para a produção é outra consequência dessa tendência, em que as relações trabalhistas, o comércio justo, a preservação do meio ambiente e a inclusão social são elementos fundamentais da nova ciência econômica. (MAGALHÃES, PODCAMENI e DINIZ, 2012, p. 37).

Com vistas a estes aspectos, os EES possuem em sua essência a formação do consciente coletivo associado ao equilíbrio da exploração dos recursos necessários ao processo produtivo, a fim de possibilitar a renovação e inovação dos suprimentos para o

desenvolvimento econômico, diagnosticando a associação dos aspectos das dimensões de sustentabilidade necessárias para a economia regional.

5.8.1 Cooperativa de segundo grau Justa Trama: a cadeia produtiva do algodão orgânico e a aplicação das dimensões de sustentabilidade.

Compreender o processo de desenvolvimento na sociedade contemporânea, demanda a análise da construção desse conceito com base na sua correlação das dimensões econômica, social e ambiental, haja vista a sua inexorável onipresença nas atividades dos EES.

Remontando às posições dos economistas clássicos, o desenvolvimento consiste na satisfação dos interesses individuais de forma espontânea, tendo por base que o indivíduo é movido pelo desejo do lucro, o qual o incentiva a elevar a produção e o excedente, resultando em benefício da sociedade. Entretanto, para a linha de pensamento marxista, a acumulação de capital só se dá por intermédio da “mais-valia”, a qual se oriunda das relações sociais de produção estabelecidas entre o capital e o trabalho; assim, o surgimento de uma economia moderna é precedido pela “acumulação primitiva de capital”, que possibilita o acúmulo deste, para financiar os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico.

Segundo a visão Cepalina o desequilíbrio regional é ocasionado pela relação Centro-Periferia, a qual consiste na incapacidade dos países subdesenvolvidos atrasados de acumular capital permanecendo no estágio de subdesenvolvimento, ao contrário aos países industrializados (FURTADO, 1961, p 78). A acumulação e o crescimento privado no modelo produtivo da sociedade capitalista são considerados como os responsáveis pela degradação dos recursos naturais. A dominação do homem sobre a natureza se caracteriza como sendo, esta última, para usufruto produtivo do sistema.

Tendo em vista o esgotamento dos recursos essenciais à produção (ou a redução destes), surge o apelo por um desenvolvimento sustentável, o qual consiste na conciliação dos interesses desenvolvimentista e ambiental, que possibilita o equilíbrio na relação homem-natureza atendendo às necessidades da população atual, sem comprometer a manutenção das gerações futuras, pois o desenvolvimento social regional está intrinsecamente relacionado às oportunidades ofertadas à população por meio da garantia dos direitos sociais básicos (alimentação, saúde e educação); portanto “só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo,

possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso aos recursos necessários a um nível de existência digno da geração atual e futura” (SANTOS, et. al, 2012).

Desta forma, o conceito de desenvolvimento é composto pelo crescimento, sob o prisma da inovação, a qual venha a permitir o acesso comum para todos, sem o esgotamento dos recursos naturais, com a relação conjugada das variáveis capital, trabalho, conhecimento e produto, resultando em uma sociedade sustentável, a qual tenha concomitantemente, um crescimento equitativo, que lhe possibilite almejar o desenvolvimento das dimensões econômica, social, ambiental, cultural, espacial e política; em suma, o desenvolvimento humano.

Em análise aos princípios da ECOSOL, verifica-se que as dimensões de sustentabilidade estão presentes nos EES, o que os diferencia dos empreendimentos congêneres capitalistas.

Dentre os EES, pode-se destacar a “Rede Justa Trama”, a qual é uma marca da Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico constituída por mais de 700 associados, que integram os EES, sendo: agricultores familiares no Ceará, em Rondônia encontram-se os coletores de semente, com as quais se confeccionam as “biojoias”, no Estado de São Paulo estão os fiadores e tecedores e nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina estabelecem-se as confecções (SENAES, 2007, p. 26-27). Sob a ótica do desenvolvimento sustentável e solidário, os empreendimentos que constituem a Rede Justa Trama cobrem o elo da indústria têxtil, cujo produto final da cadeia produtiva se conjuga no diferencial de ser isento de quaisquer produtos químicos, bem como o resultado de uma cadeia constituída por EES de diversos setores da economia (Figura 1).

O desenvolvimento sustentável objetiva o modo de viver em um ambiente social desejável, que se baseia na capacidade espacial, logo não poderá ser ultrapassada; ou seja, ocorre a destruição local dos meios necessários para a sobrevivência e subsistência (BARBIERI, 2009. pág. 66). Corroborar com isto Sachs, quando afirma que o desenvolvimento sustentável consiste na mescla da sustentabilidade social, que se caracteriza pela consolidação dos processos, que almejam a equidade na distribuição de bens e renda proporcionando a melhora da qualidade de vida e redução das disparidades socioeconômicas, com a sustentabilidade ambiental, que é preservação dos recursos naturais na produção de recursos renováveis e na limitação de uso dos recursos não-renováveis. Portanto, a junção destes dois conceitos constitui o desenvolvimento sustentável.

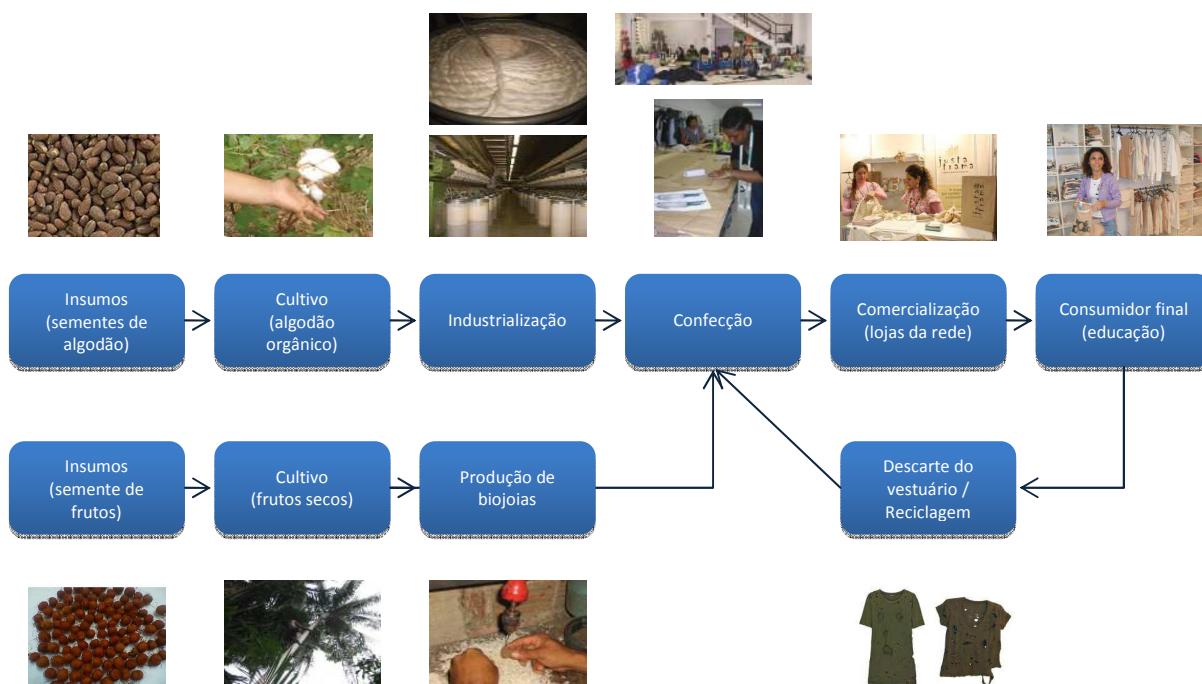


Figura 1 - Ciclo da cadeia produtiva do algodão orgânico no sistema da Justa Trama

Fonte: Coopera Brasil – 2008 - elaboração do autor

Ela é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo. (SACHS, 2004, p.15).

Assim, o desenvolvimento sustentável possibilita a aplicação de novas estratégias, a fim de compreender em sua implantação as demandas ambientais e sociais, com o intuito de constituir ações benéficas à sociedade. Na ECOSOL, as dimensões de sustentabilidade podem ser observadas em redes que se organizam para produzir e distribuir, atendendo às dimensões de sustentabilidade. À exemplo da Justa Trama, composta de trabalhadores que por meio de organização de cooperativas e associações, cobrem todas as partes inter-relacionadas; ou seja, a cadeia produtiva do plantio do algodão à confecção do vestuário, compreende a sustentabilidade espacial, pois respeita a natureza das atividades regionais conforme a fase do processo produtivo.

Os EES contribuem com a geração de trabalho e renda, por meio da prática de um comércio justo, possibilitando uma melhor qualidade de vida a todos que integram esta cadeia. Na Justa Trama, bem como nos demais empreendimentos que empregam os conceitos de ECOSOL, adota-se a forma de autogestão, o que caracteriza a prática na gestão estratégica e nos processos de trabalho; a partilha da decisão com representantes do EES, acerca da eficiência social e o uso dos excedentes, o que possibilita investimentos nas condições gerais de vida de todos, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

Tendo como princípio a relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, a ECOSOL atua na preservação e manutenção das características geográficas regionais, haja vista ser esta, na maioria das vezes, a origem dos insumos necessários para a produção e comercialização.

No aspecto da sustentabilidade econômica, a qual consiste na alocação e gestão dos recursos produtivos, os produtos da Justa Trama demandam condições agrônomicas adequadas para o plantio. A fabricação do fio e sua tecelagem dão-se em um empreendimento devidamente preparado, a fim de se evitar quaisquer contaminações. As confecções estão localizadas em regiões metropolitanas (Santo André/SP e Porto Alegre/RS), ou em cidades de grande relevância regional (Itajaí), onde há um fluxo comercial apropriado e; por fim, a utilização de recursos relativamente baratos e que promovem a geração de renda, desde a população ribeirinha que coleta a semente, ao artesão que lapidou o produto para tornar-se acessório no vestuário (NAPES, 2008).

Neste contexto, a alocação e gestão dos recursos produtivos, demonstram-se eficientes no atendimento das características regionais, bem como possibilita a redução destas diferenças, vindo a caracterizar a sustentabilidade econômica da cadeia produtiva, haja vista a alocação dos recursos dos setores da economia (agricultura, indústria e comércio) conforme a característica regional, otimizando assim, os insumos necessários à produção (sementes, mão de obra, máquinas e equipamentos) preservando a sustentabilidade espacial na cadeia produtiva do algodão orgânico, dentro do sistema da Justa Trama, promovendo uma configuração rural e urbana distintas, haja vista que as ações relacionadas ao cultivo e manuseio do algodão, em sua fase rural, realizam-se de forma localizada, não sofrendo interferências das questões urbanas (industrialização), sendo que o mesmo ocorre na fase de fiação, tecelagem e confecção, pois se buscou adaptar toda a cadeia conforme as condições de mão de obra local que atendessem as características de cada fase do processo.

Na contramão deste conceito muitos empreendimentos convencionais migram para a região produtora do insumo, com o objetivo de se obter uma relativa melhora das condições logísticas e de custos de mão de obra (LUZ, MINARI e SANTOS, 2010, p. 72). Conseqüentemente, o resultado é a elevação demográfica, causando, concomitantemente, a escassez da oferta de serviços públicos básicos para atendimento da nova demanda urbana.

Assim sendo, verifica-se a adoção do conceito de sustentabilidade espacial, haja vista que a configuração rural e urbana foi mantida, preservando o equilíbrio espacial e o não detrimento da qualidade de vida. Outra dimensão que demanda atenção é a sustentabilidade cultural que diz respeito aos modos de pensar e agir da sociedade. Ocorre, ainda, a valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular, tendo em vista que os insumos utilizados para a fase industrial têm sua origem no conhecimento empírico da população local. A transformação do insumo em produto, não deve ser utilizada como mera exploração com fins lucrativos, mas sim, como forma de manter o saber empírico com respeito aos antepassados e a conscientização de fundamentar uma cultura local, com vistas a um futuro sustentável, permeando ações culturais, a fim de se manter fértil o compromisso da manutenção cultural e econômica. Tais questões denotam a aplicação da sustentabilidade cultural, a qual apregoa o respeito pela pluralidade em sanar questões adequadas a cada local, cultura em obediência ao ecossistema (BARBIERI e CAJAZEIRA, 2009).

Por fim, a sustentabilidade política consolida os processos democráticos pelo modo de gestão aplicado nas cooperativas que é a autogestão, que coloca-se contrária a quaisquer propostas autoritárias. O desenvolvimento é parte do direito humano e requer que os agentes integrantes do sistema econômico e social sejam recíprocos nas dimensões de sustentabilidade. Portanto, conjecturar uma análise crítica de cada processo inter-relacionado, que venha a compor um sistema único, o qual pode caracterizá-lo como cadeia produtiva, proporciona também, o desenvolvimento socioeconômico (RETAMIRO, SILVA e VIEIRA, 2012).

6 CONCLUSÃO

No preâmbulo desse estudo desenvolveu-se a análise acerca das visões da economia política e como tais influenciaram os modelos de desenvolvimento. O modelo de brasileiro aplicado no início dos 1930 até 1990 se mostrou incompatível ao desenvolvimento de novas forças produtivas, pois além dos aspectos econômicos e sociais. O desenvolvimento é acompanhado pela evolução dos meios convencionais de relação social, os quais impactam na produção, distribuição e consumo; tornando-se, portanto, uma questão de ordem pública.

Além do aspecto econômico, o desenvolvimento deve ser avaliado também nas dimensões sociais, políticas e ambientais; pois não se trata tão somente da riqueza nacional medida pelo PIB, mas também por intermédio de uma gestão, na qual a sociedade seja ator fundamental das ações do Estado.

Baseado em um desenvolvimento industrial, o modelo demonstrou-se excludente atingindo seu ápice de saturação popular na década de 1980, pelo baixo crescimento econômico e a potencialização da crise da dívida externa. Os índices de desemprego e informalidade se elevaram potencializando a crise do emprego, fazendo-se necessário o surgimento de um modelo alternativo ao convencional; ou seja, que não tivesse origem nas tradicionais concepções capitalistas da época, mas, que surgisse de forma endógena por parte da associação de populares.

Diante deste cenário, surge a Economia Social e Solidária como alternativa ao desemprego constituindo os EES, que assumem proporções consideráveis, com o reforço proporcionado pelos movimentos sociais para a adoção de políticas públicas de fomento e apoio nas municipalidades e alguns governos estaduais.

Em que pese tais avanços ainda são esparsos e com impactos muito aquém da necessidade real. Há a necessidade de fortalecer e ampliar, de maneira integrada, as políticas públicas para garantir o acesso aos investimentos, à formação, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito para todas as pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias. Até o momento a ECOSOL não proporciona uma renda minimante satisfatória para a maioria de seus integrantes, dentre tais aspectos, pode-se apontar a necessidade de acesso ao crédito para capitalizar e proporcionar a aquisição de meios de produção para os integrantes das EES.

Contudo, a ação parcimoniosa dos EES tende a se expandir como novo conceito de modelo desenvolvimentista, pois a sua atuação por meio da economia de mercado, não nega o modelo mercantil vigente; todavia, emprega em sua essência a propagação de valorização do trabalhador ao negar a precarização do trabalho, as decisões são baseadas no bem comum e repartição igualitária dos excedentes, quer seja para consumo ou vertidos para a expansão do modelo econômico social, pois se trata de conquistas alicerçadas por um novo regime de liberdade econômica, completamente diferente do regime a ser suplantado.

O diferencial dos EES em relação aos demais programas é o de que uma parcela significativa dos seus integrantes, em geral, são pessoas que não cumprem condições para ter acesso aos programas de crédito ou de emprego. Os EES transcendem os paradigmas convencionais contidos nos demais programas suplantando as questões econômicas, sociais, étnicas, culturais e estruturais. Desta forma, obtém potencial para atuar de forma mais eficaz nos grupos sociais que não são beneficiados por outros programas existentes. As propostas da Economia Social não se limitam às taxas de desemprego, mas sim, na proposição da alternância da relação do mundo do trabalho.

Embora sejam reconhecidos os avanços em tornar a ECOSOL uma política pública de desenvolvimento, há ainda a necessidade de se definir uma estratégia que a integre em planejamentos de longo prazo no entorno de grandes projetos, com maior ênfase nas regiões menos desenvolvidas, a fim de se reduzir os desequilíbrios intra-regionais atenuando, desta forma, as áreas marginalizadas, por meio da desconcentração dos investimentos.

O potencial dos projetos coletivos denota os EES como alternativas viáveis de subsistência e geração de renda, diante da crise de emprego. Assim, a ação de agentes regionais como centros de pesquisa universitários, instituições de promoção de desenvolvimento econômico, entre outros, estimulam a criação e facilitam a formação das organizações solidárias. Dá-se então, a importância de preparar esses trabalhadores para o rompimento dos antigos papéis para assumir outros, que são requeridos pelo novo mundo do trabalho associativo.

Para isto, há a necessidade de ferramentas que permeiam as instituições governamentais, capazes de estruturar processos contínuos de participação dos diversos segmentos da sociedade, a nível regional, de caráter autêntico e isentas de quaisquer interferências por parte dos detentores do poder econômico. Garantir a legitimidade e a

capacidade da população regional requer respeito à sua soberania, a fim de se lograr êxito em um desenvolvimento solidário.

Por fim, conclui-se, que a Economia Social se constitui em um modelo de produção, distribuição e de consumo desenvolvido de forma endógena pela população regional. Portanto, tal iniciativa não pode ser considerada uma mera tentativa de reparação de luta contra a pobreza, mas sim, um modelo que visa metamorfosear o processo econômico, ainda que de forma parcimoniosa, haja vista que a ECOSOL incorpora à produção e ao consumo grande número de excluídos, constituindo-se como alternativa concreta à sociedade de mercado. Tal fato é constatado pela análise de que a ECOSOL obtém maior participação por meio dos EES em regiões mais carentes ou que foram excluídas dos investimentos públicos e privados.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, I. **Teorias do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Forense, 1972.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995

ARAÚJO, T. B. **Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. In: Conferência Nacional de Economia Solidária, nº I, 2006, Brasília, anais, Economia Solidária. Pag. 42-43

BACEN. Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1- Módulo público. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>. Acessado em 18 nov. 2012.

BARBIERI, J. C. e CAJAZEIRA J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da prática à teoria. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

_____. **Desenvolvimento econômico capitalista**. São Paulo. FGV-EESP, 2008. Obtido em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1960/TD170.pdf?sequence=1>. Acessado em 19 set. 2012.

CANO, W. **Introdução à economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CAMARGO, J. M. Do “milagre econômico” à “marcha forçada”. P. 161-191. In: **Economia Brasileira**: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010

CAVALCANTE, L.R.M.T. **Produção teórica em economia regional**: uma proposta de sistematização. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Vol. 2, N. 1, jan/jun 2008.

CORSI, L. F. A criação das bases da industrialização. P. 27-60. In: **Economia Brasileira**: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010

CUNHA, G.C., 2002. **Economia solidária e políticas públicas**: reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André. Dissertação de Mestrado Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. Brasil.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e Desemprego**. Resultados Anuais até 2011. Obtido em <http://sistemaped.dieese.org.br/analiseped/anualSAO.html>. Acessado em 15 out. 2012.

DINIZ, C. C. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova Economia. vol.19 n.2 Belo Horizonte Mai/Set 2009

DOMINGUES, R. (16 de Janeiro de 2004). **O desenvolvimento sob a ótica de Rostow**. Acesso em 17 de Maio de 2012, disponível em Scrib: <http://pt.scrib.com>

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

FRANÇA FILHO, G. C. (et al.) **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Edição 9ª. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964. 2ª Ed.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1973.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, M. GUTIERREZ, F. **Educação comunitária e economia popular**. Ed. 3ª. São Paulo. Cortez, 2008.

GAIGER, L.I.; **A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário**. Otra Economía - Volumen II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008 - ISSN 1851-4715

IBGE. Estatísticas do Século XX. 2010. Extraído de www.ibge.gov.br/seculoxx em 27 de julho de 2011. ITS (Instituto de Tecnologia Social). Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: DE PAULO, A. et al. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Obtido em <<http://www.oei.es/salactsi/Teconologiasocial.pdf>> em 27 de dezembro de 2011.

MORAIS, J. M. **Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas:** BNDES, PROGER e fundos constitucionais de financiamento. In: IPEA. São Paulo. 2011.

KEYNES, J.M.; **A teoria Geral do emprego, do juro e da moeda.** Apresentação Adroaldo Moura da Silva; traduzido por Mario R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

LACERDA, A. C. et al. **Economia brasileira.** Edição 3ª. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGALHÃES, W. A.; PODCAMENI, M. G.; DINIZ, A.; Desenvolvimento, mudanças estruturais e a dinâmica da competitividade sustentável. In: **A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo:** sustentabilidade social e ambiental. LASTRES, H.M.M. (et. al). Brasília: CNI, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO **Economia solidária, outra economia acontece:** Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária** (relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003) / Herton Araújo...[et al]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005

MORAIS, J. M. Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, PROGER e FUNDOS constitucionais de financiamento. In: **Políticas de Incentivo à Inovação tecnológica no Brasil.** IPEA. Obtido em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/inovacaotecnologica/capitulo10.pdf> Acessado em 18 nov 2012.

LECHAT, N. **O qualificativo popular na economia solidária do RS.** 2003. 1º Colloque International Travail et Societé Solidaire. São Leopoldo, Unisinos, Julho de 2003. Mimeo.

LESSA, C. **15 anos de política econômica.** São Paulo, Brasiliense, 1975.

LESSANCE, A.E. PEDREIRA, J.S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: DE PAULO, A. et al. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Obtido em <<http://www.oei.es/salactsi/Teconologiasocial.pdf>> em 27 de dezembro de 2011

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo; apresentação Paul Singer; traduzido por Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass. Ed. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas)

LUZ, M. S. MINARI, G.M. SANTOS, I.C. **Aglomerções industriais no setor aeroespacial e automobilístico no Vale do Paraíba:** uma comparação de trajetórias de formação. Journal of Aerospace Technology and Management. Vol. 2, n. 1, Jan-Apr. 2010. Pág. 71-82. Disponível em: <http://www.jatm.com.br/papers/vol2_n1/JATMv2n1_p71-82_Aglomeracoes>

[_industriais_no_setor_aeroespacial_e_automobilistico_no_Vale_do_Paraiba_Paulista.pdf](#)>
Acessado em 07 de dezembro de 2011.

MALTHUS, T.R. **Princípios da economia política e ensaios sobre sua aplicação prática:** ensaio sobre a população. Apresentação Ernane Galvêas; Traduzido por Regis de Castro, Dinah Andrade De Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury; São Paulo: Noca Cultural, 1996. (Os Economistas).

MARX, K. **O capital.** Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996 (Os economistas)

MOTCHANE, J.P. **Álibi ou alternativa ou liberalismo?** Le Monde Diplomatique, julho de 2000. Obtido em < <http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=45&tipo=acervo&PHPSESSID=ynookxhp>

NERI, M. C. (coord.); **Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grammen Brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, M.E. **A economia e o comportamento humano.** O Economista. Março 2010. Disponível em: <http://www.oeconomista.com.br/a-economia-e-o-comportamento-humano/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2011.

OLIVEIRA, E.A. **A política de emprego no Brasil:** o caminho da flexinsegurança. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 493-508, jul./set. 2012

OLIVEIRA, N.D.A.; SILVIA, T.N. **Iniciativas Econômicas Locais como Forma de Promover o Desenvolvimento Sustentável:** o caso CREDITAG em Rondônia. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.4, n.3, set./dez. 2012

OLIVEIRA, G.B. **Uma discussão sobre o conceitode desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002

PARANÁ, D. **Lula, o filho do Brasil.** São Paulo. Perseu Abramo, 2003.

PINDICK, R. S. RUBINFELD, D.L. **Microeconomia.** Tradução Eleutério Prado, Thelma Guimarães e Luciana do Amaral Teixeira. Ed. 7ª. São Paulo. Pearson Education do Brasil , 2010.

PIRES, M. C.; **Economia Brasileira:** da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

POCHMAN, M. **Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento.** In: Conferência Nacional de Economia Solidária, nº I, 2006, Brasília, anais, Economia Solidária. Pag. 45-50.

RAMBO, A.G.; FILLIPI, E.E.; Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 5, n. 1, p. 121-148, jan-abr/2009, Taubaté, SP, Brasil.

REIS M. C.; CAMARGO J. M. Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. *Rev. Bras. Econ.* vol.61 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2007

RETAMIRO, W. Tempo de aprender. In. **Coopera Brasil**. 2008.

RETAMIRO, W.; SILVA, J. L. G.; VIEIRA, E.T. **Análise da aplicação das dimensões de sustentabilidade na cadeia produtiva do algodão orgânico**. In: Simpósio de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, III, 2012, Itajubá, anais, out/2012.

REDE INTERCONTINENTAL DE PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA. **A economia que precisamos**. Declaração do movimento da economia social e solidária à Rio +20. V Encontro Latino Americano e Caribeño de Economia Solidária e Comércio Justo. Rio de Janeiro, 2012.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Introdução de Piero Sraffa. Apresentação de Pau Singer. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

RIPES. **A economia que precisamos**. Declaração do movimento de Economia Social e Solidária à Rio +20, 2012.

RODRIGUES, I. BARBIERI, J.C. **A emergência da tecnologia social**:revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, Nov/Dez. 2008.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: (um manifesto não-comunista). 6.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDRONI, P. (1999). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller. (esta fora das normas)

SANTOS, E. L. (et. al); **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. In: **Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Pag. 44-61

SANTOS, A. F.; BRITO E. T .F. S.; SANTOS, K. F. **Análise da Política de Crédito Adotada pelas Microempresas Varejistas de Confecções do Município de Solânea-PB como Dispositivo de Marketing e Vendas**. XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005.

SARDÁ, M. Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes): significados e perspectivas. **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 48, p. 57-70, ago. 2011.

SCHUMPETER, J A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Nova Cultural: SP, 1996 (Os economistas)

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

SINGER, P. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998

_____. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. In: Conferência Nacional de Economia Solidária, nº I, 2006, Brasília, anais, Economia Solidária. Pag. 37-50.

SOUZA SANTOS, Boaventura (org.), **Produzir para viver**, São Paulo, Civilização Brasileira.(2002)

SOUZA, L.E.S.; A crise política dos anos 1960 p.139-159. In:**Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996 (Os economistas)

TAVARES, M.C; **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: mimeo, 1975.

TEIXEIRA, E.C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002.

VELOSO, A. F.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F.**Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Rev. Bras. Econ. vol.62 n..2 Rio de Janeiro: Abr/Jun 2008.

VIEIRA, E.T. 2009. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. Brasil

VIEIRA, E.T.; SANTOS, M.J.; **Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR. v 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil.

YUNUS, M. **Microcrédito: a experiência do Grameen Bank / Muhammad Yunus**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 72 p. : il. – (BNDES Social; n. 2).